



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**

JOSÉ FRANCISCO DA SILVA NETO

**ENSINO-APRENDIZAGEM EM ADMINISTRAÇÃO:
AS EXPERIÊNCIAS DOS GRADUANDOS COM AS DISCIPLINAS DE FINANÇAS**

**SÃO CRISTOVÃO, SE
2022**

JOSÉ FRANCISCO DA SILVA NETO

**ENSINO-APRENDIZAGEM EM ADMINISTRAÇÃO:
AS EXPERIÊNCIAS DOS GRADUANDOS COM AS DISCIPLINAS DE FINANÇAS**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Departamento de Administração do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Sergipe (UFS), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração, em cumprimento às Normas Regulamentadas pela Resolução nº 69/2012/CONEPE.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ludmilla Meyer Montenegro

**SÃO CRISTOVÃO, SE
2022**

JOSÉ FRANCISCO DA SILVA NETO

**ENSINO-APRENDIZAGEM EM ADMINISTRAÇÃO:
AS EXPERIÊNCIAS DOS GRADUANDOS COM AS DISCIPLINAS DE FINANÇAS**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Departamento de Administração do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Sergipe (UFS), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração, em cumprimento às Normas Regulamentadas pela Resolução nº 69/2012/CONEPE.

Trabalho defendido e aprovado em 20 de outubro de 2022.

BANCA EXAMINADORA

**Prof^a. Dr^a. Ludmilla Meyer Montenegro (Orientadora)
Universidade Federal de Sergipe (UFS)**

**Prof^a. Dr^a. Gracyanne Freire de Araujo (Membro interno)
Universidade Federal de Sergipe (UFS)**

**Prof. Me. Huang Chien En (Membro interno)
Universidade Federal de Sergipe (UFS)**

Dedico este trabalho aos professores do Departamento de Administração da Universidade Federal de Sergipe, como gratidão pelos conhecimentos, por meio deles, adquiridos.

“Despertar a curiosidade, inata ao homem e vivacíssima no menino, eis o primeiro empenho do professor, num método racional. Da curiosidade nasce a atenção; da atenção a percepção e a memória inteligente”.

Rui Barbosa

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus que, ao longo desse processo difícil e cheio de obstáculos, me deu forças para seguir em frente quando pensei em desistir.

Aos meus avós Zito e Melita, pela educação que me deram, eu devo a vida e todas as oportunidades que nela tive. Minha eterna gratidão por tudo que fizeram por mim.

À minha mãe Margaret, mulher forte, que sempre lutou com todas as suas forças para me dar amor e apoio incondicional ao longo de toda minha vida.

À minha companheira Amanda, a qual sempre estive ao meu lado em todos os momentos importantes da minha vida, sejam eles de alegria ou tristeza, agradeço pela compreensão e paciência demonstradas ao longo dessa trajetória.

A toda minha família pelos diversos incentivos que me deram ao longo dessa jornada. Saibam que eles contribuíram para que o sonho da graduação na universidade se tornasse realidade.

Aos professores do Departamento de Administração da UFS pelos ensinamentos e conhecimentos compartilhados durante o processo de formação acadêmico-profissional.

Um agradecimento especial à professora Ludmilla Meyer Montenegro, minha orientadora, agradeço pela dedicação e suporte a mim despendidos. Muito obrigado pelo aprendizado e, principalmente, pelos esclarecimentos e correções que foram preponderantes para que eu pudesse finalizar o trabalho.

Aos meus amigos, companheiros de trabalho e irmãos na amizade que fizeram parte da minha formação e que irão continuar presentes em minha vida.

Agradeço, também, aos amigos que estiveram ao meu lado durante todo o curso, especialmente, Carlos Gabriel, Carlos Xavier, Diana Lins, Diogo Ferreira, José Orleans, Natanael Ferreira, Ronaldo de Santana, Viviane Barreto e Yara Karoline. As dificuldades enfrentadas durante esses anos tornaram-se mais leves porque eu sabia que poderia contar com vocês.

Por fim, meu muito obrigado aos discentes do curso de graduação em Administração da UFS que aceitaram o desafio de participar do *focus group* e foram essenciais para esta pesquisa. Agradeço a colaboração de todos.

RESUMO

As condições educacionais do ensino básico (níveis fundamental e médio) nem sempre são propícias ao desenvolvimento e amadurecimento dos estudantes, e ainda há a percepção de que eles não possuem a capacidade de direcionar sua autoaprendizagem, seja pela falta de maturidade ou pela baixa experiência. Diante deste cenário, os alunos podem apresentar dificuldades, principalmente, no que diz respeito ao aprendizado de assuntos básicos de teor quantitativo. Tais dificuldades são destacadas pelo aumento do grau de complexidade e pela adoção de um nível maior de exigência que uma graduação requer, transformando-se em deficiências e prejudicando a formação acadêmico-profissional. Portanto, o presente estudo tem como objetivo analisar as experiências relativas ao ensino-aprendizagem dos estudantes de graduação em Administração da Universidade Federal de Sergipe (UFS) com as disciplinas da área de Finanças. Para isso, realizou-se uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo e exploratório por meio da aplicação dos seguintes procedimentos técnicos: análise documental e *focus group*. Como instrumento de coleta de dados da análise documental foram utilizadas as resoluções nº 4/2005/CES/CNE e nº 69/2012/CONEP/UFES, as quais regulamentam o curso de graduação em Administração da UFS. Além disso, foi utilizado como instrumento de coleta de dados um roteiro de *focus group* desenvolvido com base nos objetivos específicos e suas respectivas categorias analíticas. Aplicou-se as questões propostas no roteiro com 8 (oito) estudantes, os quais formam o grupo focal objeto de estudo. Tendo como base a fundamentação teórica – sobretudo a aprendizagem em ação de Revans (1980) e a aprendizagem experiencial de Kolb (1984) – desenvolvida neste trabalho, os dados foram analisados a partir de uma análise compreensiva interpretativa. De acordo com os resultados obtidos, conclui-se que os discentes, especialmente os egressos do ensino público, apresentam dificuldades em disciplinas de teor quantitativo devido às deficiências de formação do ensino básico. Também, sob a ótica discente, excetuando-se a matéria denominada matemática básica, as disciplinas financeiras do curso de graduação em Administração da UFS são adequadas; e, seus conteúdos pertinentes. Além do mais, elas podem ser excelentes ferramentas para implementação de metodologias ativas de ensino, tendo como objetivo aumentar a interação entre professores e alunos na sala de aula e reduzir a lacuna existente entre a teoria e a prática na formação acadêmica e profissional dos estudantes.

Palavras-chave: Ensino-Aprendizagem. Finanças. Graduação em Administração.

ABSTRACT

The educational conditions of basic education (elementary and high school levels) are not always conducive to the development and maturation of students, and there is still the perception that they do not have the ability to direct their self-learning, either by lack of maturity or by low experience. Given this scenario, students may present difficulties, especially when it comes to learning basic quantitative subjects. Such difficulties are highlighted by the increase in the degree of complexity and by the adoption of a higher level of demand that an undergraduate degree requires, becoming deficiencies and impairing the academic-professional education. Therefore, this study aims to analyze the experiences related to the teaching-learning of undergraduate students in Business Administration at the Federal University of Sergipe with the disciplines of the area of Finance. For this, a qualitative research of a descriptive and exploratory nature was carried out through the application of the following technical procedures: document analysis and focus group. As an instrument of data collection for the document analysis, the resolutions nº 4/2005/CES/CNE and nº 69/2012/CONEPE/UFS were used, which regulate the undergraduate course in Business Administration at the Federal University of Sergipe. Furthermore, it been used as instrument of data collection a focus group script developed based on the specific objectives and their respective analytical categories. The questions proposed in the script were applied to 8 (eight) students, which form the focus group object of study. Based on the theoretical foundation – especially Revans' (1980) action learning and Kolb's (1984) experiential learning – developed in this work, the data were analyzed using a comprehensive interpretative analysis. According to the results obtained, it can be concluded that the students, especially those coming from public schools, have difficulties in quantitative subjects due to deficiencies in their basic education. Also, from the student's point of view, except for the discipline called basic mathematics, the financial subjects of the undergraduate course in Business Administration at the Federal University of Sergipe are adequate; and their contents are pertinent. Moreover, they can be excellent tools for implementing active teaching methodologies, aiming to increase the interaction between teachers and students in the classroom and reduce the existing gap between theory and practice in the academic and professional training of students.

Key words: Teaching-Learning. Finance. Undergraduate degree in Business Administration.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES.....	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CES.....	Câmara de Educação Superior
CNE.....	Conselho Nacional de Educação
CNPq.....	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONPE.....	Conselho do Ensino, da Pesquisa e da Extensão
DAD.....	Departamento de Administração
IBEF.....	Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças
INEP.....	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC.....	Ministério da Educação
SAEB.....	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SBFIn.....	Sociedade Brasileira de Finanças
UFS.....	Universidade Federal de Sergipe

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – A linha de produção do Administrador	18
Figura 2 – O ciclo de aprendizagem de Kolb.....	20
Figura 3 – Aprendizagem em ação de Revans	21

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Objetivos específicos, categorias analíticas e elementos de análise	33
Quadro 2 – Disciplinas da área de Finanças e suas áreas correlatas de acordo com os núcleos de formação	36
Quadro 3 – Disciplinas da área de Finanças e suas áreas correlatas de acordo com seus respectivos períodos semestrais	37

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA.....	14
1.2	OBJETIVOS.....	14
1.2.1	Objetivo geral	15
1.2.2	Objetivos específicos	15
1.3	JUSTIFICATIVA.....	15
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
2.1	O ENSINO-APRENDIZAGEM EM ADMINISTRAÇÃO	17
2.2	FATORES QUE INFLUENCIAM A FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES	23
2.2.1	A relação professor-aluno	23
2.2.2	Metodologias de ensino	24
2.2.3	Fatores diversos	25
2.3	O CAMPO DAS FINANÇAS	26
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	30
3.1	ABORDAGEM E PROPÓSITO DA PESQUISA.....	30
3.2	INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	31
3.3	COLETA DE DADOS.....	31
3.4	ANÁLISE DOS DADOS	32
3.5	CATEGORIAS ANALÍTICAS E ELEMENTOS DE ANÁLISE	33
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	35
4.1	DISCIPLINAS DA ÁREA DE FINANÇAS E SUAS ÁREAS CORRELATAS ...	35
4.2	EXPERIÊNCIAS ESCOLARES DOS ESTUDANTES.....	38
4.3	METODOLOGIA DE ENSINO DOS PROFESSORES.....	41
4.4	RELEVÂNCIA DOS CONTEÚDOS	46
5	CONCLUSÃO	50
5.1	LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	51
5.2	SUGESTÕES DE ESTUDOS FUTUROS	51
5.3	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
	REFERÊNCIAS	54
	APÊNDICE A – ROTEIRO FOCUS GROUP	59
	ANEXO A – RESOLUÇÃO Nº 4/2005/CES/CNE	61

ANEXO B – RESOLUÇÃO Nº 69/2012/CONEPE/UFS.....	65
---	-----------

1 INTRODUÇÃO

O ensino-aprendizagem em Administração é um campo extenso e ramificado da educação que engloba diversas áreas; por consequência, é possível encontrar vários estudos científicos publicados que versam sobre o assunto (SILVA *et al.*, 2012; LIMA; SILVA, 2017; CORDEIRO; SILVA, 2012). Quando se estreita o foco de estudo é evidente a redução de referências acerca do tema. Uma dessas áreas diz respeito as pesquisas de ensino-aprendizagem em Administração com foco em Finanças, a qual apresenta uma quantidade reduzida de trabalhos publicados se comparada com outras áreas (AZEVEDO *et al.*, 2012).

De acordo com a Resolução nº 69 do Conselho do Ensino, da Pesquisa e da Extensão (CONEPE) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) (2012), o curso de graduação em Administração abrange um campo de ensino amplo, permeando as mais diversas áreas, por exemplo, Empreendedorismo, Gestão de Pessoas, Produção/Operações, *Marketing* e Finanças. Todos esses conhecimentos são importantes na formação acadêmica e profissional do Administrador, pois este atuará como gestor tendo papel primordial nas tomadas de decisão de uma organização.

No que diz respeito à área de Finanças, pode-se observar que as disciplinas apresentam características predominantemente quantitativas diferente das demais áreas. Segundo Fuentes, Lima e Guerra (2009) os estudantes do curso de Administração não apresentam predisposição com relação às disciplinas que envolvem cálculos e matemática, e seria simplório falar em inaptidão para tratar das dificuldades dos alunos com estas matérias. De forma empírica, nota-se que esses estudantes não demonstram afinidade quando se tratam de disciplinas que têm em sua ementa um programa de caráter mais quantitativo.

Além disso, conforme Alonso (1998), a criação de atitudes como resistência e bloqueio em relação à aprendizagem deve-se a fatores como passado acadêmico difícil, frustrações frequentes e/ou *performance* insuficiente. Logo, entende-se que seja normal que as dificuldades encontradas pelos alunos de Administração em relação às disciplinas de Finanças gerem uma autopercepção de incompetência para esta área.

Nessa perspectiva, acredita-se que o ambiente geral de ensino-aprendizagem precisa ser compreendido, por exemplo, as matérias que compõem o campo das

Finanças e suas áreas correlatas, as experiências escolares dos estudantes, as metodologias de ensino utilizada pelos professores, a relação teoria-prática das matérias e a relevância dos conteúdos para que ocorram modificações e melhorias na estrutura de ensino-aprendizagem. Diante disso, considera-se possível compreender o panorama atual dos alunos em relação aos fatores que causam dificuldades nas disciplinas de caráter mais quantitativo utilizando-se de questões propositivas que retornem respostas avaliativas (GOMES; NOGUEIRA; MOL, 2013).

Portanto, estabelecido este cenário, o presente estudo visa tratar do tema ensino-aprendizagem em Administração com foco nas experiências dos estudantes de graduação da UFS com as disciplinas da área de Finanças. Para isso, foi construído um problema de pesquisa com intuito de analisar como ocorrem as experiências de ensino-aprendizagem em relação a estas disciplinas sob a perspectiva dos discentes.

Este estudo foi estruturado em sete capítulos. No primeiro capítulo são apresentados a introdução, o problema de pesquisa, os objetivos e a justificativa. Já no segundo capítulo, o qual alicerça a pesquisa, está a fundamentação teórica. No capítulo seguinte, são apresentados e explicados os procedimentos metodológicos utilizados durante o estudo. O quarto capítulo exhibe a discussão dos dados junto com a análise dos resultados. No quinto capítulo, é elencada a conclusão deste estudo. O penúltimo capítulo, o sexto, traz as referências bibliográficas utilizadas como fonte de pesquisa. Por fim, o sétimo capítulo é composto pelos apêndices e anexos.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Motivado pelas experiências dos estudantes de graduação em Administração da UFS nas disciplinas de Finanças e, baseando-se nas perspectivas teóricas escolhidas, sugere-se, para este trabalho, o seguinte problema de pesquisa:

Como ocorrem as experiências de ensino-aprendizagem dos alunos de graduação em Administração da UFS nas disciplinas da área de Finanças?

1.2 OBJETIVOS

Apresentada a relevância de detectar os obstáculos e conhecer os motivos que podem causar prejuízos no que diz respeito ao ensino-aprendizagem em Administração na área de Finanças, os objetivos deste estudo dividem-se em geral e específicos.

1.2.1 Objetivo geral

Analisar as experiências relativas ao ensino-aprendizagem dos estudantes de graduação em Administração da UFS com as disciplinas da área de Finanças.

1.2.2 Objetivos específicos

A partir do objetivo geral anteriormente sugerido, propõem-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Mapear as disciplinas da área de Finanças e suas áreas correlatas do curso de graduação em Administração da UFS;
- b) Verificar o aprendizado dos assuntos de disciplinas de teor quantitativo baseado nas experiências escolares dos níveis fundamental e médio dos estudantes;
- c) Entender, sob a ótica discente, como a metodologia do docente influencia no processo de ensino-aprendizagem;
- d) Compreender a relevância dos conteúdos das disciplinas financeiras no processo de ensino-aprendizagem dos alunos pesquisados.

1.3 JUSTIFICATIVA

É possível observar, enquanto fenômeno prático, que na UFS os estudantes de graduação em Administração têm dificuldades nas disciplinas que demandam cálculos e matemática como base necessária ao desenvolvimento e compreensão dos assuntos.

Como este estudo pretende analisar as experiências relativas ao ensino-aprendizagem em relação a estas disciplinas, seu intuito é poder contribuir com um debate pertinente acerca das estruturas e metodologias de ensino-aprendizagem do curso de graduação em Administração da UFS.

Além disso, de acordo com os dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de 2019 – divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) – de cada 100 estudantes que concluíram o ensino médio em escolas públicas brasileiras, apenas 5 alcançaram o nível esperado de conhecimentos em matemática, ou seja, 95% dos alunos saem apresentando dificuldades. Ainda de acordo com os resultados, desses 95% que apresentaram dificuldades, 54% dos alunos demonstrou domínio insuficiente da disciplina, e 41% deles aprenderam só o básico (MEC, 2021).

Por isso, acredita-se que identificar a existência de dificuldades e seus principais fatores em relação a estas matérias seja essencial para que se possa traçar estratégias de ensino com novas metodologias adequadas a atender e sanar os problemas da formação acadêmica e profissional dos estudantes. Até mesmo, capacitá-los antes de fazerem as disciplinas financeiras, participando de atividades de extensão ou cursos de curta duração que os preparem para a área. Dessa forma, os alunos podem se motivar no que diz respeito à aprendizagem na área de Finanças tornando o processo agradável e menos doloroso.

Portanto, por meio de uma análise geral, este trabalho buscará trazer resultados inéditos que contribuam com a instituição levando-a a atingir níveis de ensino mais coerentes e robustos; com o Departamento de Administração (DAD) e seus professores para que suas estruturas e metodologias de ensino sejam aprimoradas, levando em consideração as condições de aprendizagem dos alunos e suas necessidades; e por fim, com a formação acadêmica e profissional dos estudantes que poderão desfrutar de uma aprendizagem mais prazerosa e sem bloqueios.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo destina-se a apresentar as perspectivas teóricas que fundamentam este estudo. Para facilitar a compreensão do assunto esta seção foi dividida em três partes: a primeira trata do ensino-aprendizagem em Administração; a segunda versa sobre os fatores que influenciam a formação dos estudantes; e a terceira traz os conceitos sobre o campo das Finanças.

2.1 O ENSINO-APRENDIZAGEM EM ADMINISTRAÇÃO

De acordo com Azevedo *et al.* (2012), a produção científica com foco em ensino-aprendizagem e pesquisas em Administração era baixa até o final da década de 1990 se comparada com outras áreas, porém durante esse tempo vem crescendo significativamente. Destaca-se que a evolução é real e nítida, visto que o tema ensino-aprendizagem em Administração já conquistou seu espaço tendo congressos e revistas acadêmicas voltadas para o assunto (LIMA; SILVA, 2017; RODRIGUES; MATIAS, 2016; SILVA *et al.*, 2012). Essa mudança deve-se aos constantes incentivos dos órgãos responsáveis pelo desenvolvimento científico do Brasil, por exemplo, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e às mudanças de comportamento no que diz respeito aos interesses das pessoas que compõem o mundo acadêmico (AZEVEDO *et al.*, 2012).

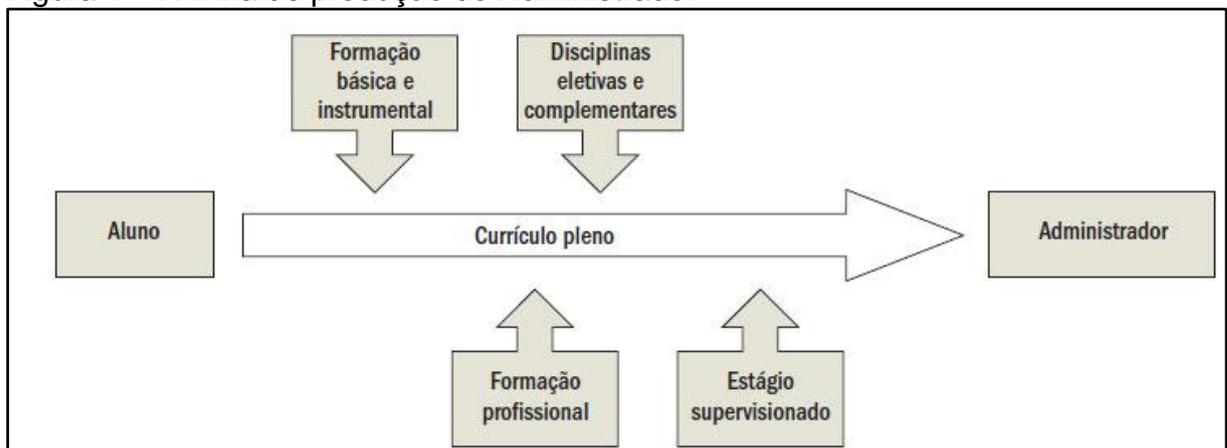
Apesar da crescente evolução em estudos científicos, segundo Araújo *et al.* (2014) o ensino-aprendizagem em Administração continua utilizando uma visão funcionalista, ou seja, predomina-se no processo de ensino a reprodução do conhecimento por parte dos professores que muitas vezes não estimulam o senso crítico e o pensamento reflexivo necessários ao processo de aprendizagem dos alunos. Ainda segundo os autores, recomenda-se que o processo de ensino esteja preparado e orientado para estimular atitudes e comportamentos participativos dos alunos, atendendo assim suas necessidades de aprendizagem.

Silva (2009) categoriza o processo de ensino-aprendizagem em duas dimensões: a dimensão objetiva que é composta pelos conhecimentos e técnicas, e a dimensão subjetiva que engloba as relações interpessoais e o autoconhecimento.

Segundo a autora, para atingir um desempenho mais eficiente, sugere-se que o processo de ensino-aprendizagem utilize uma mescla de ambas as dimensões.

Porém, de acordo com Nicolini (2003), as dimensões subjetivas muitas vezes são deixadas de lado e o que resta é um processo de ensino-aprendizagem em Administração objetivista, o qual o autor faz uma analogia a uma linha de produção por se tratar de uma administração extremamente tecnicista. A figura 1 ilustra essa metáfora.

Figura 1 – A linha de produção do Administrador



Fonte: Nicolini (2003).

Critica-se, principalmente, nesse modelo de linha de produção que o processo de ensino-aprendizagem em Administração objetivista não prepara os alunos para resolverem os problemas das organizações do mundo real (NICOLINI, 2003). Isso já era apontado desde a década de 1980, que segundo Motta (1983, p. 54) “a maior parte dos cursos está preparando nem mesmo para hoje, mas sim para ontem”.

Araújo *et al.* (2014) dizem que esse predomínio da dimensão objetiva faz com que os docentes olhem exclusivamente para a ciência e entendam como necessário, apenas, o domínio absoluto dos conhecimentos e técnicas em detrimento das relações interpessoais e do autoconhecimento. Em contrapartida, os discentes vivem uma crise existencial em relação à objetividade e à subjetividade, pois estão sendo estimulados excessivamente em relação aos conhecimentos e técnicas específicos da Administração tecnicista, e muitas vezes lhes faltam o desenvolvimento da dimensão subjetiva – relações interpessoais e autoconhecimento – para completar o ciclo de formação acadêmica e profissional com excelência. Ainda segundo Araújo *et al.* (2014), no que diz respeito às dimensões subjetivas, os futuros administradores

precisam dominar habilidades humanísticas, por exemplo, comunicação, trabalho em equipe, consciência social e, principalmente, ser autogerido para realizar tomadas de decisão ao longo da vida profissional.

Nessa perspectiva, acredita-se que inserir a dimensão subjetiva seja fundamental para o equilíbrio do processo de ensino-aprendizagem em Administração e obtenção de melhores resultados, pois o ensino amplamente objetivista não permite aos futuros administradores experimentarem os desafios, as alegrias e as dificuldades de sua profissão (SILVA, 2009).

Pimenta e Anastasiou (2002) reafirmam a ideia inicial de Araújo *et al.* (2014) ao dizer que no processo de ensino-aprendizagem do ensino superior ainda persiste um modelo tradicional metodológico em que se baseia em uma exposição demasiada de assuntos pelos professores e a passividade dos alunos enquanto ouvintes. Dessa forma, o processo educativo se resume em relações individualistas que tem como característica a falta de interação entre professores e alunos.

Para Knowles, Holton e Swanson (2011) os princípios da andragogia devem orientar a educação superior, a qual é composta basicamente por indivíduos adultos. De acordo com os autores, esses princípios estão relacionados com as experiências passadas dos aprendizes, a aprendizagem autogerida, e a atenção, motivação e necessidade de aprender dos alunos, ou seja, os princípios da andragogia focam em um papel ativo e autônomo dos alunos no processo de aprendizagem.

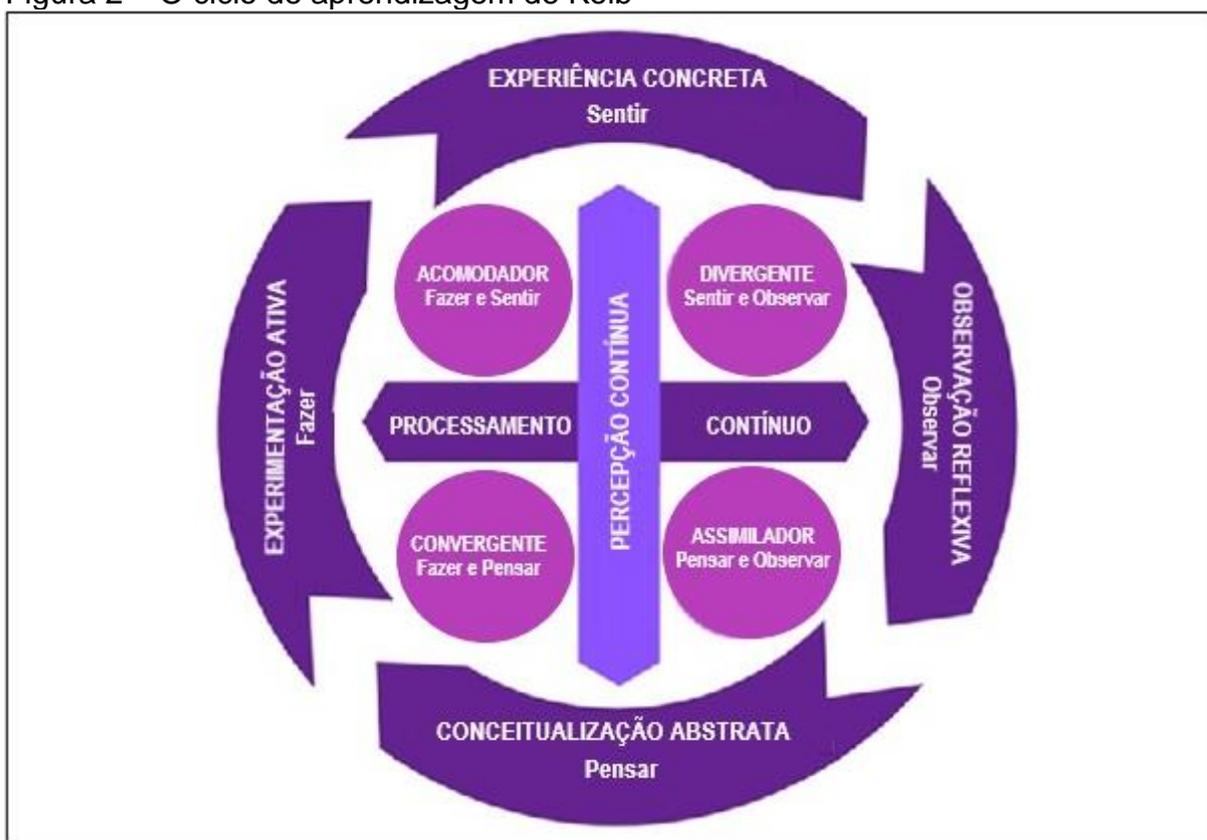
Corroborando esse pensamento, Araújo *et al.* (2014) afirmam que nos últimos anos os debates acerca da introdução de novas técnicas e métodos de ensino em Administração que considerem o ambiente social do aluno têm aumentado. Porém, os autores dizem que para isso acontecer é preciso que a formação acadêmica dos docentes sejam cada vez mais compostas por práticas de como ensinar do que por assuntos de ensino objetivistas (conhecimentos e técnicas específicos da área).

Para Cordeiro e Silva (2012) uma teoria de ensino-aprendizagem que pode ser utilizada em Administração é a aprendizagem experiencial. Essa teoria foi desenvolvida por Dewey e aprimorada por Kolb com foco no desenvolvimento do adulto, em especial do profissional. Kolb (1984) propõe que a aprendizagem para ser internalizada deve ser vivenciada concreta e ativamente e não apenas abstrata e reflexivamente. Na visão do autor, o professor tem a responsabilidade de proporcionar

aos alunos experiências que tornem o aprendizado (recebimento e processamento das informações) não apenas visual e auditivo, mas também cinestésico.

O ciclo de aprendizagem de Kolb (1984) engloba quatro etapas: a primeira é a **experiência concreta**, em que o aluno se encontra com uma nova experiência; a segunda é a **observação reflexiva**, onde o aluno passa a refletir sobre a experiência anteriormente encontrada; a terceira é a **conceitualização abstrata**, com base nas reflexões da etapa anterior, esse é o momento do aluno formar suas ideias ou modificar ideias abstratas existentes; por fim, a **experimentação ativa** é a etapa em que o aluno aplica no caso concreto as ideias formuladas para verificar se ocorre alguma modificação na experiência concreta e, a partir daí, inicia-se o ciclo novamente. A figura 2 ilustra o ciclo de aprendizagem de Kolb.

Figura 2 – O ciclo de aprendizagem de Kolb



Fonte: Bola (2021).

Ainda de acordo com o ciclo de aprendizagem de Kolb (1984), representado na figura 2, entende-se que as experiências concretas resultarão em uma aprendizagem, por parte do aluno, de forma concreta, reflexiva, abstrata e ativa. Além do mais, a combinação dos quatro estágios supracitados, em pares de dois em dois,

gera os quatro estilos individuais de aprendizagem, são eles: **divergente**, alunos reflexivos com grande capacidade de imaginação que têm como principal característica a geração de ideias; **assimilador**, alunos teóricos que apresentam forte capacidade de criar modelos teóricos indutivos; **convergente**, alunos pragmáticos com alto raciocínio hipotético-dedutivo tendo como característica a aplicação prática das ideias; e **acomodador**, alunos ativos que podem executar muito bem novos experimentos e planos, além disso gostam de novas experiências. Acredita-se que cada um possui características particulares de aprendizagem intrinsecamente ligadas ao modo como uma pessoa percebe (experiência concreta ou conceitualização abstrata) e processa (experimentação ativa ou observação reflexiva) a informação (SONAGLIO; GODOI; SILVA, 2013).

Para Sonaglio, Godoi e Silva (2013) outra teoria de ensino-aprendizagem em Administração bastante eficiente é a aprendizagem em ação (*Action Learning – AL*) desenvolvida por Revans (1980), pois ela tem como objetivo resolver problemas reais com foco no autodesenvolvimento e no aprender fazendo. Para isso, baseia-se na aprendizagem por meio da ação centrada na experiência, ou seja, o professor age como facilitador do processo de ensino, estimulando os estudantes ao pensamento crítico e reflexivo tanto no que diz respeito à aplicação dos conhecimentos e técnicas quanto ao envolvimento das relações interpessoais e seu autoconhecimento. A figura 3 ilustra o modelo da aprendizagem em ação de Revans:

Figura 3 – Aprendizagem em ação de Revans



Fonte: *World Institute for Action Learning* (2021).

Nesse método, as pessoas devem assumir a responsabilidade por sua própria aprendizagem por meio do nível em que as informações são processadas. As atividades são usadas durante o processo de ensino para manter o aluno ativo com o seu processo de aprendizagem, ou seja, eles se envolvem debatendo acerca de problemas reais em tempo real o que gera o pensamento reflexivo voltado ao desenvolvimento de ações que solucionem os problemas. Diversos estudos comprovam a eficiência do método (REVANS 1980; PEDLER, 1991; RAELIN, 1997; WEINSTEIN, 1998; DILWORTH; WILLIS, 2003).

Apesar de terem muito em comum, a aprendizagem experiencial e a aprendizagem em ação são distintas. A aprendizagem experiencial enfatiza a aprendizagem por meio da participação significativa e da reflexão estruturada sobre experiências reais ou simuladas. Já a aprendizagem em ação se baseia na teoria do construtivismo e enfatiza a aprendizagem por meio da construção de conhecimentos e experiências anteriores, geralmente em grupos (CORDEIRO; SILVA, 2012; SONAGLIO; GODOI; SILVA, 2013).

Desse modo, é importante destacar que o ensino superior em Administração pode desenvolver-se com metodologias ativas uma vez que esses métodos, diferentemente dos tradicionais, deixam de lado a memorização dos conteúdos e amplia a capacidade de tomada de decisão ao envolver desafios que requer a participação e interação dos alunos.

Além disso, conforme Sauaia (1995) o futuro administrador está sujeito a dois grandes desafios: ter conhecimentos técnicos necessários à prática da administração enquanto ciência; e, ter experiência e habilidades práticas requisitados pela administração, enquanto arte, para pôr em prática a tomada de decisão. Dessa forma, subentende-se que estabelecer um ensino-aprendizagem plenamente satisfatório é fundamental para os futuros administradores.

Aktouf (2005) analisa que o ensino de Administração muito mais do que para reprodução, no futuro, deverá ser um ensino para mudança, o que irá exigir dos professores um afastamento do sistema de ensino tradicional de Administração e uma maior sensibilidade humana e experiência prática. Portanto, acredita-se que os métodos inovadores de ensino devem ser amplamente buscados para que ultrapassem a fronteira do conhecimento e despertem a consciência analítica, crítica e reflexiva dos alunos inseridos no processo de aprendizagem.

2.2 FATORES QUE INFLUENCIAM A FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES

Segundo Gomes (2018) existem diversos fatores que podem interferir tanto de forma positiva quanto negativa na formação dos estudantes. Fatores sociais, econômicos, físicos, mentais, dentre outros são exemplos disso. Porém, identifica-se que o fator de maior influência se trata da forma de atuação do docente em conjunto com comportamentos e atitudes positivas dos discentes no processo de ensino-aprendizagem. Ainda de acordo com o autor, esse fator tem o poder transformador e determinante no processo de formação dos estudantes.

Portanto, a relação professor-aluno e a metodologia de ensino utilizada pelos professores são preponderantes para que o processo de ensino-aprendizagem atinja níveis de excelência. Além disso, destaca-se que outros fatores diversos podem influenciar no processo de formação dos estudantes.

2.2.1 A relação professor-aluno

Para Azevedo *et al.* (2012), intersubjetividade, interação e afetividade são três concepções básicas que fundamentam a relevância e influência do professor no processo de formação dos estudantes. Segundo Fazenda (2002), observa-se que a relação entre professor e aluno fundamentalmente se apoia nas relações humanas. Com isso, a qualidade das conexões que são estabelecidas no contexto acadêmico-escolar está incluída no tema da educação.

A intersubjetividade refere-se à comunicação das consciências individuais, realizada com base na reciprocidade (FAZENDA, 2002). Portanto, acredita-se ser improvável que ocorra um trabalho de formação de qualidade sem que haja uma boa relação entre professor e aluno, pois um complementa o outro.

Ao estabelecer a segunda concepção básica – interação – Azevedo *et al.* (2012) corroboram com Vygotsky (1994), o qual afirma que as relações sociais são componentes preponderantes no processo de aprendizagem, por isso a importância de as pessoas estabelecerem interações. Nesse quesito, nota-se que o professor é o ponto-chave do processo de formação dos estudantes, sendo que recai sobre ele a responsabilidade de estimular a interação social, entre ele e os alunos, de forma

favorável a aumentar a produtividade do ensino-aprendizagem (GASPAR; MONTEIRO, 2005).

De acordo com Fernández (1991, p. 47), “para aprender, necessitam-se de dois personagens (ensinante e aprendente) e um vínculo que se estabelece entre ambos”. Dessa forma, o autor confirma que a afetividade do vínculo é preponderante para a formação dos estudantes. Ainda nesse quesito, apoiando-se no que foi dito anteriormente pelos autores, Vygotsky (1994) diz que a aprendizagem é influenciada pelos aspectos afetivos. Com isso, destaca-se que a intersubjetividade, a interação e a afetividade são fatores primordiais que influenciam a formação e têm o poder de motivar tanto os alunos quanto os professores.

Conforme Abreu e Masetto (1990, p. 115):

é o modo de agir do professor em sala de aula, mais do que suas características de personalidade que colabora para uma adequada aprendizagem dos alunos. Não existe nenhum conhecimento efetivamente humano, que não seja socialmente produzido e não esteja entretido de afeto.

Desse modo, admite-se que o professor tem papel primordial na qualidade do ensino e sua capacidade de estimular as relações sociais entre os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem é um dos principais fatores que exercem influência na formação dos estudantes. Em contrapartida, este não é o único fator que tem o poder motivacional e estimulador de influenciar o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes.

2.2.2 Metodologias de ensino

De acordo com Moreira e Fontenele (2011), para que o processo de ensino-aprendizagem obtenha melhores resultados em relação à formação dos alunos é preciso que haja uma melhoria nos métodos de ensino tradicionais, buscando inová-los e adequá-los.

No que diz respeito à formação dos estudantes da área de Finanças, segundo Rodrigues e Matias (2016) existem muitas metodologias práticas, por exemplo, o estudo de caso, a aprendizagem baseada em problemas, as simulações e os jogos de empresa que podem contribuir para o ensino-aprendizagem. Por meio dessas metodologias, os docentes responsáveis pelo processo de ensino podem atribuir aos discentes a corresponsabilidade em seus respectivos processos de aprendizagem,

possibilitando o desenvolvimento da habilidade de estudo autônomo (SONAGLIO; GODOI; SILVA, 2013).

Para Graddy (2004) o estudo de caso é uma metodologia que busca desenvolver uma atividade específica com foco em aprofundar a aprendizagem naquele conteúdo específico, porém é necessário que os professores acreditem que analisar experiências reais é mais eficiente do que os métodos tradicionais de ensino. Verifica-se que o estudo de caso é eficiente no ensino de Finanças, pois há diversos trabalhos publicados que comprovam a aplicação do método (BRIGHAM *et al.*, 1972; EITEMAN; SMITH, 1974; GITMAN; LEWIS; YATES, 1987).

Uma variação do estudo de caso – genericamente chamada de “ao vivo” – é proposta por Simkins (2001), nessa metodologia os alunos apresentam suas análises e decisões de um problema real como se estivessem prestando uma consultoria aos executivos das empresas.

Graham (2011) afirma que muitos alunos que estudam Finanças acham seu conteúdo irrelevante por se tratar apenas de teoria que tem pouca aplicabilidade prática. Nesse sentido, imagina-se que os professores podem apresentar dificuldades em adotar metodologias que estabeleçam a conexão entre teoria e prática. Moreira e Fontenele (2011) com o objetivo de solucionar esse problema na formação dos alunos, desenvolveram um simulador empresarial como ferramenta auxiliar no ensino-aprendizagem de Finanças.

Vihtelic (1996) diz que práticas reflexivas são essenciais para que as pessoas possam aprender, então o autor sugere a aplicação do ensino de Finanças Pessoais na formação dos estudantes em um primeiro momento para que eles possam praticar e refletir usando suas próprias vidas, para somente depois aprenderem sobre Finanças Corporativas.

2.2.3 Fatores diversos

Saviani (1987) e Teixeira (1997) afirmam que tanto o processo de ensino quanto aprendizagem não podem ser estudados de forma isolada, pois é preciso levar em consideração todo o contexto em que o tema está inserido. Assim, acredita-se que aspectos como o local, o histórico e a política podem moldar as relações sociais em que o ambiente de ensino se encontra.

Neste sentido, Teixeira (1997, p. 85) diz que “umas das modificações mais profundas no conceito da escola consiste, exatamente, em reconhecer-lhe a dependência, par e passo, das condições do meio de que ela deve ser um reflexo e uma condensação”. Apesar de analisar outros fatores que estão envolvidos no ambiente educacional, o autor também questiona de forma indireta e em um nível menor o papel do professor, pois ele está inserido no ambiente que compreende o processo de educação.

Já para Saviani (1987) a responsabilização recai muito mais ao conteúdo do que ao professor em si. Para ele, os conteúdos são os principais responsáveis para que os estudantes permaneçam presos e atentos nas aulas, pois é por meio deles que os alunos adotam uma postura ativa ao invés de se acomodarem como meros espectadores.

Além disso, Gomes (2018) aponta outros fatores, por exemplo, fatores sociais e econômicos, os quais têm o poder de proporcionar conforto aos estudantes para que tenham uma boa qualidade de vida facilitando assim o aprendizado ou não; fatores físicos e mentais, que podem ser limitantes de aprendizagem dos alunos, pois estes podem aumentar o nível de dificuldade a depender da condição particular de cada indivíduo.

Portanto, entende-se que a formação dos estudantes não está isolada do ambiente e desconexa da realidade. Percebe-se que o professor é o principal agente de transformação porque é por meio das conexões estabelecidas com os alunos e da sua metodologia de ensino que todo o conteúdo é transmitido. Porém, não se pode responsabilizá-lo por todas as dificuldades no processo de aprendizagem e formação dos estudantes. Acredita-se que outros fatores como motivação, assiduidade às aulas, aprendizagem anterior de assuntos básicos necessários à compreensão das aulas – os quais serão investigados por este estudo – influenciam na aprendizagem e interferem no desempenho dos estudantes (AZEVEDO *et al.*, 2012; CORDEIRO; SILVA, 2012; GOMES; NOGUEIRA; MOL, 2013).

2.3 O CAMPO DAS FINANÇAS

Segundo Solomon (1966), as Finanças Corporativas eram consideradas como parte da ciência econômica, mais especificamente como um ramo especial da

economia institucional, até o final do século XIX. Rodrigues e Matias (2016) afirmam que elas tinham por objetivo explicar e descrever todas as formas de financiamentos e investimentos – tanto no curto quanto no longo prazo – responsáveis pelo desenvolvimento das organizações.

De acordo com Moulton (1921), no início do século XX as ciências econômicas cresceram tanto que a grande demanda de trabalho fez com que houvesse um rápido desenvolvimento de cursos no campo das Finanças e uma crescente nas escolas de Administração de Empresas. Com isso, Finanças surgiu como campo de estudo a partir dos anos 1900, e durante esse tempo vem acompanhando as mudanças das organizações, as variações dos mercados e a evolução da economia seja no quesito técnico ou conceitual (RODRIGUES; MATIAS, 2016).

Para Bodie e Merton (2002, p. 32), “finanças é o estudo de como as pessoas alocam recursos escassos ao longo do tempo”. De acordo com este conceito, acredita-se que Finanças tem um significado amplo, pois a administração de recursos escassos também engloba fatores pessoais como tempo e renda, ou seja, Finanças não está restrita somente à aplicação do conhecimento na administração dos recursos financeiros de um negócio ou organização.

Nessa perspectiva,

a teoria financeira fica estabelecida como sendo um conjunto de conceitos que ajudam a organizar o pensamento das pessoas sobre como alocar recursos ao longo do tempo e um conjunto de métodos quantitativos para ajudar as pessoas avaliarem alternativas, tomarem decisões e implementá-las (BODIE; MERTON, 2002, p. 32).

Segundo Gitman (2010), Finanças pode ser definida de modo geral como a ciência e a arte de gerir capitais que tem o poder de afetar a vida de qualquer indivíduo ou organização. Por isso, pressupõe-se que os conceitos de Finanças devem ser aprendidos e dominados por todos, isto é, seus conhecimentos não devem ser exclusivamente dos profissionais que atuam ou irão atuar nesta área.

Para Rodrigues e Matias (2016) a área de Finanças é ampla e contempla os mais diversos conteúdos, por exemplo, finanças pessoais e comportamentais, decisões de investimentos e financiamentos, risco de mercado e retorno esperado, estimativas de fluxo de caixa, elaboração do orçamento de capital, gestão de custos, negócios financeiros, mercado de capitais, comércio exterior, etc.

Levando em consideração as oportunidades de formação e caminhos profissionais, as Finanças se subdividem em duas grandes áreas: os serviços

financeiros e a administração financeira. Os serviços financeiros estão relacionados com a prestação de serviços do tipo assessoria, e todas as ofertas de produtos financeiros a pessoas, empresas e governo; enquanto a administração financeira está ligada diretamente às atividades de tomadas de decisões financeiras dentro de uma organização e, é uma atividade orientada por objetivos (GITMAN, 2010).

De acordo com Rodrigues e Matias (2016), destaca-se que uma das principais vantagens da área de Finanças é proporcionar uma variedade de caminhos possíveis que um profissional pode traçar em sua carreira. Na área dos serviços financeiros, por exemplo, um dos campos que tem sido muito procurado por jovens profissionais no Brasil é o mercado de capitais, pois este atrai os egressos pela perspectiva de boa remuneração variável.

Por outro lado, nos últimos anos a administração financeira vem ganhando destaque nas empresas. Neste sentido, ela passou a ser percebida como parte estratégica da geração de receitas e da busca por resultados, englobando diversas atividades, tais como, planejamentos financeiros e estratégicos, contabilidade, tesouraria, controladoria e auditoria (COSTA, 2014).

Desta maneira, entende-se que cabe aos administradores financeiros gerenciar todos os tipos de atividades ligadas a Finanças, por exemplo, análise de investimentos; orçamentos e previsões financeiras; administração do caixa e do crédito; captação de fundos, dentre outras, visando atingir os objetivos dos proprietários e acionistas das empresas ou gestores, em caso de administração pública (AZEVEDO *et al.*, 2012). Para isso, acredita-se que uma sólida formação em Finanças, tanto no aspecto teórico quanto prático, é essencial para o Administrador.

Para Weston e Brigham (2004), o conhecimento financeiro também é primordial para os profissionais de outras áreas que fazem parte da gestão, porque muitas das decisões que envolvem o negócio e a sua respectiva área carrega consigo implicações financeiras. Portanto, acredita-se ser necessário que os gestores não financeiros saibam o suficiente da área de Finanças para tomarem suas decisões, dentro de sua especialidade, sem deixar de lado as implicações financeiras. Por isso, a importância de todos os estudantes de Administração se preocuparem com o aprendizado da área de Finanças, qualquer que seja sua futura especialidade.

Azevedo *et al.* (2012) destacam que a área funcional de Finanças vem ganhando um maior espaço no que diz respeito ao cenário acadêmico de

Administração e Contabilidade. Ainda segundo os autores, esse desenvolvimento do campo se deve em partes a instituições como a Sociedade Brasileira de Finanças (SBFin), a qual consiste em uma instituição que visa promover a formação acadêmica, bem como incentivar a realização de estudos na área; e, também, ao Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças (IBEF), o qual colabora com a evolução da área financeira por meio de programas com foco no desenvolvimento de executivos, por exemplo, o caso do IBEF Jovem.

Por fim, ressalta-se as principais razões, ainda que de forma resumida, pelas quais as pessoas buscam conhecimentos sobre Finanças, sejam elas estudantes acadêmicos ou não. De acordo com Bodie e Merton (2002), são cinco os motivos pelos quais as pessoas buscam estudar Finanças: administrar os recursos pessoais; buscar oportunidades de carreira compensadoras e interessantes; expandir a mente; lidar com o mundo dos negócios; e, para fazer escolhas como cidadão por meio de informações conhecidas publicamente.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, busca-se apresentar e explicar os procedimentos metodológicos utilizados durante o estudo. Para isso, detalha-se a abordagem da pesquisa e o seu propósito, os instrumentos utilizados na coleta de dados, a forma como a coleta de dados foi realizada, a técnica utilizada para analisar os dados coletados e, por fim, as categorias analíticas e os elementos de análise que compõem os resultados deste estudo.

3.1 ABORDAGEM E PROPÓSITO DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada por meio de uma abordagem qualitativa, visto que estudou aspectos subjetivos do fenômeno em análise de difícil quantificação. De acordo com Oliveira (2001), a abordagem qualitativa caracteriza-se, principalmente, pela facilitação dos seguintes fatores: descrever um problema complexo; analisar a inter-relação entre variáveis; e, interpretar os diversos processos dinâmicos vividos por grupos sociais.

Quanto aos objetivos, este estudo caracteriza-se por ser uma pesquisa descritiva, uma vez que evidenciou características e particularidades do ensino-aprendizagem em relação às disciplinas da área de Finanças do curso de graduação em Administração da UFS. Segundo Sampieri, Collado e Lucio (1998 *apud* CORDEIRO; SILVA, 2012, p. 250) “os estudos descritivos têm como objetivo descrever situações e eventos, medir e avaliar diversos aspectos, dimensões ou componentes do fenômeno investigado”. E, também, caracteriza-se por ser uma pesquisa exploratória, visto que examinou um problema de investigação pouco estudado (OLIVEIRA, 2001).

Com relação aos procedimentos, o presente trabalho utilizou-se da técnica do *focus group*, a qual analisou a situação específica, de maneira aprofundada e completa, a partir de um determinado grupo para entender o contexto em que as experiências dos estudantes estão inseridas e as variáveis que as influenciam (GODOI; BANDEIRA-DE-MELLO; SILVA, 2010). Segundo Vergara (2005), o *focus group* é um procedimento de coleta de dados que tem como foco entrevistar grupos de pessoas em conjunto com o objetivo de discutir e analisar um assunto específico.

Ele tem como características a homogeneidade do grupo, a interação entre os participantes, a discussão focada em um tópico específico e um moderador.

Além disso, este estudo utilizou-se da pesquisa documental, que, segundo Gil (2002, p. 45), “vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. Destaca-se que a pesquisa documental se difere da bibliográfica pela natureza das fontes. A base da pesquisa documental são documentos, por exemplo, ofícios, diários, regulamentos, resoluções, leis, etc.

3.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Empregou-se como instrumento de coleta de dados um roteiro de *focus group*, o qual teve como objetivo obter os relatos necessários para subsidiar a análise de como ocorrem as experiências de ensino-aprendizagem em relação às disciplinas da área de Finanças do curso de graduação em Administração da UFS. O roteiro proposto buscou revelar a existência de possíveis dificuldades na aprendizagem em relação a estas disciplinas.

No que diz respeito à análise documental, foi utilizado como instrumento de coleta de dados a Resolução nº 4 da Câmara de Educação Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE) (2005) e a Resolução nº 69 do Conselho do Ensino, da Pesquisa e da Extensão (CONEPE) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) (2012), que versa sobre o projeto pedagógico do curso de graduação em Administração e consta a sua estrutura curricular para mapear as disciplinas ligadas à área de Finanças e suas áreas correlatas.

3.3 COLETA DE DADOS

Coletou-se as informações – por meio da aplicação do instrumento de coleta de dados citado no subtópico anterior – diretamente com os alunos do curso de graduação em Administração da UFS, tendo o pesquisador deste trabalho como mediador da sessão do *focus group*.

A abordagem aos estudantes – por conveniência e, principalmente, acessibilidade – aconteceu por meio de reunião remota via *Google Meet* para que

fosse possível gravar os relatos dos alunos eletronicamente devido à pandemia da COVID-19. Eles foram reunidos em tempo real para responder e debater sobre as perguntas sugeridas no roteiro proposto, o qual serviu de direcionamento para alcançar os objetivos específicos deste estudo.

Destaca-se que a reunião foi conduzida pelo pesquisador deste trabalho que atuou como mediador da sessão e o debate aconteceu de forma livre. O aluno que estivesse se sentindo mais à vontade para responder à questão proposta no roteiro, pedia a palavra e fazia sua explanação baseada no seu ponto de vista acerca do tema. A partir da resposta inicial, os demais poderiam concordar ou discordar utilizando-se dos seus argumentos para reforçar suas opiniões. A sessão teve duração de 1 (uma) hora, 54 (cinquenta e quatro) minutos e 38 (trinta e oito) segundos e reuniu 8 (oito) estudantes, os quais formaram o grupo focal objeto de estudo.

Foi utilizado como requisito a exigência de que os participantes, os quais formam a amostra deste estudo, já tenham cursado no mínimo metade do curso e, preferencialmente, estejam próximo da conclusão. Conforme preconiza Tuckman (2002), todos os aspectos éticos (anonimato, confidencialidade, privacidade e voluntariado) que se constituem em direitos dos participantes foram considerados, já que, a participação se deu de forma voluntária e foi garantida a não identificação do participante durante a apresentação dos resultados.

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

Tendo como base a fundamentação teórica desenvolvida neste estudo, foi realizada uma análise compreensiva interpretativa, a qual consiste em um procedimento analítico que toma por base de seu exercício a compreensão do investigador enquanto sujeito compreensivo diante do problema em análise (SILVA, 2005). Neste estudo foi adotada esta técnica, pois ela permite compreender os significados das experiências de ensino-aprendizagem, uma vez que esses resultados representam uma descrição e interpretação dos relatos dos estudantes acerca das disciplinas da área de Finanças do curso de graduação em Administração da UFS.

A análise compreensiva interpretativa foi realizada a partir da estrutura de referência proposta por Silva (2005), descritas a seguir:

- a) transcrição, leitura e releitura dos relatos para codificação dos discursos;

b) criação de protocolos de codificação referentes as respostas, utilizando o código “EN.n”, em que “E” corresponde a estudante; “N”, ao número de ordem do participante em algarismos arábicos; e “n”, ao número da questão, em algarismos romanos, ao qual o discurso foi extraído segundo o roteiro proposto. Por exemplo, o código E7.III, corresponde ao discurso do estudante número 7 (sete), o qual foi extraído da pergunta número 3 (três), conforme o roteiro proposto;

c) definição de categorias analíticas;

d) estruturação dos resultados;

e) análise compreensiva interpretativa dos relatos em conformidade com os aspectos da fundamentação teórica.

Desta forma, foi possível compreender, a partir das respostas coletadas, como se relacionam os elementos elencados em cada categoria com o ensino-aprendizagem dos estudantes.

3.5 CATEGORIAS ANALÍTICAS E ELEMENTOS DE ANÁLISE

A partir dos objetivos específicos deste estudo e conforme a sistematização proposta por Silva (2005) para análise dos dados foram estabelecidas as categorias analíticas e os seus respectivos elementos de análise, os quais apoiaram na estruturação dos resultados. No quadro 1 pode-se observar um resumo dos objetivos específicos, as categorias analíticas e seus respectivos elementos de análise.

Quadro 1 – Objetivos específicos, categorias analíticas e elementos de análise

Objetivos específicos	Categorias analíticas	Elementos de análise
Mapear as disciplinas da área de Finanças e suas áreas correlatas do curso de graduação em Administração da UFS.	Disciplinas da área de Finanças e suas áreas correlatas	Núcleos de formação; Períodos semestrais.
Verificar o aprendizado dos assuntos de disciplinas de teor quantitativo baseado nas experiências escolares dos níveis fundamental e médio dos estudantes.	Experiências escolares dos estudantes	Dificuldade com cálculos; Aprendizado de assuntos básicos em disciplinas de teor quantitativo; Desempenho escolar em disciplinas de teor quantitativo.

<p>Entender, sob a ótica discente, como a metodologia do docente influencia no processo de ensino-aprendizagem.</p>	<p>Metodologia de ensino dos professores</p>	<p>Relação professor-aluno; Relação teoria-prática; Interação e autonomia dos alunos.</p>
<p>Compreender a relevância dos conteúdos das disciplinas financeiras no processo de ensino-aprendizagem dos alunos pesquisados.</p>	<p>Relevância dos conteúdos</p>	<p>Importância dos conteúdos; Nível de dificuldade dos conteúdos; Motivação e assiduidade as aulas baseadas nos conteúdos.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A amostral total da pesquisa foi de 8 (oito) estudantes do curso de graduação em Administração da UFS, os quais formam o grupo focal deste estudo. No que diz respeito ao gênero, 4 (quatro) alunos pesquisados são do gênero masculino e 4 (quatro) do gênero feminino.

A pesquisa abrangeu os discentes que estavam cursando entre o 8º (oitavo) e o 10º (décimo) período. A justificativa de entrevistar estudantes que estão próximo de concluir a graduação consiste em obter relatos mais robustos acerca da experiência de ensino-aprendizagem, pois estes carregam consigo uma experiência maior em relação ao projeto pedagógico do curso, uma vez que já cursaram grande parte das disciplinas, do que os alunos dos períodos iniciais.

Após realizar a análise descritiva dos participantes, iniciou-se, por meio da análise documental e, em seguida, do *focus group*, a análise de como ocorrem as experiências de ensino-aprendizagem em relação às disciplinas da área de Finanças do curso de graduação em Administração da UFS.

Destaca-se que a estruturação dos resultados se deu por meio de categorias analíticas, as quais estão diretamente ligadas aos objetivos específicos deste estudo. O roteiro abordou, conforme visto no quadro 1, as seguintes categorias analíticas: disciplinas da área de Finanças e suas áreas correlatas; experiências escolares dos estudantes; metodologia de ensino dos professores; e, relevância dos conteúdos.

4.1 DISCIPLINAS DA ÁREA DE FINANÇAS E SUAS ÁREAS CORRELATAS

Nesta categoria, mapeou-se as disciplinas da área de Finanças e suas áreas correlatas do curso de graduação em Administração da UFS de acordo com os seus respectivos núcleos de formação e períodos semestrais.

De acordo com a Resolução nº 4 da CES do CNE (2005), os núcleos de formação do curso de graduação em Administração se dividem em quatro: conteúdos de formação básica; conteúdos de formação profissional; conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias; e conteúdos de formação complementar. A área de Finanças, a qual, segundo Azevedo *et al.* (2012), ainda é carente – se comparada com as demais áreas nos quesitos ensino-aprendizagem e pesquisas em

Administração –, está localizada precisamente dentro do campo dos conteúdos de formação profissional.

Já a Resolução nº 69 do CONEPE da UFS (2012), que versa sobre o projeto pedagógico do curso de graduação em Administração, estabelece quais as disciplinas da área de Finanças e suas áreas correlatas são essenciais na formação acadêmica e no desenvolvimento profissional dos futuros administradores. No quadro 2, pode-se verificar quais são essas matérias, e como estão distribuídas segundo os campos de formação do curso de Administração.

Quadro 2 – Disciplinas da área de Finanças e suas áreas correlatas de acordo com os núcleos de formação

Núcleos	Disciplinas
Núcleo de Formação Básica	Contabilidade Aplicada à Administração I
	Contabilidade Aplicada à Administração II
	Fundamentos de Economia
Núcleo de Formação Profissional	Administração Financeira I
	Administração Financeira II
	Gestão de Custos I
	Gestão de Custos II
	Planejamento e Controle Financeiro
Núcleo de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias	Inferência (Estatística Aplicada)
	Introdução à Estatística
	Matemática Básica
	Matemática Financeira Aplicada à Administração
Núcleo de Formação Complementar	Cálculo I
	Comércio Internacional
	Mercado Financeiro
	Tópicos Especiais em Administração Financeira e Orçamentária

Fonte: Elaborado pelo autor com base em UFS (2012).

Ainda em consonância com a Resolução nº 69 do CONEPE da UFS (2012), as disciplinas que pertencem ao núcleo de formação básica estão relacionadas com estudos contábeis e econômicos, sendo necessárias para o desenvolvimento e compreensão global da área de Finanças. O núcleo de formação profissional comporta as matérias que são específicas da área de Finanças, seja ela financeira ou orçamentária, por isso são essenciais na formação profissional dos futuros administradores. Já o núcleo de estudos quantitativos e suas tecnologias tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento do raciocínio lógico, crítico e analítico nas operações com valores e formulações matemáticas. Por fim, as disciplinas sugeridas nos conteúdos de formação complementar, contribuem para o aprimoramento técnico e intelectual do aluno em relação à área de Finanças, porém estas são de caráter

optativo, visto que o discente pode escolher se aprofundar em Finanças ou em outra área da Administração.

A Resolução nº 69 do CONEPE da UFS (2012) também estabelece, de acordo com a estrutura padrão do curso de graduação em Administração, a distribuição das disciplinas da área de Finanças e suas áreas correlatas em períodos semestrais. No quadro 3, pode-se observar como elas estão distribuídas.

Quadro 3 – Disciplinas da área de Finanças e suas áreas correlatas de acordo com seus respectivos períodos semestrais

Períodos Semestrais	Disciplinas
Primeiro Semestre	Matemática Básica
	Fundamentos de Economia
Segundo Semestre	Introdução à Estatística
	Matemática Financeira Aplicada à Administração
	Contabilidade Aplicada à Administração I
Terceiro Semestre	Inferência (Estatística Aplicada)
	Contabilidade Aplicada à Administração II
Quarto Semestre	Administração Financeira I
	Gestão de Custos I
Quinto Semestre	Administração Financeira II
	Gestão de Custos II
Sexto Semestre	Planejamento e Controle Financeiro
Sétimo Semestre	-
Oitavo Semestre	-
Nono Semestre	-
Décimo Semestre	-
Optativo	Cálculo I
	Comércio Internacional
	Mercado Financeiro
	Tópicos Especiais em Administração Financeira e Orçamentária

Fonte: Elaborado pelo autor com base em UFS (2012).

Nota-se que a maioria das matérias da área de Finanças e suas áreas correlatas está concentrada na primeira metade do curso de graduação em Administração da UFS. Ressalta-se que as disciplinas de cálculo I, comércio internacional, mercado financeiro e tópicos especiais em administração financeira e orçamentária, por se tratarem de disciplinas optativas, podem ser alocadas em qualquer período semestral respeitando as suas respectivas ofertas pelo DAD e a opção de escolha individual de cada aluno.

Em concordância com as resoluções citadas anteriormente, Cordeiro e Silva (2012) afirmam que o ensino na área de Finanças requer conhecimentos básicos de várias outras ciências, por exemplo, contabilidade, economia, estatística e

matemática, pois esse conjunto de conhecimentos associados às informações financeiras possibilitam aos estudantes uma melhor tomada de decisão.

4.2 EXPERIÊNCIAS ESCOLARES DOS ESTUDANTES

Nesta categoria, verificou-se o aprendizado dos assuntos de disciplinas de teor quantitativo baseado nas experiências escolares dos níveis fundamental e médio dos estudantes. Destaca-se que não foi analisado o documento individual dos alunos, chamado histórico escolar. A verificação acerca do aprendizado dos assuntos por parte dos estudantes ocorreu mediante a análise dos relatos coletados durante a realização do *focus group*, baseado em suas lembranças e memórias de experiências vividas, por exemplo, dificuldade com cálculos, aprendizado de assuntos básicos em disciplinas de teor quantitativo e seus respectivos desempenhos escolares nestas matérias.

Os resultados da pesquisa revelaram quase uma unanimidade entre os entrevistados sobre a dificuldade com cálculos. Para a maioria dos alunos, este é um problema frequente e a sua resposta não está em uma inaptidão dos discentes, mas em um problema estrutural do sistema de ensino básico, seja ele o ensino fundamental ou médio.

Sim. Acredito que na minha vivência escolar não tive um ensino fundamental bom, deixou muito a desejar. O ensino médio melhorou um pouco, mas também não foi o ideal. Além disso, parei de estudar por aproximadamente 20 anos até retornar à graduação na UFS, portanto existiam muitas coisas que não lembrava mais (E1.I).

Sim. Minha base do ensino fundamental e médio não foi muito boa. Inclusive, durante o ensino médio convivi com greves e fiquei alguns períodos sem professor. Mas, apesar de todas as dificuldades, acredito que tenho uma afinidade com as disciplinas de exatas o que ajuda a reduzir um pouco essa dificuldade com cálculos (E2.I).

Sim, bastante. No ensino fundamental minha experiência não foi legal por conta da ausência de professores, seja por greve ou ausência de contrato. Desta forma, quando as aulas retornavam os assuntos eram ministrados de forma atropelada por conta do tempo perdido, muitas vezes na forma de trabalhos para repor as aulas. No ensino médio vivenciei as mesmas dificuldades do ensino fundamental, com isso trouxe todas as dificuldades com cálculos para a graduação (E4.I).

Sim. Acho que esse é o grande dilema de todos que vieram do ensino público. Muitas vezes ficamos sem professores por conta de greves ou ausência de contratos. Isso dificulta muito o aprendizado e a deficiência é carregada para o resto da vida (E5.I).

Sim, também tenho dificuldade com cálculos. Além de tudo que já foi falado pelos colegas, acredito que no ensino básico aprendemos a executar os cálculos por meio da repetição, ou seja, é como se decorássemos a fórmula de resolver. Entretanto, quando nos deparamos com novos problemas matemáticos temos dificuldades, pois não aprendemos a pensar de forma lógica a resolução dos problemas (E8.I).

De forma geral, os relatos corroboram o que foi dito por Fuentes, Lima e Guerra (2009) que os estudantes do curso de Administração não apresentam predisposição com relação às disciplinas que envolvem cálculos e matemática, e seria simplório falar em inaptidão para tratar das dificuldades dos alunos com estas matérias. Nota-se que o problema estrutural (ausência de professores e/ou greves) do sistema de ensino básico, especialmente no ensino público, faz com que esses estudantes não demonstrem afinidade quando se tratam de disciplinas que têm em sua ementa um programa de caráter mais quantitativo.

Outro grande problema que os alunos – os quais não têm uma inclinação natural aos cálculos – relataram foi a forma como o aprendizado acontece na escola. Considerando-se que a matemática é, acima de tudo, um tipo de linguagem universal, entende-se como imprescindível aprender a sua lógica. Todavia, os estudantes são ensinados de forma mecânica, por meio da repetição, que terá uma fórmula para resolver um tipo de problema e seu maior desafio é aprender a calcular as coisas, como se estivessem simplesmente replicando uma calculadora. Acredita-se que os alunos deveriam aprender na escola a lógica da linguagem matemática, a qual contribui no desenvolvimento do pensamento reflexivo e, raramente, utiliza números em suas explicações. Portanto, parece, ser mais coerente utilizar mais exemplos lógicos com símbolos e abstrações que permitam aos discentes desenvolverem o raciocínio lógico para interpretação dos problemas e execução dos cálculos.

Além disso, tomando como base as suas experiências dos ensinamentos fundamental e médio, os entrevistados também avaliaram como foi seu aprendizado no que se refere aos assuntos relacionados às disciplinas de teor quantitativo.

Se houvesse uma escala com os seguintes índices: péssimo, ruim, regular, bom e excelente, eu diria que meu aprendizado dos assuntos relacionados às disciplinas exatas se encaixaria no índice ruim (E1.II).

Levando em consideração essa escala que foi criada pelo colega, eu também diria que tive um aprendizado ruim (E2.II).

Eu acho que entre ruim e regular, mas ficaria com regular (E3.II).

Vou concordar com os colegas, como não tive um bom ensino básico, acho que ruim (E4.II).

Se me fizessem a mesma pergunta na época da escola, eu diria que seria excelente. Mas, analisando hoje, eu acho que foi ruim também (E5.II).

É até difícil de avaliar, mas se levar em consideração a minha capacidade de aplicação dos conhecimentos lá obtidos, nos dias atuais, seria regular (E6.II).

Creio que não tive muitas dificuldades em relação ao aprendizado dos assuntos. Acho que serei o único a votar nesse índice: bom (E7.II).

Nem tão ruim, nem tão bom, acho que regular (E8.II).

Percebe-se que a baixa relação estabelecida entre os estudantes e o aprendizado de assuntos do ensino básico (fundamental e médio) gera a dificuldade com cálculos no ensino superior. Isso valida o que foi dito por Alonso (1998), que a criação de atitudes como resistência e bloqueio em relação à aprendizagem deve-se a fatores como passado acadêmico difícil, frustrações frequentes e/ou *performance* insuficiente. Logo, entende-se que seja normal que as dificuldades encontradas pelos alunos de Administração em relação às disciplinas de Finanças e suas áreas correlatas gerem uma autopercepção de incompetência para esta área.

Ressalta-se que esta dificuldade relatada pelos entrevistados pode ser explicada pelo fato de que na escola eles não aprenderam a lógica da linguagem matemática, ou seja, aprenderam somente como utilizar algumas ferramentas (operações matemáticas) dessa linguagem. Analogamente ao aprendizado de um idioma estrangeiro, é como se os estudantes soubessem a tradução de diversas palavras do vocabulário (operações matemáticas), porém têm imensa dificuldade em conectá-las para formar orações e estabelecer um diálogo (desenvolvimento do raciocínio lógico para interpretação dos problemas e execução de cálculos).

Por último, mediante suas lembranças das experiências escolares e notas obtidas na época dos ensinos fundamental e médio, os entrevistados classificaram seu desempenho nas disciplinas de teor quantitativo.

São mais de 20 anos. Porém, pelo que me recordo, obtive sempre notas acima da média. Não me recordo de nunca ter tido um desempenho abaixo da média (E1.III).

No ensino fundamental lembro de ter tirado boas notas, geralmente acima da média. Já no ensino médio, as notas eram na média, suficientes para ser aprovado (E3.III).

Eu sempre tive um desempenho ótimo se for avaliar as notas. É até contraditório em relação às respostas anteriores, porque apesar de ter tido bom desempenho acho que o aprendizado não foi satisfatório (E4.III).

Apesar de ter classificado meu aprendizado como regular, lembro de ter tirado ótimas notas no ensino fundamental e boas notas no ensino médio.

Meu primeiro zero foi em contabilidade, já na Universidade, o que nos leva a crer que o desempenho em relação às notas não diz muita coisa quando não se leva o aprendizado (E6.III).

Minhas notas eram condizentes com meu aprendizado. Acho que sempre tive notas boas (E7.III).

Apesar de não ter tido um aprendizado muito bom, as notas eram acima da média. Refletindo agora, isso me leva a acreditar que talvez o sistema de avaliação não fosse adequado, principalmente quando tínhamos ausência de professores por conta das greves ou falta de contrato, pois as avaliações eram feitas na forma de trabalhos. Com isso, tirávamos boas notas, porém o aprendizado era prejudicado (E8.III).

Os discentes apontaram para falta de equilíbrio entre aprendizado e desempenho no ensino básico em disciplinas de teor quantitativo. Observa-se que apesar de muitos terem obtido um desempenho satisfatório no que diz respeito ao nível das notas, a maioria relatou não ter adquirido os conhecimentos necessários para a construção de uma forte base matemática. Nesse contexto, especificamente, pode-se questionar o sistema de avaliação do ensino básico, se realmente está avaliando o aluno da forma adequada e correta – verificando seu aprendizado real – ou, simplesmente, sendo um instrumento para cumprir às normas por mera formalidade. Portanto, os relatos evidenciam a fraca relação estabelecida entre aprendizado e desempenho, o que conduz a uma falsa sensação de aprendizagem por parte dos estudantes durante o período escolar.

4.3 METODOLOGIA DE ENSINO DOS PROFESSORES

Nesta categoria, entendeu-se, sob a ótica discente, como a metodologia do docente influencia no processo de ensino-aprendizagem. Destaca-se que a análise em questão se trata da metodologia de ensino dos professores das disciplinas de Finanças e suas áreas correlatas do curso de graduação em Administração da UFS. Foram avaliados os seguintes elementos de análise: relação professor-aluno, relação teoria-prática e interação e autonomia dos alunos durante as aulas das disciplinas financeiras.

Inicialmente, os entrevistados avaliaram a relação professor-aluno no que diz respeito às interações, conexões e vínculos estabelecidos no processo de ensino-aprendizagem.

Na minha avaliação pessoal, gostei bastante do jeito de lidar de muitos professores. Óbvio que existe sempre um fora da curva e que me marcou até hoje, inqualificável. Mas, a maioria deles são bastante prestativos, receptivos

e gostam de orientar, principalmente os professores do nosso departamento de Administração (DAD). Isso facilita bastante o nosso aprendizado. Também acredito que, muitas vezes, os vínculos não se estabelecem por conta dos alunos que não se abrem por algum tipo de bloqueio com os professores (E1.IV).

Alguns são mais abertos, o que facilita a nossa aproximação. Isso é bom, porque o aluno não se sente constrangido para estabelecer um vínculo, por exemplo, para tirar dúvidas. Já outros, apesar de muitas vezes se colocarem a disposição para tirar dúvidas, seu jeito é muito fechado e dificulta o estabelecimento de vínculo por parte do aluno (E2.IV).

Conforme o colega falou inicialmente, temos facilidade com os professores do nosso departamento em relação a isso. Acho que os maiores problemas são com professores de outros departamentos (disciplinas correlatas como contabilidade, economia e estatística), pois é difícil estabelecer vínculos com eles (E5.IV).

Creio que isso está muito mais ligado às características pessoais de cada um do que ao lado profissional, mas quando há conexão entre aluno e professor as coisas parecem fluir de forma mais natural (E6.IV).

Para que o vínculo aconteça é necessário que o professor se coloque à disposição de uma forma que o aluno se sinta seguro em realizar a aproximação, e não apenas por mera formalidade. Com alguns o vínculo acontece de forma natural; com outros é muito difícil. Eles se colocam a disposição, mas os alunos não se sentem seguros em se aproximar (E7.IV).

Alguns professores conseguem estabelecer essa conexão com facilidade, outros não. O fato é que, para mim, quando o professor e o aluno entram em sintonia um consegue extrair o máximo do outro (E8.IV).

As respostas ratificam o que foi dito por Vygotsky (1994) e Fazenda (2002), isto é, observa-se que a relação entre professor e aluno fundamentalmente se apoia nas relações humanas. Com isso, a qualidade das conexões que são estabelecidas no contexto acadêmico-escolar está incluída no tema da educação. Nota-se que os entrevistados convergem todos para a mesma ideia, ou seja, as interações, conexões e vínculos estabelecidos no processo de ensino-aprendizagem são preponderantes para que ocorra a extração da máxima *performance*, seja do aluno ou professor.

Além do mais, os resultados também vão ao encontro do pensamento de Azevedo *et al.* (2012), em que intersubjetividade, interação e afetividade são três concepções básicas que fundamentam a relevância e influência do professor no processo de formação dos estudantes. Nesse quesito, a partir das respostas obtidas, constata-se o que foi dito por Gaspar e Monteiro (2005), que o professor é o ponto-chave do processo de formação dos estudantes, sendo que recai sobre ele a responsabilidade de estimular a interação social, entre ele e os alunos, de forma favorável a aumentar a produtividade do ensino-aprendizagem.

Em seguida, os discentes pesquisados avaliaram a metodologia de ensino utilizada pelos professores, principalmente no que se refere à relação teoria-prática das disciplinas financeiras. Os resultados da pesquisa revelaram uma concordância entre os entrevistados sobre a relação teoria-prática favorecer o aprendizado, porém a metodologia utilizada pela grande maioria dos professores das disciplinas de Finanças e suas áreas correlatas se restringem somente à realização de exercícios com pouca aplicabilidade prática.

O primeiro choque da Universidade foi matemática básica: limites, derivadas e integral, ou seja, assuntos que não têm aplicabilidade nenhuma no dia-a-dia. Matemática financeira teve muitos exercícios, mas nunca soube como seria todas aquelas contas na prática. Administração financeira I e II teve muitos exemplos, mas também sempre abstratos. Já planejamento e controle financeiro – apesar de ter sido uma das mais difíceis para mim – foi a que tive maior entendimento prático (E3.V).

Algumas disciplinas não têm aplicabilidade nenhuma, por exemplo, matemática básica. Ela poderia servir para revisar assuntos do ensino básico que serão utilizados ao longo do curso nas demais disciplinas. Uma vez questionei o professor e ele não soube explicar como aquilo poderia ser colocado em prática para o curso de Administração (talvez por ser professor do departamento de matemática). E em sua grande maioria, as disciplinas não tiveram simulações práticas (E4.V).

É difícil até de criticar. Existem professores que até tenta trazer, mas acho que a estrutura da Universidade não contribui pela falta de laboratórios. Até mesmo, o tipo de ensino tradicional que é praticado não estimula as práticas. Mas, acredito que se houver uma maior quantidade de simulações práticas, as quais ensinem como aplicar todos esses cálculos no dia-a-dia de uma organização facilitaria muito o entendimento (E6.V).

O que vi foram alguns professores tentando trazer estudos de caso acerca de organizações, mas ainda de forma precária. A disciplina de planejamento e controle financeiro, apesar de não ter tido muitos problemas práticos, o professor sempre fazia analogia dos cálculos com a realidade das organizações, ou seja, como aqueles cálculos serviriam para uma possível tomada de decisão (E7.V).

De forma geral, a maioria dessas disciplinas não têm muita praticidade. Porém, lembro-me que na disciplina de gestão de custos a professora fez um trabalho interessante, o qual tínhamos que montar uma empresa e fazer todo o seu mapeamento de custos. É verdade que durante a confecção ninguém gosta porque é muito trabalhoso, mas em termos de aprendizado não temos do que reclamar (E8.V).

Percebe-se que a metodologia de ensino tradicional, apesar de preparar os estudantes, não atinge o nível de qualidade desejado para os dias atuais, o que pode ser melhorado. Desta forma, os relatos corroboram a visão de Moreira e Fontenele (2011), os quais afirmam que para que o processo de ensino-aprendizagem obtenha melhores resultados em relação à formação dos alunos é preciso que haja uma melhoria nos métodos de ensino tradicionais, buscando inová-los e adequá-los.

Considera-se a prática o mecanismo de aperfeiçoamento da aprendizagem dos componentes curriculares. No cenário atual, devido à baixa relação entre teoria e prática relatada, resta aos estudantes relacionar o conhecimento discutido em sala de aula nos diferentes componentes curriculares à sua prática profissional. Todavia, na maioria das vezes, os graduandos precisam de um melhor autodirecionamento, seja pela falta de maturidade ou pela baixa experiência para fazer tal relacionamento. Neste sentido, conforme sugerem Revans (1980) e Kolb (1984) a integração entre a prática profissional e a teoria abordada em sala de aula cresce em importância e magnitude, tornando-se primordial estreitar essa relação por meio de um empenho conjunto dos professores, levando os estudantes a alcançarem um aprendizado autodirecionado com grandes impactos acerca da prática profissional.

Por fim, os entrevistados refletiram sobre a afirmação de que a literatura aponta que os alunos absorvem melhor o conteúdo quando a metodologia de ensino propõe problemas práticos que geram debates em grupo para buscar soluções. Dessa forma, estimula-se a interação e autonomia dos alunos no processo de aprendizagem.

Concordo. Inclusive já tinha percebido isso, porque quando acontecem os trabalhos em grupo, os alunos que têm mais dificuldades conseguem participar debatendo com os demais integrantes. Isso estimula e desperta o interesse. Talvez, se fosse o professor ministrando a aula e todos assistindo, como é o tradicional, esse aluno que tem dificuldade ficaria calado e não iria nem tirar dúvidas com o professor (E1.VI).

Eu também concordo. O processo de análise e busca de soluções ajuda tanto no desenvolvimento do raciocínio crítico e analítico quanto na fixação do conteúdo (E2.VI).

Positivo (E3.VI).

Eu acredito que essa seja a melhor forma de aprendizagem, pois a Administração se resume em tomadas de decisão. Portanto, os problemas práticos acabam sendo um fator preponderante para que os alunos interajam e aprendam a tomar decisões de forma autônomas (E4.VI).

Concordo. Além disso tudo que já foi dito pelos colegas, esses problemas práticos estimulam as relações interpessoais (E5.VI).

Também concordo (E6.VI).

Concordo. Além de colocar em prática o assunto, as metodologias práticas fazem o trabalho em grupo acontecer. E todos nós sabemos que essa é uma habilidade importante no mundo da Administração (E7.VI).

Baseado na informação que os problemas práticos estimulam a interação e autonomia dos estudantes, eu também concordo. Apesar de não ter aulas com metodologias de ensino ativas, é possível notar que a metodologia tradicional não estimula tanto a interação e autonomia dos alunos (E8.VI).

Observa-se a importância da concordância feita pelos estudantes na associação entre teoria e problemas práticos, porém ainda insuficiente e longe do ideal. Para os discentes, a metodologia do ensino tradicional não se dispõe de forma a impulsionar o desenvolvimento da interação, autonomia e reflexão e não leva os estudantes a um papel mais ativo no processo de ensino-aprendizagem. Sendo assim, valida-se o que foi dito por Araújo *et al.* (2014), que o ensino-aprendizagem em Administração continua utilizando uma visão funcionalista, ou seja, predomina-se no processo de ensino a reprodução do conhecimento por parte dos professores que muitas vezes não estimulam o senso crítico e o pensamento reflexivo necessários ao processo de aprendizagem dos alunos. Com isso, recomenda-se que o processo de ensino esteja preparado e orientado para estimular atitudes e comportamentos participativos dos alunos, atendendo assim suas necessidades de aprendizagem.

Esse pensamento dos discentes é importante para que os docentes (mediadores do processo de ensino-aprendizagem) reflitam e adotem recursos e estratégias de ensino que propiciem aos estudantes viverem experiências associadas à teoria. Ressalta-se que várias metodologias práticas de ensino-aprendizagem podem ser utilizadas para atingir este objetivo, por exemplo, a aprendizagem em ação (REVANS, 1980) e a aprendizagem experiencial (KOLB, 1984). Além disso, outros métodos, tal como, a aprendizagem baseada em problemas (*Problem Based Learning* – PBL), podem ser implementados para solucionar a falta de equilíbrio entre teoria e prática apontada pelos resultados, a qual é um ponto a ser melhorado visando atingir um maior grau de desenvolvimento no processo de ensino-aprendizagem (BOROCHOVICIUS; TORTELLA, 2014).

Essas estratégias de ensino expõem os estudantes a situações complexas de tomadas de decisão, o que as tornam vantajosas em relação as estratégias de ensino tradicionais, pois elas requerem a exploração de várias experiências e conhecimentos por parte dos alunos. Portanto, torna-se relevante que as práticas em Administração estejam inseridas na vida acadêmica dos estudantes desde os primeiros períodos. Neste sentido, acredita-se que cabe aos docentes a utilização de metodologias de ensino ativas e ter a sensibilidade de perceber a oportunidade de integrar os conhecimentos teóricos às suas atividades práticas. Com isso, entende-se que os alunos possam experimentar uma aprendizagem que propicie significados substanciais à prática profissional.

4.4 RELEVÂNCIA DOS CONTEÚDOS

Por fim, nesta categoria, compreendeu-se a relevância dos conteúdos das disciplinas financeiras no processo de ensino-aprendizagem dos alunos pesquisados. Os estudantes debateram e relataram sobre a importância dos conteúdos, o nível de dificuldade dos conteúdos, e a motivação para estudar e serem assíduos às aulas com base nos conteúdos.

De maneira inicial, os participantes refletiram sobre a importância dos conteúdos das disciplinas financeiras no processo de formação do Administrador.

Os conteúdos das disciplinas financeiras são muito importantes. Na minha opinião, matemática básica é a exceção. Baseado nas experiências que tive, quem não passou pela teoria dos conteúdos vistos na Universidade precisa de muito mais vivência prática para aprender as coisas ligadas à Finanças do que quem já inicia com o conhecimento teórico. E, a parte administrativa-financeira é, sem dúvidas, muito importante para qualquer organização, pois ela dita o ritmo e a saúde da empresa. Posso falar com propriedade, pois tenho muita experiência prática com isso (E1.VII).

A única crítica que tenho é com relação à matemática básica. Fora isso, acho que os conteúdos são fundamentais. Eles proporcionam um entendimento geral das Finanças de uma organização. Essa base é necessária para o Administrador, principalmente, para o processo de tomada de decisão no que diz respeito às decisões financeiras (E2.VII).

Em relação aos conteúdos, acho que a única contestação é com relação à disciplina matemática básica. As demais disciplinas não há contestações, pois são essenciais para o processo de tomada de decisão que envolve as Finanças de qualquer organização. E, mesmo que não sejam decisões financeiras, toda decisão a nível de gestão em outras áreas deve estar alinhada às Finanças da empresa (E3.VII).

Tirando matemática básica são disciplinas e conteúdos muito importantes, por mais que no decorrer da vida profissional sigamos outras áreas. De forma geral, todos gestores de todas as áreas precisam ter o entendimento de Finanças, já que todas as decisões envolvem dinheiro para a empresa (E5.VII).

Todas as disciplinas da área financeira e seus conteúdos são fundamentais, exceto matemática básica. Estou perto da conclusão do curso e, até hoje, me pergunto como irei aplicar limites, derivadas e integral na minha vida profissional. As demais disciplinas são todas necessárias porque são conteúdos que estão diretamente ligados à vida do Administrador (E7.VII).

De forma geral, os componentes curriculares são adequados; e os conteúdos, pertinentes. Nota-se que os alunos reconhecem a importância dos conteúdos das disciplinas financeiras no processo de formação do Administrador, até mesmo aqueles que não pretendem seguir esta área. Por isso, os relatos vão ao encontro do pressuposto de que os conceitos de Finanças devem ser aprendidos e dominados por

todos, isto é, seus conhecimentos não devem ser exclusivamente dos profissionais que atuam ou irão atuar nesta área.

Neste sentido, os resultados apontam o que foi dito por Weston e Brigham (2004), que o conhecimento financeiro também é primordial para os profissionais de outras áreas que fazem parte da gestão, porque muitas das decisões que envolvem o negócio e a sua respectiva área carregam consigo implicações financeiras. Portanto, é necessário que os gestores não financeiros saibam o suficiente da área de Finanças para tomarem suas decisões, dentro de sua especialidade, sem deixar de lado as implicações financeiras. Por isso, a importância de todos os estudantes de Administração se preocuparem com o aprendizado da área de Finanças, qualquer que seja sua futura especialidade.

Todavia, os entrevistados também foram enfáticos ao citarem a disciplina de matemática básica do curso de graduação em Administração da UFS – a qual segundo a Resolução nº 69 do CONEPE da UFS (2012) faz parte do núcleo de estudos quantitativos e suas tecnologias e tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento do raciocínio lógico, crítico e analítico nas operações com valores e formulações matemáticas – como ponto-chave, pois ela pode servir como apoio para revisar assuntos dos ensinamentos fundamental e médio que servirão no decorrer do curso para enfrentar com maior naturalidade futuras práticas das disciplinas financeiras. Destaca-se que sua ementa atual traz consigo assuntos teóricos como limites, derivadas e integral, o que dificulta ainda mais a vida dos estudantes porque não contribuem de forma específica na realização de atividades práticas e nem mesmo na revisão dos assuntos básicos.

Ademais, os entrevistados avaliaram o nível de dificuldade dos conteúdos das disciplinas de Finanças e suas áreas correlatas.

Normalmente, os alunos de Administração têm dificuldades com números, pelo menos é a sensação que temos ao decorrer do curso conversando com a maioria dos colegas. Então, devido à dificuldade com cálculos, creio que seja a área mais difícil porque nos leva a um nível de esforço maior do que as demais áreas. Por um lado, isso é bom já que estimula o aluno a pensar, raciocinar, etc (E1.VIII).

Não acredito que os conteúdos em si sejam difíceis. Tampouco, não acredito que Finanças seja mais difícil que outras áreas. Creio que a dificuldade vem de outros fatores, principalmente a base dos alunos, conforme já debatemos anteriormente. Todavia, concordo com o colega quando ele diz que os conteúdos das disciplinas financeiras nos estimulam, ou seja, eles exigem um nível maior de raciocínio (E3.VIII).

Pode até ter algum assunto mais complexo, mas acho que os conteúdos não são difíceis. Eles acabam se tornando difíceis para gente por conta da dificuldade que carregamos e por conta da metodologia de algum professor, ou seja, creio que outros fatores que refletem essa dificuldade e não o conteúdo em si (E4.VIII).

Acredito que o nível de dificuldade dos conteúdos vai da individualidade de cada aluno, já que debatemos sobre alguns fatores que podem facilitar ou dificultar o aprendizado em disciplinas exatas. Como, normalmente, a maioria dos alunos vêm de um sistema de ensino básico precário, é normal achar que os conteúdos das disciplinas financeiras sejam mais difíceis (E5.VIII).

Por se tratar de interpretação de problemas, creio que esses conteúdos têm um nível maior de dificuldade do que outras áreas que envolvem mais teorias. Em Finanças, além da base matemática para realizar cálculos, os alunos precisam ter um bom raciocínio lógico para interpretar os problemas. Para mim, isso eleva o nível de dificuldade (E7.VIII).

Percebe-se que apesar de não haver um consenso entre os estudantes acerca do nível de dificuldade dos conteúdos, há uma predisposição entre eles em apontar um nível mais alto de dificuldade dos conteúdos das disciplinas de Finanças e suas áreas correlatas do que nas demais áreas, seja devido aos conteúdos em si ou fatores externos, por exemplo, dificuldade com cálculos do ensino básico e metodologia dos professores.

Além do mais, os alunos consideram o nível de dificuldade dos conteúdos adequados ao desenvolvimento de um processo reflexivo e crítico. Sendo assim, as disciplinas financeiras tornam-se uma excelente ferramenta para implementação de métodos ativos de ensino, já que, por meio de problemas de raciocínio lógico seus conteúdos requerem um alto nível de envolvimento dos discentes, o que permite estimular sua capacidade de tomada de decisão. Todavia, é preciso analisar quais componentes curriculares são adequados aos métodos ativos de ensino, pois nem todos poderão ser apropriados ao desenvolvimento prático da reflexão.

Finalmente, com base nos conteúdos que compõem a ementa das disciplinas financeiras, os participantes analisaram seu nível de motivação para estudar os assuntos e serem assíduos nos dias das aulas destas matérias.

Sinceramente, acho que apenas aqueles estudantes que gostam muito de cálculo se motivam por conta dos assuntos. Normalmente, a motivação para estudar e ser assíduo vêm de outras coisas, por exemplo, a disciplina para alcançar os objetivos (E1.IX).

A minha motivação para estudar e ser assíduo nas aulas acredito que aconteça por outros fatores, por exemplo, o sonho em terminar a graduação. Mas, o conteúdo em si, quando aprendemos em sala de aula também nos motiva a estudar, principalmente quando o professor traz exemplos práticos que facilitam o entendimento (E2.IX).

Se for avaliar a minha motivação para estudar baseada nos conteúdos, diria que depende do meu entendimento. Quando eu entendo o assunto, a minha motivação é alta; quando não entendo, a minha motivação é baixa. Mas, o que me motiva mesmo é a obrigação que tenho comigo em estudar para poder concluir o curso e seguir uma carreira profissional (E4.IX).

A motivação para ser assíduo nas aulas, baseada nos conteúdos, diria que é muito mais medo de se perder no caminho do que prazer pelo assunto. O assunto em si não me motiva a estudar porque eu não gosto de cálculos e exatas. Apesar disso, quando entendemos os assuntos ficamos mais motivados para realizar os exercícios e estudar (E6.IX).

Entender e aprender o conteúdo pode trazer a motivação para estudar e frequentar as aulas. Essa aprendizagem fica mais fácil quando o professor torna os exemplos mais palpáveis, ou seja, quando ele leva o conteúdo para prática. Porém, quando não entendemos o conteúdo, a motivação fica comprometida e desestimula o aluno em todos os sentidos. Dessa forma, estudar e frequentar as aulas se torna mais uma obrigação do que prazer pelo conteúdo (E8.IX).

Constata-se que para os estudantes os conteúdos são uma forma secundária de motivação e dependem muito do seu entendimento, o qual é conduzido pelo professor em sala de aula. Portanto, diferentemente do que foi dito por Saviani (1987), que a responsabilização recai muito mais ao conteúdo do que ao professor em si e que os conteúdos são os principais responsáveis para que os estudantes permaneçam presos e atentos nas aulas, para os entrevistados o professor tem papel mais importante no que diz respeito à motivação em estudar e ser assíduo nas aulas; e, é por meio da metodologia de ensino estabelecida pelo professor em sala de aula e pela aprendizagem do conteúdo por parte dos alunos, que estes adotam uma postura ativa ao invés de se acomodarem como meros expectadores, e não pela ementa do conteúdo em si.

Também, observa-se que os discentes veem mais positivamente as aulas mais dinâmicas, as quais integram explicações, exemplos e exercícios sobre casos práticos, ou seja, aquelas que buscam mesclar teoria e prática, pois tendem a facilitar o processo de aprendizagem. Posto isto, acredita-se que compete aos professores entender qual a melhor forma de trabalhar dinamicamente o desenvolvimento dos conteúdos dentro das disciplinas.

5 CONCLUSÃO

Os estudos na área de ensino-aprendizagem em Administração contribuem de forma considerável na formação acadêmica e profissional dos futuros administradores, pois auxilia gestores, professores e alunos de instituições de ensino superior a ampliarem os seus entendimentos sobre o complexo e dinâmico mundo contemporâneo (AZEVEDO *et al.*, 2012). Este estudo buscou analisar, sob a percepção discente, como ocorrem as experiências de ensino-aprendizagem em relação às disciplinas da área de Finanças do curso de graduação em Administração da UFS. Acredita-se que uma pesquisa desse teor pode contribuir para tornar mais significativa a aprendizagem destes componentes curriculares e instigar o debate acerca de novas propostas de ensino, uma vez que, por meio de um conjunto de informações extraídas junto aos agentes envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, este tipo de pesquisa analisa a necessidade de reestruturação curricular com base na integração de novas metodologias de ensino e cria uma síntese que exige um repensar acerca das estratégias pedagógicas de ensino-aprendizagem e suas práticas.

Observou-se, por meio desta investigação, que o curso de graduação em Administração da UFS ainda carece de uma maior integração no que diz respeito à relação teoria-prática, conseqüentemente, é perceptível a importância do papel ativo das pessoas inseridas no processo de ensino-aprendizagem, com vistas a promover a troca de diálogos e experiências para que essa lacuna seja reduzida. Nesse contexto, os professores, enquanto figuras centrais do processo de ensino-aprendizagem, enfrentam diversos desafios no que tange ao planejamento das aulas e suas metodologias de ensino, pois acredita-se que o docente precisa desenvolver e/ou potencializar o uso de estratégias de ensino e metodologias práticas que estimulem o pensamento analítico, crítico e reflexivo dos alunos, tornando-os sujeitos ativos e protagonistas dos seus processos de aprendizagem. Diante disso, conclui-se que já não é mais admissível continuar a desenvolver uma experiência pedagógica fundamentada apenas na dimensão objetiva (conhecimentos e técnicas) em detrimento da dimensão subjetiva (relações interpessoais e autoconhecimento), privilegiando a visão funcionalista que separa o aluno do professor, a aprendizagem do ensino, a teoria da prática, ou seja, recomenda-se a mescla de ambas dimensões

para que a sinergia gerada alcance ganhos na qualidade do ensino com autonomia da aprendizagem.

Ademais, as metodologias práticas sugeridas por este estudo não implicam em colocar a teoria em segundo plano, mas sim, contribuir para o aperfeiçoamento do processo de ensino-aprendizagem conectando e desenvolvendo estratégias capazes de gerar uma maior integração no que se refere à relação teoria-prática de forma transformadora. Desse modo, entende-se que é possível facilitar a compreensão do tema Finanças no curso de graduação em Administração da UFS e melhorar a formação acadêmica e profissional dos estudantes. Além disso, buscar meios de aproximar os acadêmicos dos profissionais do mercado também se revela como uma opção pertinente para que ambos possam somar esforços no sentido de reduzir a lacuna existente entre a teoria e a prática na formação acadêmica dos futuros administradores.

Diante disso, ressalta-se que a ótica discente, apesar de merecer atenção dos personagens responsáveis pelo processo de ensino-aprendizagem, é apenas um dos olhares possíveis. Também acredita-se ser importante observar a percepção dos docentes acerca do tema, pois estes carregam consigo toda a vivência de terem sido alunos no passado e, hoje, enquanto figuras centrais do processo de ensino-aprendizagem, estão do outro lado compartilhando experiências, ideias e conhecimentos adquiridos ao longo das suas vidas.

5.1 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

As limitações deste trabalho estão relacionadas à quantidade de informantes-chave que participou do estudo e a forma como o contato ocorreu (remotamente via *Google Meet*), uma vez que a pesquisa foi desenvolvida no período de pandemia da COVID-19. Com isso, o fato do difícil acesso de forma presencial aos estudantes assinala-se como fator limitador deste estudo.

5.2 SUGESTÕES DE ESTUDOS FUTUROS

Como sugestão de estudos futuros, recomenda-se realizar a pesquisa com um número maior de estudantes da UFS (podendo formar vários grupos focais) ou

ampliar o estudo para demais instituições de ensino superior que ofertam o curso de graduação em Administração para verificar como os resultados se comportam. Ainda nesse contexto, indica-se também a utilização desta pesquisa em cursos de pós-graduação em Administração cujo foco seja a área de Finanças, com vistas a investigar se as dificuldades inerentes ao aprendizado de conteúdos quantitativos em disciplinas de Finanças também é uma realidade nesses cursos.

Por fim, sugere-se a realização de novos estudos para analisar como ocorrem as experiências de ensino-aprendizagem em relação às disciplinas das demais áreas do curso de graduação em Administração da UFS, por exemplo, Gestão de Pessoas, Produção/Operações e *Marketing* com o objetivo de verificar se os resultados obtidos se assemelham ao campo das Finanças.

5.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A natureza produtiva desta pesquisa evidenciou lacunas na aprendizagem dos estudantes que podem viabilizar, por parte dos docentes, novas estratégias pedagógicas de ensino com objetivo de buscar a excelência na formação acadêmico-profissional. Com base nisso, entende-se como imprescindível rever não só a estrutura acadêmica do curso e sua forma de organização didático-pedagógica, mas também os padrões de comportamento e hábitos enraizados na conduta dos professores e alunos. Isso significa que a tradição educacional presente na atual metodologia pedagógica limita o ensino à sala de aula, e ensinar não se define apenas por repassar informações em um espaço delimitado. Em contrapartida, aprender também não se resume somente a ouvir as técnicas e os conhecimentos repassados pelo professor, aprender exige pensamento crítico e questionador diante da realidade. Portanto, considera-se pertinente que as práticas pedagógicas atuais sejam repensadas com objetivo de desenvolver uma nova consciência de ensino-aprendizagem que dê ênfase ao senso crítico e o pensamento reflexivo colocando professores e alunos como sujeitos ativos no cenário didático-pedagógico da sala de aula.

Diante dos resultados obtidos, surgem alguns questionamentos alinhados aos objetivos específicos deste estudo para reflexão:

1) A alta concentração de disciplinas da área de Finanças e suas áreas correlatas na 1ª (primeira) metade do curso é benéfica para o aprendizado?

2) As dificuldades apresentadas pelos estudantes com assuntos básicos de teor quantitativo dos ensinamentos fundamental e médio é um problema a ser solucionado no ensino superior?

3) Como implementar metodologias ativas nas aulas das disciplinas financeiras para atender a demanda de redução da lacuna existente entre a teoria e a prática?

4) A ementa atual da disciplina matemática básica é adequada ao curso de graduação em Administração?

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maria Celia de; MASETTO, Marcos Tarciso. **O professor universitário em aula: prática e princípios teóricos**. 11. ed. São Paulo: MG Editores Associados, 1990.
- AKTOUF, Omar. Ensino de Administração: por uma pedagogia para a mudança. A Administração e o conteúdo de ensino de Administração. **Revista Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 12, n. 35, p. 151-159, out./dez. 2005.
- ALONSO, Jesús. **Motivación y aprendizaje en el aula: cómo enseñar a pensar**. Madrid: Santillana, 1998.
- ARAÚJO, Guilherme Diniz. *et al.* Currículo e vínculos teoria-prática: reflexões no processo ensino-aprendizagem em um curso de graduação em Administração. **Revista de Gestão do UnilaSalle**, Canoas, v. 3, n. 2, p. 09-31, set. 2014.
- AZEVEDO, Carlos Eduardo Franco. *et al.* Por que Finanças? Avaliando o interesse dos estudantes de graduação em Administração pela área de Finanças. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 13, n. 6, p. 168-196, dez. 2012.
- BODIE, Zvi; MERTON, Robert C. **Finanças**. 1. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.
- BOLA, Isabela. **O que é aprendizagem experiencial?** Disponível em: <<https://www.youbilingue.com.br/blog/o-que-e-aprendizagem-experiencial/>>. Acesso em: 11 de set. de 2021.
- BOROCHOVICIUS, Eli; TORTELLA, Jussara Cristina Barboza. Aprendizagem baseada em problemas: um método de ensino-aprendizagem e suas práticas educativas. **Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 83, p. 263-294, jul. 2014.
- BRIGHAM, Eugene F. *et al.* *What makes short cases work in the basic finance course?* **Journal of Finance Education**, v. 1, n. 1, p. 65-68, 1972.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2005**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências. Brasília: Câmara de Educação Superior, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces004_05.pdf>. Acesso em: 11 de set. de 2021.
- CORDEIRO, Rebeca Albuquerque; SILVA, Anielson Barbosa da. Os estilos de aprendizagem influenciam o desempenho acadêmico dos estudantes de Finanças? **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, Santa Maria, v. 5, n. 2, p. 243-261, mai./ago. 2012.
- COSTA, Simone. **A hora dos profissionais de finanças é agora**. Disponível em: <<https://exame.com/carreira/hora-dos-profissionais-de-financas/>>. Acesso em: 24 de dez. de 2021.

DILWORTH, Robert L.; WILLIS, Verna J. **Action Learning: images and pathways**. Malabar: Krieger Publishing Company, 2003.

EITEMAN, David K.; SMITH, Keith V. *A portfolio analysis of teaching of investments*. **Journal of Financial and Quantitative Analysis**, v. 9, n. 5, p. 771-780, 1974.

FAZENDA, Ivani. **Construindo aspectos teóricos-metodológicos da pesquisa sobre interdisciplinaridade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FERNÁNDEZ, Alicia. **A inteligência aprisionada**. Porto Alegre: Artmed, 1991.

FUENTES, Verônica Lídia Peñaloza; LIMA, Ronaldo; GUERRA, Diego de Sousa. Atitudes em relação à matemática em estudantes de Administração. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 133-141, jan./jun. 2009.

GASPAR, Alberto; MONTEIRO, Isabel Cristina de Castro. Atividades experimentais de demonstrações em sala de aula: uma análise segundo o referencial da teoria de Vygotsky. **Revista Investigações de Ensino em Ciências**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 227-254, ago. 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GITMAN, Lawrence J.; LEWIS, William F.; YATES, Rebecca M. *An approach for assessing, selecting and using finances cases*. **Journal of Finance Education**, v. 1, n. 16, p. 56-64, 1987.

GITMAN, Lawrence. J. **Princípios de Administração Financeira**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

GODOI, Christiane Kleinubing; BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo; SILVA, Anielson Barbosa da. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**. São Paulo: Saraiva, 2010.

GOMES, Anna Cecília Chaves; NOGUEIRA, Cinthya Muiyrielle da Silva; MOL, Anderson Luiz Rezende. Concepções e atitudes em relação à disciplina de Administração Financeira. **Revista de Gestão**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 183-200, abr./jun. 2013.

GOMES, Manoel Messias. Fatores que facilitam e dificultam a aprendizagem. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 14, jul. 2018.

GRADDY, Duane B. *Mapping the components of finance cases using the cognitive flexibility model*. **Journal of Economics and Finance Education**, v. 3, n. 1, p. 1-20, 2004.

GRAHAM, John R. *Using CFO surveys as a motivational tool to teach corporate finance*. **The Finance Review**, v. 46, n. 2, p. 193-205, 2011.

KNOWLES, Malcolm S.; SWANSON, Richard A.; HOLTON, Elwood F. ***The Adult Learner: the definitive classic in adult education and human resource development.*** Oxford: Elsevier, 2011.

KOLB, David Allen. ***Experiential Learning: experience as the source of learning and development.*** Nova Jersey: Prentice Hall, 1984.

LIMA, Thales Batista de; SILVA, Anielson Barbosa da. O ambiente estrutural e institucional do ensino de Administração na região Nordeste do Brasil. **Revista Administração: Ensino & Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 201-239, mai./ago. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Relatório de resultados do SAEB 2019, volume 1: 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e séries finais do Ensino Médio.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb/resultados>>. Acesso em: 20 de out. de 2022.

MOREIRA, Marcos André Porto; FONTENELLE, Raimundo Eduardo Silveira. A aplicação e um método ativo de ensino com a utilização de um simulador empresarial voltado à administração financeira. **Revista Razão Contábil & Finanças**, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 1-16, 2011.

MOTTA, Fernando Claudio Prestes. A questão da formação do Administrador. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 23, n. 4, p. 53-55, out./dez. 1983.

MOULTON, Harold Glenn. *Possibilities of a general-survey course in finance.* **Journal of Political Economy**, v. 29, n. 5, p. 368-394, 1921.

NICOLINI, Alexandre. Qual será o futuro das fábricas de administradores? **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 43, n. 2, p. 44-54, abr./jun. 2003.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica.** 3. ed. São Paulo: Pioneira, 2001.

PEDLER, Mike. **Action Learning in Practice.** 2. ed. Aldershot: Gower Publishing, 1991.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. **Docência no Ensino Superior.** São Paulo: Cortez, 2002.

RAELIN, Joseph A. "Individual and situational precursors of successful action learning". **Journal of Management Education**, v. 21, n. 3, p. 368-394, 1997.

REVANS, Reginald William. **Action Learning: new techniques for managers.** Londres: Blond and Briggs, 1980.

RODRIGUES, Eduardo Ribeiro; MATIAS, Alberto Borges. Ensino em Administração: proposta do conteúdo programático da área de Finanças. **Revista Administração: Ensino & Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 245-274, mai./ago. 2016.

SAUAIA, Antonio Carlos Aidar. **Satisfação e aprendizagem em jogos de empresas**: contribuições para a educação gerencial. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez, 1987.

SILVA, Anielson Barbosa da. **A vivência de conflitos entre a prática gerencial e as relações em família**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

SILVA, Anielson Barbosa da. *et al.* Dimensões de um sistema de aprendizagem em ação para o ensino de Administração. **Revista Administração: Ensino & Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 9-41, jan./mar. 2012.

SILVA, Lucimeiry Batista da. **Aprendizagem de Gerentes em Organizações Não Governamentais no Nordeste Brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

SIMKINS, Betty J. *An innovative approach to teaching finance: using live cases in the case course*. **Oklahoma State University Working Paper**, mai. 2001.

SOLOMON, Ezra. *What should we teach in a course in business finance?* **The Journal of Finance**, v. 21, n. 2, p. 411-415, 1966.

SONAGLIO, Ana Lúcia Baggio; GODOI, Christiane Kleinubing; SILVA, Anielson Barbosa da. Estilos de aprendizagem experiencial e aquisição de habilidades: um estudo com discentes de graduação em Administração em instituições de ensino superior. **Revista Administração: Ensino & Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 123-159, jan./mar. 2013.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação para a democracia**: introdução à administração educacional. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

TUCKMAN, Bruce W. **Manual de investigação em educação**. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução nº 69, de 24 de setembro de 2012**. Aprova alterações no Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação em Administração, Bacharelado, Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, e dá outras providências. São Cristóvão: Conselho do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, 2012. Disponível em: <<https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/verProducao?idProducao=282422&key=c865ab6d43429a034ea1f86b504fa52e>>. Acesso em: 11 de set. de 2021.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

VIHTELIC, Jill Lynn. *Personal finance: an alternative approach to teaching undergraduate finance*. **Financial Services Review**, v. 5, n. 2, p. 119-131, 1996.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

WEINSTEIN, Krystyna. **Action Learning: a journey in discovery and development**. Londres: Harper Collins Publishers, 1998.

WESTON, J. Fred; BRIGHAM, Eugene F. **Fundamentos da administração financeira**. 12. ed. São Paulo: Makron Books, 2004.

WORLD INSTITUTE FOR ACTION LEARNING. **O que é action learning?**
Disponível em: <<https://www.wial.org.br/single-post/2016/04/11/o-que-%C3%A9-action-learning>>. Acesso em: 20 de out. de 2022.

APÊNDICE A – ROTEIRO FOCUS GROUP

- I.** Atualmente na realidade do ensino superior, você possui alguma dificuldade com cálculos? Se sim, acredita que as dificuldades enfrentadas com a realização de cálculos estariam relacionadas com as vivências dos ensinos fundamental e médio ou haveriam outras variantes que poderiam ser citadas?

- II.** Tomando como base a sua experiência nos ensinos fundamental e médio, como foi o seu aprendizado no que se refere aos assuntos relacionados às disciplinas de teor quantitativo?

- III.** Mediante sua lembrança do histórico escolar e aprendizados adquiridos na época dos ensinos fundamental e médio, como você classifica seu desempenho nas disciplinas de teor quantitativo?

- IV.** Como você avalia a relação professor-aluno no que diz respeito às interações, conexões e vínculos estabelecidos no processo de ensino-aprendizagem?

- V.** No que se refere à relação teoria-prática das disciplinas financeiras, como você avalia a metodologia de ensino utilizada pelos professores?

- VI.** A literatura aponta que os alunos absorvem melhor o conteúdo quando a metodologia de ensino propõe problemas práticos que geram debates em grupos para buscar soluções. Dessa forma, estimula-se a interação e autonomia dos alunos no processo de aprendizagem. Qual é a sua percepção sobre isso?

- VII.** Na sua opinião, os conteúdos das disciplinas financeiras são importantes para o processo de formação do Administrador? Por quê?

- VIII.** No que diz respeito ao nível de dificuldade dos conteúdos, como você avalia as disciplinas de Finanças?

IX. Com base nos conteúdos que compõem a ementa das disciplinas financeiras, qual seu nível de motivação para estudar os assuntos e ser assíduo nos dias das aulas destas matérias?

ANEXO A – RESOLUÇÃO Nº 4/2005/CES/CNE**CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR****RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2005. (*)**

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências.

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 9º, § 2º, alínea “c”, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, tendo em vista as diretrizes e os princípios fixados pelos Pareceres CNE/CES nºs 776/97 e 583/2001, bem como considerando o que consta dos Pareceres CNE/CES nºs 67/2003; 134/2003, 210/2004 e 23/2005, homologados pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, respectivamente, em 2/6/2003, 9/9/2003, 24/9/2004 e 3/6/2005, resolve:

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, a serem observadas pelas Instituições de Ensino Superior em sua organização curricular.

Art. 2º A organização do curso de que trata esta Resolução se expressa através do seu projeto pedagógico, abrangendo o perfil do formando, as competências e habilidades, os componentes curriculares, o estágio curricular supervisionado, as atividades complementares, o sistema de avaliação, o projeto de iniciação científica ou o projeto de atividade, como Trabalho de Curso, componente opcional da instituição, além do regime acadêmico de oferta e de outros aspectos que tornem consistente o referido projeto pedagógico.

§ 1º O Projeto Pedagógico do curso, além da clara concepção do curso de graduação em Administração, com suas peculiaridades, seu currículo pleno e sua operacionalização, abrangerá, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais:

I - objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social;

II - condições objetivas de oferta e a vocação do curso;

III - cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;

IV - formas de realização da interdisciplinaridade;

V - modos de integração entre teoria e prática;

VI - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;

VII - modos de integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;

VIII - incentivo à pesquisa, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;

IX - concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado, suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento;

(*) Resolução CNE/CES 4/2005. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de julho de 2005, Seção 1, p. 26

X - concepção e composição das atividades complementares; e,
XI - inclusão opcional de trabalho de curso sob as modalidades monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades, centrados em área teórico-prática ou de formação profissional, na forma como estabelecer o regulamento próprio.

§ 2º Com base no princípio de educação continuada, as IES poderão incluir no Projeto Pedagógico do curso, o oferecimento de cursos de pós-graduação *lato sensu*, nas respectivas modalidades, de acordo com as efetivas demandas do desempenho profissional.

§ 3º As Linhas de Formação Específicas nas diversas áreas da Administração não constituem uma extensão ao nome do curso, como também não se caracterizam como uma habilitação, devendo as mesmas constar apenas no Projeto Pedagógico.

Art. 3º O Curso de Graduação em Administração deve ensejar, como perfil desejado do formando, capacitação e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas da produção e de seu gerenciamento, observados níveis graduais do processo de tomada de decisão, bem como para desenvolver gerenciamento qualitativo e adequado, revelando a assimilação de novas informações e apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação do administrador.

Art. 4º O Curso de Graduação em Administração deve possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

I - reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo produtivo, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;

II - desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais;

III - refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento;

IV - desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle, bem assim expressando-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e sociais;

V - ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional;

VI - desenvolver capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais, revelando-se profissional adaptável;

VII - desenvolver capacidade para elaborar, implementar e consolidar projetos em organizações; e

VIII - desenvolver capacidade para realizar consultoria em gestão e administração, pareceres e perícias administrativas, gerenciais, organizacionais, estratégicos e operacionais.

Art. 5º Os cursos de graduação em Administração deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que revelem inter-relações com a realidade nacional e internacional, segundo uma perspectiva histórica e contextualizada sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio através da utilização de tecnologias inovadoras e que atendam aos seguintes campos interligados de formação:

I - Conteúdos de Formação Básica: relacionados com estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos, comportamentais, econômicos e contábeis, bem como os relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação e das ciências jurídicas;

II - Conteúdos de Formação Profissional: relacionados com as áreas específicas, envolvendo teorias da administração e das organizações e a administração de recursos humanos, mercado e marketing, materiais, produção e logística, financeira e orçamentária, sistemas de informações, planejamento estratégico e serviços;

III - Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias: abrangendo pesquisa operacional, teoria dos jogos, modelos matemáticos e estatísticos e aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes à administração; e

IV - Conteúdos de Formação Complementar: estudos opcionais de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando.

Art. 6º A organização curricular do curso de graduação em Administração estabelecerá expressamente as condições para a sua efetiva conclusão e integralização curricular, de acordo com os seguintes regimes acadêmicos que as Instituições de Ensino Superior adotarem: regime seriado anual, regime seriado semestral, sistema de créditos com matrícula por disciplina ou por módulos acadêmicos, com a adoção de pré-requisitos, atendido o disposto nesta Resolução.

Art. 7º O Estágio Curricular Supervisionado é um componente curricular direcionado à consolidação dos desempenhos profissionais desejados inerentes ao perfil do formando, devendo cada instituição, por seus Colegiados Superiores Acadêmicos, aprovar o correspondente regulamento, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

§ 1º O estágio de que trata este artigo poderá ser realizado na própria instituição de ensino, mediante laboratórios que congreguem as diversas ordens práticas correspondentes aos diferentes pensamentos das Ciências da Administração.

§ 2º As atividades de estágio poderão ser reprogramadas e reorientadas de acordo com os resultados teórico-práticos, gradualmente reveladas pelo aluno, até que os responsáveis pelo acompanhamento, supervisão e avaliação do estágio curricular possam considerá-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício da profissão.

§ 3º Optando a instituição por incluir no currículo do Curso de Graduação em Administração o Estágio Supervisionado de que trata este artigo deverá emitir regulamentação própria, aprovada pelo seu Conselho Superior Acadêmico, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, observado o disposto no parágrafo precedente.

Art. 8º As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a

prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Parágrafo único. As Atividades Complementares se constituem componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com estágio curricular supervisionado.

Art. 9º O Trabalho de Curso é um componente curricular opcional da Instituição que, se o adotar, poderá ser desenvolvido nas modalidades de monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades centrados em áreas teórico-práticas e de formação profissional relacionadas com o curso, na forma disposta em regulamento próprio.

Parágrafo único. Optando a Instituição por incluir no currículo do curso de graduação em Administração o Trabalho de Curso, nas modalidades referidas no *caput* deste artigo, deverá emitir regulamentação própria, aprovada pelo seu conselho superior acadêmico, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, além das diretrizes técnicas relacionadas com a sua elaboração.

Art. 10. A carga horária mínima dos cursos de graduação será estabelecida em Resolução da Câmara de Educação Superior.

Art. 11. As Diretrizes Curriculares Nacionais desta Resolução deverão ser implantadas pelas Instituições de Educação Superior, obrigatoriamente, no prazo máximo de dois anos, aos alunos ingressantes, a partir da publicação desta.

Parágrafo único. As IES poderão optar pela aplicação das DCN aos demais alunos do período ou ano subsequente à publicação desta.

Art. 12. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução CFE nº 2, de 4 de outubro de 1993, e a Resolução CNE/CES nº 1, de 2 de fevereiro de 2004.

EDSON DE OLIVEIRA NUNES
Presidente da Câmara de Educação Superior

ANEXO B – RESOLUÇÃO Nº 69/2012/CONEPE/UFS**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CONSELHO DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO****RESOLUÇÃO Nº 69/2012/CONEPE**

Aprova alterações no Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação em Administração, Bacharelado, Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, e dá outras providências.

O **CONSELHO DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO** da **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias;

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CES nº 4, de 13 de julho de 2005, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, Bacharelado;

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelado;

CONSIDERANDO a Resolução nº 38/05/CONEP, que aprova normas que disciplinam o Programa de Monitoria da UFS;

CONSIDERANDO a Resolução nº 21/2009/CONEPE, que aprova a Regulamentação do Plano de Reestruturação e Expansão da Universidade Federal de Sergipe;

CONSIDERANDO a Resolução nº 84/2009/CONEPE, que inclui a disciplina Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS como disciplina obrigatória no currículo dos cursos de Licenciatura e de Fonoaudiologia e como disciplina optativa nos demais cursos da UFS;

CONSIDERANDO a Resolução nº 05/2010/CONEPE que aprova a criação da Central de Estágio;

CONSIDERANDO o voto de vistas da **Consª VERA LUCIA NOVAES PROVINCIALI**, ao analisar o processo nº 3040/11-02;

CONSIDERANDO ainda, a decisão deste Conselho, em sua Reunião Ordinária, hoje realizada,

R E S O L V E:

Art. 1º Aprovar as alterações no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Administração, Bacharelado (cursos 310 e 311), do qual resulta o grau de bacharel em Administração.

Art. 2º O exercício da profissão de Administração tem escopo amplo, pois o profissional pode desempenhar atividades em organizações de quaisquer setores, o que implica em uma demanda perene e conseqüente necessidade de formação constante.

Art. 3º Os objetivos do curso são:

I. Geral: formar profissionais com espírito empreendedor, ético, com capacidade de análise, raciocínio abstrato, habilidade numérica, liderança, sociabilidade, sensibilidade na relação com pessoas e grupo, e visão generalista, dinamismo, criatividade, autonomia e bom senso, visando ao crescimento da rentabilidade e/ou produtividade e ao controle dos resultados em todas as áreas da Administração.

II. Específicos:

a) promover a formação de consciências críticas, capazes de gerar respostas adequadas aos problemas atuais e a situações novas que venham a ocorrer, em conseqüência das mudanças constante no mundo do trabalho;

b) propiciar o desenvolvimento da cidadania por meio do conhecimento, uso e produção históricos dos direitos e deveres do cidadão;

c) preparar o administrador para desenvolver suas atividades profissionais como uma ação investigadora, e,

d) criar condições para que os futuros administradores tenham uma formação científica ampla e consistente, que permitam a apreensão da complexa realidade social.

Art. 4º Para atender aos desafios atuais da sociedade da informação e do conhecimento o curso propõe formar profissionais com os seguintes perfis:

I. ser capaz de compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas da produção e de seu gerenciamento, observados os níveis graduais do processo de tomada de decisão, e,

II. apresentar flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada, no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação do administrador.

Art. 5º As competências e habilidades a serem adquiridas pelo administrador ao longo do desenvolvimento das atividades curriculares e complementares desse curso são:

I. reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo produtivo, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;

II. desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais;

III. refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento;

IV. desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores

e formulações matemáticas presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle, bem assim expressando-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e sociais;

V. ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional;

VI. desenvolver capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais, revelando-se profissional adaptável;

VII. desenvolver capacidade para elaborar, implementar e consolidar projetos em organizações, e,

VIII. desenvolver capacidade para realizar consultoria em gestão e administração, pareceres e perícias administrativas, gerenciais, organizacionais, estratégicos e operacionais.

Art. 6º O curso terá ingresso único no semestre letivo correspondente à aprovação no Processo Seletivo, definido pela UFS, no ano correspondente de sua realização, sendo ofertadas 60 (sessenta) vagas para o período matutino e 60 (sessenta) vagas para o período noturno.

Parágrafo Único: São os seguintes pesos definidos para as provas do Processo Seletivo: Português – 05 (cinco), Matemática – 04 (quatro), História – 03 (três), Geografia – 02 (dois), Língua Estrangeira – 02 (dois), Física – 01 (um), Biologia – 01 (um), Química – 01 (um).

Art. 7º O curso será ministrado com a carga horária de 3.000 (três mil) horas que equivalem a 200 (duzentos) créditos, dos quais 160 (cento e sessenta) créditos são obrigatórios, 08 (oito) créditos de atividades complementares e 32 (trinta e dois) créditos são optativos.

§ 1º O número máximo de semestres é de 14 (catorze).

§ 2º O aluno poderá cursar o máximo de 40 (quarenta) créditos por semestre, média de 25 (vinte e cinco) créditos por semestre e mínimo de 16 (dezesesseis) créditos por semestre.

Art. 8º A duração padrão de integralização deste curso é de dez semestres (cinco anos), para as duas opções de turno.

Art. 9º A estrutura curricular do curso é apresentada no anexo I e está organizada nos seguintes núcleos:

I. Núcleo de Formação Básica: relacionados com estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos, comportamentais, econômicos e contábeis, bem como os relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação e das ciências jurídicas;

II. Núcleo de Formação Profissional: relacionados com as áreas específicas, envolvendo teorias da administração e das organizações e a administração de recursos humanos, mercado e marketing, materiais, produção e logística, financeira e orçamentária, sistemas de informações, planejamento

estratégico e serviços;

III. Núcleo de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias: abrangendo pesquisa operacional, teoria dos jogos, modelos matemáticos e estatísticos e aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes à administração, e,

IV. Núcleo de Formação Complementar: estudos opcionais de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando.

Art. 10. O currículo pleno do curso é formado por um Currículo Geral, por um Currículo Padrão, que inclui as disciplinas obrigatórias e por um Currículo Complementar, que inclui as disciplinas optativas, conforme anexo I, anexo II e anexo III, respectivamente.

Parágrafo Único: O ementário das disciplinas do curso (códigos 310 e 311) está definido no anexo IV.

Art. 11. As atividades de monitoria são regulamentadas pela legislação específica em vigor.

Art. 12. O aluno poderá cumprir, a seu critério, a carga horária relativa as atividades complementares seguindo os princípios expressos em seu regulamento, conforme anexo V.

Art. 13. As normas para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) estão definidas conforme anexo VII.

Art. 14. A autoavaliação do curso será realizada através de reuniões pedagógicas com os docentes, no início e no fim de cada semestre.

§1º Nas reuniões de início de semestre são apresentadas as atividades de ensino, pesquisa e extensão planejadas pelos docentes.

§2º Em cada final de semestre realizar-se-á uma verificação de controle para analisar o grau de realização das atividades planejadas.

Art. 15. Todos os alunos matriculados do curso serão adaptados ao novo currículo, com exceção dos formandos do período de 2012.2 e 2013.1, de acordo com o que dispõe o parágrafo 1º do artigo 57 do Regimento Geral da UFS.

§1º A análise dos históricos escolares, para efeito de adaptação curricular, será feita pelo Colegiado do Curso, reservando-se ao mesmo o direito de decidir sobre a suspensão temporária de pré-requisitos na matrícula do primeiro semestre letivo de implementação desta Resolução.

§2º Ao aluno que tiver cursado disciplinas para as quais foram alterados os pré-requisitos serão assegurados os créditos obtidos, ainda que não tenha cursado o(s) novo(s) pré-requisito(s).

§3º No processo de adaptação curricular, o aluno terá direito às novas disciplinas equivalentes, mesmo que não disponha do(s) pré-requisito(s) exigido(s)

para as mesmas.

§4º os casos específicos de adaptação curricular serão decididos pelo Colegiado do Curso.

§5º Será garantido aos alunos o prazo de 120 (cento e vinte) dias, após tomarem ciência da adaptação curricular, para entrarem com recurso junto ao Colegiado do Curso.

Art. 16. Os casos omissos não previstos nesta Resolução serão decididos pelo Colegiado do Curso.

Art. 17. Esta resolução entra em vigor no primeiro semestre de 2013, revogando as disposições em contrário, especialmente as Resoluções nº 04/2000/CONEP.

Sala das Sessões, 24 de setembro de 2012.

**REITOR Prof. Dr. Josué Modesto dos Passos Subrinho
PRESIDENTE**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CONSELHO DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO**

RESOLUÇÃO Nº 69/2012/CONEPE

ANEXO I

**ESTRUTURA GERAL DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
BACHARELADO**

1. NÚCLEO DE FORMAÇÃO BÁSICA:

Quadro 01 - Representativo das disciplinas obrigatórias de Formação Básica:

Disciplina	Nº de Créditos	Carga Horária
Contabilidade Aplicada à Administração I	04	60
Contabilidade Aplicada à Administração II	04	60
Direito e Legislação Social	04	60
Ética e Responsabilidade Social	04	60
Fundamentos de Economia	04	60
Introdução à Administração	04	60
Pesquisa em Administração	04	60
Psicologia Aplicada à Administração	04	60
Sociologia das Organizações	04	60
Teoria Geral da Administração	04	60

2. NÚCLEO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL:

Quadro 02 – Representativo das disciplinas obrigatórias de Formação Profissional:

Disciplina	Nº de Créditos	Carga Horária
Administração Financeira I	04	60
Administração Financeira II	04	60
Administração de Marketing I	04	60
Administração de Marketing II	04	60
Administração da Produção e Operações I	04	60
Administração da Produção e Operações II	04	60
Administração Pública Brasileira	04	60
Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais	04	60
Comportamento e Cultura Organizacional	04	60
Direção Estratégica de Empresas	04	60
Empreendedorismo e Gestão de Pequenos Negócios	04	60
Gestão de Custos I	04	60
Gestão de Custos II	04	60
Gestão de Pessoas I	04	60
Gestão de Pessoas II	04	60
Gestão de Tecnologia da Informação	04	60
Logística e Gestão da Cadeia de Suprimentos	04	60
Marketing Internacional	04	60
Organização, Métodos e Sistemas Administrativos	04	60
Planejamento e Controle Financeiro	04	60
Sistema de Informações Gerenciais	04	60
Trabalho de Conclusão de Curso I	10	150

Trabalho de Conclusão de Curso II	10	150
Atividades Complementares	08	120

3. NÚCLEO DE ESTUDOS QUANTITATIVOS E SUAS TECNOLOGIAS:

Quadro 03 – Representativo das disciplinas obrigatórias de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias:

Disciplina	Nº de Créditos	Carga Horária
Inferência	04	60
Introdução à Estatística	04	60
Matemática Básica	04	60
Matemática Financeira Aplicada à Administração	04	60

4. NÚCLEO DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR:

Quadro 04 – Representativo das disciplinas com caráter optativo:

Disciplina	Nº de Créditos	Carga Horária
Mercado Financeiro	04	60
Tópicos Especiais em Administração Financeira e Orçamentária	04	60
Tópicos Especiais em Gestão de Pessoas	04	60
Tópicos Especiais em Gestão da Informação e do Conhecimento	04	60
Gestão de Operações em Serviços	04	60
Gestão e Controle da Qualidade	04	60
Tópicos Especiais em Administração da Produção e Operações	04	60
Tópicos Especiais em Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais	04	60
Administração de Vendas	04	60
Marketing de Serviços	04	60
Tópicos Especiais em Administração Mercadológica	04	60
Pesquisa de Marketing	04	60
Administração Municipal	04	60
Administração Pública Comparada	04	60
Planejamento Governamental	04	60
Tópicos Especiais em Administração Pública	04	60
Administração de Empresas	04	60
Comércio Internacional	04	60
Epistemologia Organizacional	04	60
Gestão Ambiental	04	60
Tópicos Especiais em Administração	04	60
Informática, Ética e Sociedade	04	60
Microcomputadores	04	60
Cálculo I	06	90
Engenharia da Qualidade I	04	60
Organização do Trabalho	02	30
Introdução à Engenharia de Produção	04	60
Introdução ao Estudo do Direito I	04	60
Introdução ao Estudo do Direito II	04	60
Instituições do Direito	04	60
Economia do Petróleo	04	60
Administração e Planejamento em Serviço Social	04	60
Introdução ao Estudo das Relações Internacionais	04	60
História das Relações Internacionais I	04	60
Teoria e Processos de Integração Regional	04	60
Técnicas Secretariais I	04	60

Teoria Geral do Turismo I	04	60
Tópicos Especiais em Organização e Tratamento da Informação	04	60
Língua Brasileira de Sinais	04	60
Francês Instrumental	04	60
Português Instrumental	04	60
Produção e Recepção de Texto I	04	60
Inglês Instrumental	04	60
Espanhol Instrumental	04	60
Antropologia I	04	60
Política I	04	60
Sociologia I	04	60
Introdução à Filosofia	04	60



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CONSELHO DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO**

RESOLUÇÃO Nº 69/2012/CONEPE

ANEXO II

**ESTRUTURA PADRÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
BACHARELADO – CURSO 310 (MATUTINO)**

Duração: 05 anos

Carga Horária: 3.000 horas

Número de créditos: 200

Carga Horária: 3.000 horas

Créditos Obrigatórios: 160

Créditos Optativos: 32

Atividades Complementares: 8

Créditos por semestre: Mínimo: 16 Médio: 25

Máximo: 40

CÓDIGO	DISCIPLINA	CR	CH	PEL	PRÉ-REQ.
PRIMEIRO SEMESTRE					
105135	Matemática Básica	04	60	4.00.0	-
301221	Ética e Responsabilidade Social	04	60	4.00.0	-
301285	Introdução à Administração	04	60	4.00.0	-
303131	Fundamentos de Economia	04	60	4.00.0	-
406283	Psicologia Aplicada à Administração	04	60	4.00.0	-
TOTAL DE CRÉDITOS		20	300		
SEGUNDO SEMESTRE					
108011	Introdução à Estatística	04	60	4.00.0	-
301055	Matemática Financeira Aplicada à Administração	04	60	4.00.0	105135 (PRO)
301288	Teoria Geral da Administração	04	60	4.00.0	301285 (PRO)
305084	Contabilidade Aplicada à Administração I	04	60	4.00.0	-
	Disciplina Optativa 1	04	60		-
TOTAL DE CRÉDITOS		20	300		
TERCEIRO SEMESTRE					
108013	Inferência	04	60	4.00.0	108011 (PRO)
301287	Sociologia das Organizações	04	60	4.00.0	301285 (PRO)
302515	Direito e Legislação Social	04	60	4.00.0	-
305085	Contabilidade Aplicada à Administração II	04	60	4.00.0	305084 (PRO)
	Disciplina Optativa 2	04	60		-
TOTAL DE CRÉDITOS		20	300		
QUARTO SEMESTRE					
301051	Administração Financeira I	04	60	4.00.0	301051 (PRO)
301210	Gestão de Custos I	04	60	4.00.0	305084 (PRO)
301220	Comportamento e Cultura Organizacional	04	60	4.00.0	301285 (PRO)
301250	Administração de Marketing I	04	60	4.00.0	301285 (PRO)
	Disciplina Optativa 3	04	60		-
TOTAL DE CRÉDITOS		20	300		
QUINTO SEMESTRE					
301052	Administração Financeira II	04	60	4.00.0	301051 (PRO)
301211	Gestão de Custos II	04	60	4.00.0	301210 (PRO)
301222	Gestão de Pessoas I	04	60	4.00.0	301285 (PRO)
301251	Administração de Marketing II	04	60	4.00.0	301250 (PRO)
	Disciplina Optativa 4	04	60		-
TOTAL DE CRÉDITOS		20	300		

CÓDIGO	DISCIPLINA	CR	CH	PEL	PRÉ-REQ.
SEXTO SEMESTRE					
301213	Planejamento e Controle Financeiro	04	60	4.00.0	301052 (PRO)
301223	Gestão de Pessoas II	04	60	4.00.0	301222 (PRO)
301231	Organização, Métodos e Sistemas Administrativos	04	60	4.00.0	301288 (PRO)
301242	Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais	04	60	4.00.0	301285 (PRO)
	Disciplina Optativa 5	04	60		-
TOTAL DE CRÉDITOS		20	300		
SÉTIMO SEMESTRE					
301232	Sistemas de Informações Gerenciais	04	60	4.00.0	301231 (PRO)
301240	Administração da Produção e Operações I	04	60	4.00.0	301242 (PRO)
301261	Administração Pública Brasileira	04	60	4.00.0	301285 (PRO)
301289	Pesquisa em Administração	04	60	4.00.0	80 crédt Obrig.-PRO
	Disciplina Optativa 6	04	60		-
TOTAL DE CRÉDITOS		20	300		
OITAVO SEMESTRE					
301230	Gestão da Tecnologia da Informação	04	60	4.00.0	301232 (PRO)
301241	Administração da Produção e Operações II	04	60	4.00.0	301240 (PRO)
301282	Direção Estratégica de Empresas	04	60	4.00.0	80 crédt Obrig.-PRO
301283	Empreendedorismo e Gestão de Pequenos Negócios	04	60	4.00.0	80 créditos obrigatórios (PRO)
TOTAL DE CRÉDITOS		16	240		
NONO SEMESTRE					
301245	Logística e Gestão da Cadeia de Suprimentos	04	60	4.00.0	301250 (PRR) 301242 (PRO)
301255	Marketing Internacional	04	60	4.00.0	301250 (PRO)
301291	Trabalho de Conclusão de Curso I	10	150	5.05.0	120 créditos obrigatórios (PRO) 301289 (PRO)
	Disciplina Optativa 7	04	60		-
TOTAL DE CRÉDITOS		22	330		
DÉCIMO SEMESTRE					
301292	Trabalho de Conclusão de Curso II	10	150	0.00.10	301291 (PRO)
TOTAL DE CRÉDITOS		10	150		

OBS: Os alunos devem integralizar 08 (oito) créditos de atividades complementares ao longo do curso.

PRO: Pré-requisito obrigatório

PRR: Pré-requisito recomendativo

(*) Disciplina eminentemente prática



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CONSELHO DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO**

RESOLUÇÃO Nº 69/2012/CONEPE

**ESTRUTURA PADRÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
BACHARELADO – CURSO 311 (NOTURNO)**

Duração: 05 anos

Carga Horária: 3.000 horas

Número de créditos: 200

Carga Horária: 3.000 horas

Créditos Obrigatórios: 160

Créditos Optativos: 32

Atividades Complementares: 8

Créditos por semestre: Mínimo: 16 Médio: 25

Máximo: 40

CÓDIGO	DISCIPLINA	CR	CH	PEL	PRÉ-REQ.
PRIMEIRO SEMESTRE					
105135	Matemática Básica	04	60	4.00.0	-
301221	Ética e Responsabilidade Social	04	60	4.00.0	-
301285	Introdução à Administração	04	60	4.00.0	-
303131	Fundamentos de Economia	04	60	4.00.0	-
406283	Psicologia Aplicada à Administração	04	60	4.00.0	-
TOTAL DE CRÉDITOS		20	300		
SEGUNDO SEMESTRE					
108011	Introdução à Estatística	04	60	4.00.0	-
301055	Matemática Financeira Aplicada à Administração	04	60	4.00.0	105135 (PRO)
301288	Teoria Geral da Administração	04	60	4.00.0	301285 (PRO)
305084	Contabilidade Aplicada a Administração I	04	60	4.00.0	-
	Disciplina Optativa 1	04	60		-
TOTAL DE CRÉDITOS		20	300		
TERCEIRO SEMESTRE					
108013	Inferência	04	60	4.00.0	108011 (PRO)
301287	Sociologia das Organizações	04	60	4.00.0	301285 (PRO)
302515	Direito e Legislação Social	04	60	4.00.0	-
305085	Contabilidade Aplicada a Administração II	04	60	4.00.0	305084 (PRO)
	Disciplina Optativa 2	04	60		-
TOTAL DE CRÉDITOS		20	300		
QUARTO SEMESTRE					
301051	Administração Financeira I	04	60	4.00.0	301055 (PRO)
301210	Gestão de Custos I	04	60	4.00.0	305084 (PRO)
301220	Comportamento e Cultura Organizacional	04	60	4.00.0	301285 (PRO)
301250	Administração de Marketing I	04	60	4.00.0	301285 (PRO)
	Disciplina Optativa 3	04	60		-
TOTAL DE CRÉDITOS		20	300		
QUINTO SEMESTRE					
301052	Administração Financeira II	04	60	4.00.0	301051 (PRO)
301211	Gestão de Custos II	04	60	4.00.0	301210 (PRO)
301222	Gestão de Pessoas I	04	60	4.00.0	301285 (PRO)
301251	Administração de Marketing II	04	60	4.00.0	301250 (PRO)
	Disciplina Optativa 4	04	60		-
TOTAL DE CRÉDITOS		20	300		

CÓDIGO	DISCIPLINA	CR	CH	PEL	PRÉ-REQ.
SEXTO SEMESTRE					
301213	Planejamento e Controle Financeiro	04	60	4.00.0	301052 (PRO)
301223	Gestão de Pessoas II	04	60	4.00.0	301222 (PRO)
301231	Organização, Métodos e Sistemas Administrativos	04	60	4.00.0	301288 (PRO)
301242	Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais	04	60	4.00.0	301285 (PRO)
	Disciplina Optativa 5	04	60		-
TOTAL DE CRÉDITOS		20	300		
SÉTIMO SEMESTRE					
301232	Sistemas de Informações Gerenciais	04	60	4.00.0	301231 (PRO)
301240	Administração da Produção e Operações I	04	60	4.00.0	301242 (PRO)
301261	Administração Pública Brasileira	04	60	4.00.0	301285 (PRO)
301289	Pesquisa em Administração	04	60	4.00.0	80 créditos obrigatórios (PRO)
	Disciplina Optativa 6	04	60		-
TOTAL DE CRÉDITOS		20	300		
OITAVO SEMESTRE					
301230	Gestão da Tecnologia da Informação	04	60	4.00.0	301232 (PRO)
301241	Administração da Produção e Operações II	04	60	4.00.0	301240 (PRO)
301282	Direção Estratégica de Empresas	04	60	4.00.0	80 créditos obrigatórios (PRO)
301283	Empreendedorismo e Gestão de Pequenos Negócios	04	60	4.00.0	80 créditos obrigatórios (PRO)
TOTAL DE CRÉDITOS		16	240		
NONO SEMESTRE					
301245	Logística e Gestão da Cadeia de Suprimentos	04	60	4.00.0	301250 (PRR) 301242 (PRO)
301255	Marketing Internacional	04	60	4.00.0	301250 (PRO)
301291	Trabalho de Conclusão de Curso I	10	150	5.05.0	120 créditos obrigatórios (PRO) 301289 (PRO)
	Disciplina Optativa 7	04	60		-
TOTAL DE CRÉDITOS		22	330		
DÉCIMO SEMESTRE					
301292	Trabalho de Conclusão de Curso II	10	150	0.00.10	301291 (PRO)
TOTAL DE CRÉDITOS		10	150		

OBS: Os alunos devem integralizar 08 (oito) créditos de atividades complementares ao longo do curso.

PRO: Pré-requisito obrigatório

PRR: Pré-requisito recomendativo

(*) Disciplina eminentemente prática



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CONSELHO DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO**

RESOLUÇÃO Nº 69/2012/CONEPE

ANEXO III

**ESTRUTURA CURRICULAR COMPLEMENTAR DO CURSO DE GRADUAÇÃO
EM ADMINISTRAÇÃO – BACHARELADO**

O currículo complementar corresponde ao conjunto de disciplinas optativas, necessárias à integralização dos créditos de cada curso, respeitando-se a legislação vigente.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CR	PEL	CH	PRÉ-REQ.
103471	Informática, Ética e Sociedade	04	2.02.0	60	-
103621	Microcomputadores	04	2.02.2	60	-
105131	Cálculo I	06	5.01.0	90	-
113021	Engenharia da Qualidade I	04	4.00.0	60	-
113033	Organização do Trabalho	02	2.00.0	30	60 crédt (PRR)
113071	Introdução à Engenharia de Produção	04	4.00.0	60	-
301212	Mercado Financeiro	04	4.00.0	60	301055 (PRO)
301214	Tópicos Especiais em Administração Financeira e Orçamentária	04	a fixar	60	301051 (PRO)
301224	Tópicos Especiais em Gestão de Pessoas	04	a fixar	60	301222 (PRO)
301233	Tópicos Especiais em Gestão da Informação e do Conhecimento	04	a fixar	60	301288 (PRO)
301243	Gestão de Operações em Serviços	04	4.00.0	60	301285 (PRO)
301244	Gestão e Controle da Qualidade	04	4.00.0	60	301240 (PRO)
301246	Tópicos Especiais em Administração da Produção e Operações	04	a fixar	60	301285 (PRO)
301247	Tópicos Especiais em Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais	04	a fixar	60	301242 (PRO)
301252	Administração de Vendas	04	4.00.0	60	301285 (PRO)
301253	Marketing de Serviços	04	4.00.0	60	301285 (PRO)
301254	Tópicos Especiais em Administração Mercadológica	04	a fixar	60	301285 (PRO)
301256	Pesquisa de Marketing	04	4.00.0	60	301250 (PRO)
301260	Administração Municipal	04	4.00.0	60	301285 (PRO)
301262	Administração Pública Comparada	04	4.00.0	60	301285 (PRO)
301263	Planejamento Governamental	04	4.00.0	60	301285 (PRO)
301264	Tópicos Especiais em Administração Pública	04	a fixar	60	301261 (PRO)
301280	Administração de Empresas	04	4.00.0	60	-
301281	Comércio Internacional	04	4.00.0	60	301285 (PRO)
301284	Epistemologia Organizacional	04	4.00.0	60	301285 (PRO)
301286	Gestão Ambiental	04	4.00.0	60	301285 (PRO)
301290	Tópicos Especiais em Administração	04	a fixar	60	301285 (PRO)
302411	Introdução ao Estudo do Direito I	04	4.00.0	60	-
302412	Introdução ao Estudo do Direito II	04	4.00.0	60	302411 (PRO)
302417	Instituições do Direito	04	4.00.0	60	-
303139	Economia do Petróleo	04	3.01.0	60	-

304351	Administração e Planejamento em Serviço Social	04	2.01.1	60	-
306111	Introdução ao Estudo das Relações Internacionais	04	4.00.0	60	-
306121	História das Relações Internacionais I	04	4.00.0	60	-
306151	Teoria e Processos de Integração Regional	04	4.00.0	60	-
307023	Técnicas Secretariais I	04	2.00.2	60	-
308110	Teoria Geral do Turismo I	04	4.00.0	60	-
309027	Tópicos Especiais em Organização e Tratamento da Informação	04	2.02.0	60	-
401355	Língua Brasileira de Sinais	04	3.01.0	60	-
404804	Francês Instrumental	04	2.02.0	60	-
404711	Português Instrumental	04	2.02.0	60	-
404712	Produção e Recepção de Texto I	04	2.02.0	60	-
404849	Inglês Instrumental	04	2.02.0	60	-
404883	Espanhol Instrumental	04	2.02.0	60	-
405011	Antropologia I	04	4.00.2	60	-
405031	Política I	04	4.00.2	60	-
405120	Sociologia I	04	3.01.0	60	-
407291	Introdução à Filosofia	04	4.00.0	60	-

OBS: PRO - Pré-requisito obrigatório
PRR - Pré-requisito recomendativo



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CONSELHO DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO**

RESOLUÇÃO Nº 69/2012/CONEPE

ANEXO IV

EMENTÁRIO

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

301240 - Administração da Produção e Operações I

CR: 04 CH: 60 P.E.L: 4.00.0 Pré-requisito: 301242 (PRO)

Ementa: Introdução à administração de produção e operações. Conceito e evolução da administração da produção e operações. Tipos de sistemas de produção. Estratégia de produção. Planejamento da capacidade. Projeto de produto e do processo. Localização das instalações. Arranjo físico das instalações e medida do trabalho.

301241 - Administração da Produção e Operações II

CR: 04 CH: 60 P.E.L: 4.00.0 Pré-requisito: 301240 (PRO)

Ementa: Gestão da demanda e previsão. Planejamento agregado. Programação e controle da produção e operações. Gestão de projetos.

301210 - Gestão de Custos I

CR: 04 CH: 60 P.E.L: 4.00.0 Pré-requisito: 305084 (PRO)

Ementa: Conceitos básicos, doutrina e elementos do custo de produção, análise, aplicação e controle dos custos indiretos de fabricação, sistemas de acumulação de custos, produção conjunta. Análise de custos nas empresas.

301211 - Gestão de Custos II

CR: 04 CH: 60 P.E.L: 4.00.0 Pré-requisito: 301210 (PRO)

Ementa: Custos para controle, análise de custo-volume-lucro, custos relevantes para tomada de decisões, aspectos financeiros, mercadológicos e tributários na formação do preço. Tomadas de decisões baseada em atividade e em função: abordagens de custeio baseadas em função e em atividade para tomadas de decisão. Sistema de informações de gestão de custos como apoio na tomada de decisão.

301055 - Matemática Financeira Aplicada à Administração

CR: 04 CH: 60 P.E.L: 4.00.0 Pré-requisito: 105135 (PRO)

Ementa: Juros e descontos simples, juros e descontos compostos. Equivalência de capitais. Rendas, empréstimos, amortizações, engenharia econômica e depreciação.

301213 - Planejamento e Controle Financeiro

CR: 04 CH: 60 P.E.L: 4.00.0 Pré-requisito: 301052 (PRO)

Ementa: O capital no universo do sistema econômico; conceituação de administração financeira. Abordagem do planejamento financeiro e da importância fundamental do

orçamento de capital no setor privado, desenvolvimento das principais técnicas utilizadas na atualidade. A conceituação da administração do investimento e do processo de financiamento; desenvolvimento da análise financeira no tocante ao ponto de vista do fornecedor de capital; a questão dos índices no campo da análise financeira e a importância dos custos na análise financeira.

301220 - Comportamento e Cultura Organizacional

CR: 04 CH: 60 P.E.L: 4.00.0 Pré-requisito: 301285 (PRO)

Ementa: O que é a ciência do comportamento: modelos e quadros de referência. Organizações e comportamento. O indivíduo - variáveis intrínsecas e extrínsecas determinantes do comportamento. Atitude, percepção, aprendizagem, motivação. Os grupos na organização - como se formam. Características dos grupos - hierarquia, normas, papéis, coesão, objetivos. Conflitos intra e inter-grupais. Liderança e poder. Comunicação empresarial. Clima e cultura organizacionais.

301221 - Ética e Responsabilidade Social

CR: 04 CH: 60 P.E.L: 4.00.0 Pré-requisito: -

Ementa: Ética nas organizações. Atitude dos gestores e dos *stakeholders*. Responsabilidade social corporativa. Desafios para o desenvolvimento sustentável Brasil: características econômicas, sociais, políticas e culturais.

301222 - Gestão de Pessoas I

CR: 04 CH: 60 P.E.L: 4.00.0 Pré-requisito: 301285 (PRO)

Ementa: Desafios competitivos e gestão estratégica de pessoas. Processos de gestão de pessoas. Tendências atuais: repercussões para a gestão de pessoas. Vantagem competitiva por meio das pessoas. Políticas e práticas da gestão de pessoas nas empresas. A Gestão de RH, objetivos. Apanhado histórico de gestão de pessoal. A Gestão estratégica de RH. Recrutando e selecionando pessoas. Treinamento de pessoas. Avaliação de performance.

301223 - Gestão de Pessoas II

CR: 04 CH: 60 P.E.L: 4.00.0 Pré-requisito: 301222 (PRO)

Ementa: A função gestão da remuneração como especialidade em RH. O conceito de remuneração estratégica e seus componentes. Aspectos comportamentais e legais da remuneração. Remuneração fixa: avaliação de cargos - objetivos e métodos. O método dos pontos: tendências salariais e estrutura do plano salarial. Pesquisa salarial. Remuneração baseada em habilidades e competências: princípios e desafios. Remuneração variável e por incentivos. Remuneração indireta: benefícios e benefícios flexíveis. Treinamento; desenvolvimento pessoal, desenvolvimento organizacional. Sistema integrado de gestão de pessoas e estruturação de carreiras: O conceito de âncora de carreira e critérios de movimentação. Planejamento individual de carreira: Trabalho prático. Higiene, saúde e segurança no trabalho.

301230 - Gestão da Tecnologia da Informação

CR: 04 CH: 60 P.E.L: 4.00.0 Pré-requisito: 301232 (PRO)

Ementa: O papel e a gestão da tecnologia da informação (TI) nas organizações. Alinhamento estratégico da tecnologia da informação ao negócio. Governança da TI. Tecnologias da informação aplicadas a processos de gestão empresarial. Segurança e auditoria em sistemas de informação. Tecnologias emergentes e tendências.

301231 - Organização, Métodos e Sistemas Administrativos**CR: 04 CH: 60 P.E.L: 4.00.0 Pré-requisito: 301288 (PRO)**

Ementa: A teoria e os fundamentos de organização, sistemas e métodos. Estruturas organizacionais. Departamentalização e níveis administrativos. Sistemas administrativos. Processos, layout, formulários e manuais. Projetos administrativos.

301232 - Sistemas de Informações Gerenciais**CR: 04 CH: 60 P.E.L: 4.00.0 Pré-requisito: 301231 (PRO)**

Ementa: Introdução aos sistemas de informações. Gestão da informação. Componentes do sistema de informação. Tipos de sistemas de informação. Desenvolvimento de sistemas de informação. Ética e segurança dos SI nas empresas. Novas tecnologias, interações com os SI e seus impactos nas organizações.

301242 - Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais**CR: 04 CH: 60 P.E.L: 4.00.0 Pré-requisito: 301285 (PRO)**

Ementa: Introdução a gestão de materiais. Os tipos de empresas e sua organização. Sistemas de produção. Gestão de recursos materiais e patrimoniais. Gestão da organização e armazenagem dos materiais. Gestão do planejamento de materiais. Gestão de compras. Gestão dos estoques. Gestão de recursos patrimoniais. Introdução a logística.

301245 - Logística e Gestão da Cadeia de Suprimentos**CR: 04 CH: 60 P.E.L: 4.00.0 Pré-requisito: 301250 (PRR) 301242 (PRO)**

Ementa: Histórico dos sistemas logísticos, conceitos e fundamentos da logística, visão Geral da logística, componentes do sistema logístico, logística e as necessidades do consumidor, logística e a globalização, gerenciamento da cadeia de suprimentos (*Supply Chain*), organização de suprimentos: funções e objetivos, suprimentos e fornecedores, abastecimento, recebimento e armazenagem, movimentação física, a distribuição, o transporte, os armazéns, tecnologia de informação na cadeia de suprimentos, terceirização de serviços logísticos, desempenho logístico.

301250 - Administração de Marketing I**CR: 04 CH: 60 P.E.L: 4.00.0 Pré-requisito: 301285 (PRO)**

Ementa: Conceito e importância de marketing; planejamento estratégico e processo de marketing; o ambiente do marketing; sistema de informações em marketing; pesquisa de marketing; mercados consumidores e comportamento do consumidor; mercados organizacionais e comportamento do organizacional; segmentação de mercado, identificação do público-alvo e posicionamento; marketing de serviços.

301251 - Administração de Marketing II**CR: 04 CH: 60 P.E.L: 4.00.0 Pré-requisito: 301250 (PRO)**

Ementa: Canais de distribuição e gerenciamentos de logística. Varejo e atacado. Estratégia de comunicação integrada de marketing. Propaganda, promoção de vendas e relações públicas. Venda pessoal e administração de vendas. Gestão de relacionamento. Projeto de marketing - o processo de planejamento mercadológico. Técnicas para auditoria de marketing e análise de cenários. Planos táticos: comunicação, precificação e canais de distribuição. Controle. Tópicos atuais em marketing estratégico.

301261 - Administração Pública Brasileira**CR: 04 CH: 60 P.E.L: 4.00.0 Pré-requisito: 301285 (PRO)**

Ementa: Burocracia e sociedade no Brasil colonial. A queda do estatismo. O contexto patrimonial brasileiro. O imaginário da República e a administração pública brasileira. Evolução da administração pública brasileira. Dimensões sócio-culturais da administração pública brasileira. A avaliação do desempenho do setor público. As empresas do governo e o papel do Estado na economia brasileira. Gestão pública brasileira. Aspectos recentes da administração pública brasileira.

301282 - Direção Estratégica de Empresas**CR: 04 CH: 60 P.E.L: 4.00.0 Pré-requisito: 80 créditos (PRO)**

Ementa: Conceitos e tipos de planejamento (estratégico, tático e operacional). O processo da direção estratégica. Estabelecimento da missão e das áreas de atuação da empresa. Análise interna e externa. Estabelecimento de cenários. Estruturação do sistema de informações estratégicas. Análise da posição competitiva. Definição de políticas, objetivos e metas empresariais. Implantação de estratégias. Estabelecimento de projetos e planos de ação. Controle e avaliação das estratégias.

301283 - Empreendedorismo e Gestão de Pequenos Negócios**CR: 04 CH: 60 P.E.L: 4.00.0 Pré-requisito: 80 créditos (PRO)**

Ementa: O empreendedorismo no Brasil e no mundo; diferenciação entre ideia e oportunidade; intra- empreendedorismo (Intrapreneurship); políticas e programas de apoio às pequenas e médias empresas; aspectos legais para abertura de micro e pequenas empresas; planejamento estratégico; etapas e estrutura da elaboração de um plano de negócios. A questão da propriedade intelectual.

301285 - Introdução à Administração**CR: 04 CH: 60 P.E.L: 4.00.0 Pré-requisito: -**

Ementa: Importância do Estudo. Interrelacionamento com outras ciências. O papel das organizações na sociedade contemporânea. A administração no contexto histórico. Funções administrativas: planejamento, organização, direção e controle. Noções gerais das áreas funcionais das empresas.

301287 - Sociologia das Organizações**CR: 04 CH: 60 P.E.L: 4.00.0 Pré-requisito: 301285 (PRO)**

Ementa: Conceitos básicos de sociologia organizacional. O uso de metáforas nos estudos organizacionais. A sociologia da burocracia e as novas perspectivas. O novo institucionalismo na análise organizacional. Ecologia organizacional. A teoria da dependência de recursos. As relações interorganizacionais. A sociedade em rede. A teoria da delimitação dos sistemas sociais. Sociologia organizacional e os movimentos sociais. A sociologia das organizações no mundo contemporâneo.

301288 - Teoria Geral da Administração**CR: 04 CH: 60 P.E.L: 4.00.0 Pré-requisito: 301285 (PRO)**

Ementa: A teoria geral da administração e as relações com as ciências sociais. Administração científica. Teoria clássica, neoclássica e administração por objetivos (APO). A teoria das relações humanas. O estruturalismo (Modelo burocrático e estruturalista). Teoria comportamental. Desenvolvimento organizacional. Abordagem sistêmica. Teoria contingencial. Novas abordagens da TGA.

301289 - Pesquisa em Administração**CR: 04 CH: 60 P.E.L: 4.00.0 Pré-requisito: 80 créditos (PRO)**

Ementa: A pesquisa em administração. Classificação da pesquisa. Etapas básicas da pesquisa empírica. Escolha do tema, problema e definição de objetivos. Hipóteses/perguntas de pesquisa variáveis. Base teórico-empírica (quadro teórico de referência). Normas de citações, de apresentação e de referência. Métodos e técnicas de pesquisa. Análise de dados. Elaboração de artigo científico.

301291 - Trabalho de Conclusão de Curso I**CR: 10 CH: 150 P.E.L: 5.05.0 Pré-requisito: 120 créditos PRO; 301289 (PRO)**

Ementa: Metodologia para realização de pesquisa. Definição das áreas de atuação. Etapas fundamentais de um projeto de pesquisa. Elaboração do projeto de pesquisa.

301292 - Trabalho de Conclusão de Curso II**CR: 10 CH: 150 P.E.L: 0.00.10 Pré-requisito: 301291 (PRO)**

Ementa: Trabalho de campo/pesquisa. Análise de dados. Relatórios parciais. Elementos para elaboração do relatório final da monografia. Seminário de apresentação dos trabalhos.

301051 - Administração Financeira I**Cr: 04 CH: 60 PEL: 4.00.0 Pré-requisito: 301055 (PRO)**

Ementa: O capital no universo do sistema econômico; conceituação de administração financeira. A abordagem do planejamento financeiro e da importância fundamental do orçamento de capital no setor privado, desenvolvimento das principais técnicas utilizadas na atualidade. A conceituação da administração do investimento e do processo de financiamento; desenvoltura da análise financeira no tocante ao ponto de vista do fornecedor de capital; a questão dos índices no campo da análise financeira e a importância dos custos na análise financeira.

301052 - Administração Financeira II**Cr: 04 CH: 60 PEL: 4.00.0 Pré-requisito: 301051 (PRO)**

Ementa: Visão geral do sistema orçamentário nas empresas privadas. Tipos de orçamentos, sua implementação, etapas e precauções. Técnicas de avaliação do plano anual de lucros. Controle orçamentário.

301255 - Marketing Internacional**Cr: 04 CH: 60 P.E.L: 4.00.0 Pré-Requisito: 301250 (PRO)**

Ementa: Introdução ao marketing internacional. Instituições de comércio internacional e política comercial. O ambiente econômico internacional. O ambiente social e cultural internacional. O ambiente político, legal e regulatório do marketing internacional. Planejamento estratégico. Pesquisa de marketing internacional. Estratégias de entrada. Estratégias cooperativas. Análise e estratégia competitiva. O composto de marketing internacional.

303131 - Fundamentos de Economia**CR: 04 CH: 60 P.E.L.: 4.00.0 Pré-Requisito: -**

Ementa: Conceito e objetivo da ciência econômica, seu significado e método. As teorias econômicas. Relações da economia com outras ciências sociais. A macroeconomia e a microeconomia. A atividade econômica e a provisão de bens.

Valor-utilidade e valor-trabalho. O caráter da economia capitalista e a problemática de seu funcionamento. As economias de mercado e a função do sistema de preços. Moeda, crédito e inflação. As relações econômicas internacionais.

305084 - Contabilidade Aplicada à Administração I

Cr: 04 CH: 60 PEL: 4.00.0 Pré-Requisito: -

Ementa: A contabilidade e seu campo de aplicação. O patrimônio. Contas e plano de contas. Fatos contábeis. Inventários. Estrutura das demonstrações contábeis.

305085 - Contabilidade Aplicada à Administração II

Cr: 04 CH: 60 PEL: 4.00.0 Pré-Requisito: 305084 PRO

Ementa: Registro de operações contábeis. Levantamento das demonstrações contábeis. Interpretação das demonstrações contábeis.

108011 - Introdução à Estatística

Cr: 04 CH: 60 PEL: 4.00.0 Pré-requisito: -

Ementa: A natureza da estatística. Coleta, apuração, apresentação tabular e gráfico dos dados. Medidas de tendência central. Noções básicas sobre cálculo das probabilidades. Distribuição, amostragem, correlação e regressão. Números índices. Testes de hipóteses e séries temporais. Histogramas.

108013 - Inferência

Cr: 04 CH: 60 PEL: 4.00.0 Pré-requisito: 108011 PRO

Ementa: Introdução a inferência estatística. Estimação. Testes de hipóteses. Análise de variância com um e dois critérios de classificação.

302515 - Direito e Legislação Social

Cr: 04 CH: 60 PEL: 4.00.0 Pré-requisito: -

Ementa: Legislação social. Evolução histórica. Princípios e fontes do direito do trabalho. O empregado. O empregador. Contrato de trabalho. Normas especiais de proteção ao trabalho. Aviso prévio. Horas extras. Remuneração e salário. Repouso semanal remunerado. Férias anuais remuneradas. Fundo de garantia do tempo de serviço. Direito de greve. Alteração, suspensão, interrupção e terminação do contrato de trabalho. Proteção ao trabalho da mulher e do adolescente. Segurança e medicina do trabalho. Justiça do trabalho e direito coletivo. Previdência social.

105135 - Matemática Básica

Cr: 04 CH: 60 PEL: 4.00.0 Pré-requisito: -

Ementa: Funções reais de uma variável real, limite e continuidade. Derivada. Aplicações da derivada. Integral definida, antiderivadas, Teorema Fundamental do Cálculo. Mudança de variáveis. Aplicações da integral.

406283 - Psicologia Aplicada à Administração

Cr: 04 CH: 60 PEL: 4.00.0 Pré-requisito: -

Ementa: Organização como sistema social. Evolução da estrutura das empresas. A relação do homem com o seu trabalho, requisitos comportamentais, estudos em ergonomia. Procedimentos de recrutamento, seleção e treinamento. As relações humanas nas organizações, liderança e fenômeno de grupo. Psicopatologia do trabalho. Sindicatos – evolução histórica. Papel e ética do Psicólogo na indústria. Psicologia do consumidor.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

301280 - Administração de Empresas

CR: 04 CH: 60 PEL: 4.00.0 Pré-requisito: -

Ementa: Fundamentos de administração. Funções da administração: evolução do pensamento administrativo. Organização e método. Planejamento e controle da organização. Estruturas organizacionais: influência da tecnologia e do ambiente. O processo de organização e reorganização. Elaboração de projetos para pequenos e médios empreendimentos. Administração de pessoal. Motivação e liderança.

301212 - Mercado Financeiro

CR: 04 CH: 60 PEL: 4.00.0 Pré-requisito: 301055 (PRO)

Ementa: O mercado de capitais e o desenvolvimento econômico. Funções das instituições financeiras. O mercado de capitais no Brasil. Evolução. Conhecimentos teóricos e práticos da estrutura e funcionamento do mercado de capitais.

301214 - Tópicos Especiais em Administração Financeira e Orçamentária

CR: 04 CH: 60 PEL: A fixar Pré-requisito: 301051 (PRO)

Ementa: A fixar.

301224 - Tópicos Especiais em Gestão de Pessoas

CR: 04 CH: 60 PEL: A fixar Pré-requisito: 301222 (PRO)

Ementa: A fixar.

301233 - Tópicos Especiais em Gestão da Informação e do Conhecimento

CR: 04 CH: 60 PEL: A fixar Pré-requisito: 301288 (PRO)

Ementa: A fixar.

301243 - Gestão de Operações em Serviços

CR: 04 CH: 60 PEL: 4.00.0 Pré-requisito: 301285 (PRO)

Ementa: Conceito, características e elementos de serviço. A importância dos serviços na economia. As operações de serviços. Estratégia das operações em serviços. Princípios de marketing de serviços. Consumidor de serviços. O pacote de serviços. Gestão da capacidade e da demanda (gestão de filas e de fluxo de clientes). A avaliação da qualidade do serviço.

301244 - Gestão e Controle da Qualidade

CR: 04 CH: 60 PEL: 4.00.0 Pré-requisito: 301240 (PRO)

Ementa: Evolução e introdução à gestão da qualidade total. Perspectiva estratégica da qualidade e elementos de serviço. Modelos normalizados de sistema. Prêmios de qualidade. Ferramentas da qualidade. Controle estatístico de processo. Controle estatístico da qualidade.

301246 - Tópicos Especiais em Administração da Produção e Operações

CR: 04 CH: 60 PEL: A fixar Pré-requisito: 301285 (PRO)

Ementa: A fixar.

301247 - Tópicos Especiais em Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais

CR: 04 CH: 60 PEL: A fixar Pré-requisito: 301242 -(PRO)
Ementa: A fixar.

301252 - Administração de Vendas

CR: 04 CH: 60 PEL: 4.00.0 Pré-requisito: 301285 (PRO)

Ementa: A relação entre Marketing e Vendas. A carreira de vendas. Estratégia de vendas. Estrutura da organização de vendas. Previsão de vendas e desenvolvimento de orçamentos. Liderança em vendas, gerenciamento e supervisão.

301253 - Marketing de Serviços

CR: 04 CH: 60 PEL: 4.00.0 Pré-requisito: 301285 (PRO)

Ementa: O papel dos serviços na nova economia. O marketing no setor de serviços. Comportamentos de consumo em serviços. Expectativas de serviços. Satisfação. Qualidade e modelos de mensuração de qualidade. O mix de marketing. Preço – análise de custos em serviços, avaliando o mercado competitivo e definição de valor. Gestão do processo de entrega – evidências físicas/atmosfera do ponto de venda, gestão de pessoas e uso de TI. Comunicação. Gestão da reclamação e recuperação de clientes. Produtividade e aspectos de melhoria nos serviços.

301254 -Tópicos Especiais em Administração Mercadológica

CR: 04 CH: 60 PEL: A fixar Pré-requisito: 301285 (PRO)

Ementa: A fixar.

301256 - Pesquisa de Marketing

CR: 04 CH: 60 P.E.L: 4.00.0 Pré-requisito: 301250 (PRO)

Ementa: Natureza, tipos e sistema de informação de marketing. Sistema de apoio a decisão de marketing. Métodos de pesquisa. Projeto de pesquisa. Métodos básicos de coleta de dados. Elaboração de instrumentos de coleta de dados. Amostragem. Trabalho de campo. Tabulação, análise e interpretação de dados.

301260 - Administração Municipal

CR: 04 CH: 60 PEL: 4.00.0 Pré-requisito: 301285 (PRO)

Ementa: O poder local e o município no Brasil: Histórico e evolução. Organização administrativa municipal. Planejamento municipal e gestão urbana. O estatuto da cidade. Gestão financeira municipal e a lei da responsabilidade fiscal. A câmara municipal e o seu papel. Competência constitucional do município. Desenvolvimento local, sustentabilidade e gestão municipal empreendedora. A descentralização de programas sociais. Autonomia municipal e o debate a respeito da descentralização tributária. A crise do pacto federativo. Gestão municipal em Sergipe. Experiências inovadoras de gestão municipal e poder local no Brasil.

301262 - Administração Pública Comparada

CR: 04 CH: 60 PEL: 4.00.0 Pré-requisito: 301285 (PRO)

Ementa: Construção de Estados: Governo e organização no século XXI. Desenvolvimento e crise do Estado do bem-estar social. A reforma do estado no mundo contemporâneo. A relevância das instituições para o funcionamento das economias. Sistemas de defesa da concorrência e regulação econômica. Experiências inovadoras em administração pública comparada. Desafios e perspectivas da administração pública contemporânea.

301263 - Planejamento Governamental**CR: 04 CH: 60 PEL: 4.00.0 Pré-requisito: 301285 (PRO)**

Ementa: A intervenção do Estado na economia e a questão do planejamento. O planejamento no Brasil. O processo de planejamento. As funções do governo e a função do planejamento. O planejamento e os instrumentos de política econômica. Política econômica discricionária. Centralização e descentralização. Planejamento de políticas públicas. O planejamento sócio-econômico na administração pública brasileira (planejamento orçamentário e financeiro: plano plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual. Planejamento regional. Avaliação de planos, programas e projetos). Experiências internacionais de planejamento. Planejamento territorial participativo. Planejamento e desenvolvimento sustentável. Planejamento governamental em Sergipe. A crise no planejamento governamental no Brasil. As experiências internacionais de planejamento.

301264 - Tópicos Especiais em Administração Pública**CR: 04 CH: 60 PEL: A fixar Pré-requisito: 301261 (PRO)**

Ementa: A fixar.

301281 - Comércio Internacional**CR: 04 CH: 60 PEL: 4.00.0 Pré-requisito: 301285 (PRO)**

Ementa: A decisão de exportar/importar: riscos e oportunidades. Canais de comercialização. Tributação no comércio exterior. As etapas de exportação. Formação de preços na exportação. Conceitos e etapas de importação. Avaliação de custos na importação. Principais operações de financiamento à exportação e à importação. Normas administrativas de exportação e importação. Mecanismos tarifários, desembaraço aduaneiro. Nomenclatura e classificação fiscal de mercadorias. Roteiro prático de exportação. Roteiro prático de importação. Incoterms. Transportes internacionais. Seguros internacionais. Modalidades de pagamento. Procedimentos cambiais, contratos de câmbio e contratos internacionais. Documentos básicos do comércio exterior.

301284 - Epistemologia Organizacional**CR: 04 CH: 60 PEL: 4.00.0 Pré-requisito: 301285 (PRO)**

Ementa: História da ciência e o conhecimento organizacional; eixos de produção do conhecimento organizacional: construção, desconstrução e reconstrução. Estudos organizacionais: disciplina ou campo? Pluralismo e progresso do conhecimento organizacional; gestão do conhecimento organizacional; epistemologia organizacional comparada.

301286 - Gestão Ambiental**CR: 04 CH: 60 PEL: 4.00.0 Pré-requisito: 301285 (PRO)**

Ementa: Política de desenvolvimento integrado e suas características. Instrumentos de gestão e suas implementações: conceitos e práticas. Base legal e institucional para gestão ambiental. Legislação ambiental. Auditoria ambiental. Controle de qualidade ambiental. Teoria do planejamento: histórico e conceituação. Planejamento e o enfoque ambiental: critérios ambientais na definição do planejamento. Utilização de modelos e de instrumentos de planejamento. Instrumentos de implantação e execução. Inserção do planejamento no sistema de gestão ambiental. Análise de risco. Certificações.

301290 - Tópicos Especiais em Administração**Cr: 04 CH: 60 PEL: A fixar Pré-requisito: 301285 (PRO)****Ementa:** A fixar.**105131 - Cálculo I****Cr: 06 CH: 90 PEL: 5.01.0 Pré-requisito: -****Ementa:** Funções reais de uma variável real, limite e continuidade. Derivada. Aplicações da derivada. Integral definida, antiderivadas, Teorema Fundamental do Cálculo. Mudança de variável. Algumas técnicas de integração. Aplicações da integral. Integrais Impróprias.**302417 - Instituições do Direito****Cr: 04 CH: 60 PEL: 4.00.0 Pré-requisito: -****Ementa:** Estudo enciclopédico que se destina a proporcionar um conhecimento geral do direito. Direito público. Direito privado.**302411 - Introdução ao Estudo do Direito I****Cr: 04 CH: 60 PEL: 4.00.0 Pré-requisito: -****Ementa:** Conceito, importância e objeto da disciplina. Relações do direito com outras áreas do saber. Codificação no direito brasileiro. Tendências do direito brasileiro contemporâneo. Moral e direito. Normas de uso social. Justiça e equidade. Ramos do direito: direito público e direito privado. Criação do direito: fontes formais e materiais. Direito objetivo e direito subjetivo. Ato e fato jurídico. Organização judiciária.**302412 - Introdução ao Estudo do Direito II****Cr: 04 CH: 60 PEL: 4.00.0 Pré-requisito: 302411(PRO)****Ementa:** Conhecimento jurídico. Técnica jurídica. Teoria do ordenamento jurídico. Escolas do pensamento jurídico: Jusnaturalismo. Contratualismo. Escola de exegese. Historicismo. Orientação sociológica. Positivismo. Realismo. Hermenêutica jurídica: obrigatoriedade e aplicação da lei. Hierarquia e constitucionalidade das leis. Interpretação da lei. Espécies e resultados. Procedimentos de integração. Eficácia da lei no tempo.**405011 - Antropologia I****Cr: 04 CH: 60 PEL: 4.00.2 Pré-requisito: -****Ementa:** Visão panorâmica da Antropologia em termos de fundamentos. O processo de formação e os principais conceitos, sobretudo o conceito de cultura: a importância do trabalho de campo na definição dos rumos da antropologia.**304351 - Administração e Planejamento em Serviço Social****Cr: 04 CH: 60 PEL: 2.01.1 Pré-requisito: -****Ementa:** As teorias organizacionais e os modelos gerenciais na organização dos processos de trabalho e nas políticas sociais. O planejamento nos processos de trabalho em que se inserem os assistentes sociais e seus instrumentos: planos, programas e projetos.**404711 - Português Instrumental****Cr: 04 CH: 60 PEL: 2.02.0 Pré-requisito: -****Ementa:** A estrutura do parágrafo e seus mecanismos de articulação. Problemas de construção frasal; a coordenação e a subordinação. A comunicação e a

correspondência oficial; técnicas tipos específicos. Elaboração de relatórios.

404712 - Produção e Recepção de Texto I

Cr: 04 CH: 60 PEL: 2.02.0 Pré-requisito: -

Ementa: O texto e sua caracterização. Mecanismo de textualidade. A coesão e a coerência textual. Produção e recepção textual.

404883 - Espanhol Instrumental

Cr: 04 CH: 60 PEL: 2.02.0 Pré-requisito: -

Ementa: Estratégia de leitura para compreensão global de textos autênticos escritos em espanhol. Estruturas fundamentais da língua espanhola, implicadas no processo de compreensão dos textos. Estudo de vocabulário.

404849 - Inglês Instrumental

Cr: 04 CH: 60 PEL: 2.02.0 Pré-requisito: -

Ementa: Estratégias de leitura de textos autênticos escritos em língua inglesa, visando os níveis de compreensão geral de pontos principais e detalhados. Estudo das estruturas gramaticais básicas implicadas no processo de compreensão dos textos.

404804 - Francês Instrumental

Cr: 04 CH: 60 PEL: 2.02.0 Pré-requisito: -

Ementa: Estratégia de leitura para compreensão global de textos autênticos escritos em francês. Estruturas fundamentais da língua francesa, implicadas no processo de compreensão dos textos. Estudo de vocabulário. Prática: aplicação das técnicas de leitura trabalhadas, em textos apresentados pelos alunos.

306121 - História das Relações Internacionais I

Cr: 04 CH: 60 PEL: 4.00.0 Pré-requisito: -

Ementa: Da revolução industrial ao capitalismo organizado: características gerais e principais fases do desenvolvimento capitalista (desde aproximadamente 1780). Análise da formação dos Estados modernos e de suas relações internacionais. Identificação dos objetivos dos Estados nacionais e do jogo das forças em cada grande contexto histórico. Império napoleônico. O concerto europeu e sua crise (1815-1918): do Congresso de Viena à Santa Aliança e à Quádrupla Aliança, os pontos de ruptura, os sistemas de Bismarck, as alianças e a diplomacia secreta. As rivalidades coloniais. Hegemonia coletiva (1818-1848). Scramble for Africa. Sistema de Bismarck. Causas da primeira guerra mundial

103471 - Informática, Ética e Sociedade

CR: 04 CH: 60 P.E.L.: 2.02.0 Pré-Requisito: -

Ementa: A sociedade industrial: organização e lógica de produção. A Era do conhecimento: modernidade líquida e sociedade em rede. O trabalhador do conhecimento e o trabalho virtual. Inclusão social pela inclusão digital. Aplicações das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (NTIC). Previsões de evolução da computação. Ética profissional. Mercado de trabalho

306151 - Teoria e Processos de Integração Regional

Cr: 04 CH: 60 PEL: 4.00.0 Pré-requisito: -

Ementa: Os modelos teóricos de integração regional. A União Europeia como

referência. Globalização e os processos de integração regional no contexto da liberalização. A integração aberta. Integração, supranacionalidade e soberania estatal. Obstáculos, desafios e possibilidades da integração regional no século XXI.

103621 - Microcomputadores

Cr: 04 CH: 60 P.E.L.: 2.02.0 Pré-requisito: -

Ementa: Introdução ao microcomputador. Sistema operacional: características, comandos básicos, comandos complementares. Editor de textos: conceitos gerais, tipos de textos, edição de textos. Planilha eletrônica: conceitos básicos, identificação das células, movimentação, deleção e inserção de células.

306111 - Introdução ao Estudo das Relações Internacionais

Cr: 04 CH: 60 PEL: 4.00.0 Pré-requisito: -

Ementa: Esta disciplina tem por objetivo introduzir o aluno aos conceitos básicos das Relações Internacionais, procurando capacitá-lo a raciocinar com os elementos do sistema internacional, destacando o caráter específico das relações internacionais, dando-se ênfase especial aos níveis e unidades de análise, bem como a outras questões analíticas metodológicas. O cenário internacional é também focalizado, em perspectiva histórica e na atualidade, discutindo-se a natureza das ações e interações nesse cenário.

113021 - Engenharia da Qualidade I

CR: 04 CH: 60 PEL: 4.00.0 Pré-requisito: -

Ementa: Histórico da qualidade. Controle da qualidade total. Gerenciamento da qualidade total. Ferramentas da qualidade. Sistemas normalizados de qualidade. Auditoria.

113071 - Introdução à Engenharia de Produção

CR: 04 CH: 60 PEL: 4.00.0 Pre-requisito: -

Ementa: O que é engenharia de produção. Evolução dos cursos de engenharia de produção no Brasil. Noções das áreas de engenharia de produção: gestão de operações; qualidade; gestão econômica; ergonomia, higiene e segurança do trabalho; engenharia do produto; pesquisa operacional; estratégias e organizações; gestão da tecnologia; sistemas de informação e gestão do conhecimento; gestão ambiental; responsabilidade social, ética e sustentabilidade.

401355 - Língua Brasileira de Sinais

Cr: 04 CH: 60 PEL: 3.01.0 Pré-requisito: -

Ementa: Políticas de educação para surdos. Conhecimentos introdutórios sobre a LIBRAS. Aspectos diferenciais entre a LIBRAS e a língua oral de LIBRAS.

407291 - Introdução à Filosofia

Cr: 04 CH: 60 PEL: 4.00.0 Pré-requisito: -

Ementa: O modo de pensar e suas origens.

113033 - Organização do Trabalho

CR: 02 CH: 30 PEL: 2.00.0 Pré-requisito: 60 créditos PRR

Ementa: Produtividade e comportamento humano: projeto e funções dos trabalhadores: análise dos métodos de trabalho. Medida do trabalho. Abordagens comportamentais do projeto do trabalho. Saúde e segurança dos trabalhadores:

Desenvolvimento do projeto de um posto de trabalho.

405031 - Política I

CR: 04 CH: 60 PEL: 4.00.2 Pré-requisito: -

Ementa: A análise política, categorias, conceitos, problemas básicos da ciência política contemporânea. Diferentes perspectivas teórico-metodológicas. A construção da ciência política.

405120 - Sociologia I

CR: 04 CH: 60 PEL: 3.01.0 Pré-requisito: -

Ementa: Gênese da sociologia: contexto histórico, social e intelectual de surgimento da sociologia; a sociologia pré-científica; introdução sumária aos “clássicos”; panorama evolutivo da sociologia e diversificação do campo de estudos; questões sociais e problemáticas sociológicas: submeter à análise sociológica os problemas sociais contemporâneos.

303139 - Economia do Petróleo

CR: 04 CH: 60 PEL: 3.01.0 Pré-requisito: –

Ementa: Energia, crescimento e sociedade, balanço energético nacional, geopolítica da energia, história econômica do setor de hidrocarbonetos, evolução dos sistemas tecnológicos de E&P, a crise do petróleo, o contrachoque petrolífero, estratégias das empresas e políticas de governo para o setor, competição na indústria do petróleo e regulação na indústria de gás natural, comércio do petróleo e do gás natural, OPEP, mercado SPOT e futuro, concessões, licenças, parcerias e joint ventures.

307023 - Técnicas Secretariais I

CR: 04 CH: 60 PEL: 2.00.2 Pré-requisito: –

Ementa: História da profissão. Lei de regulamentação. O profissional de secretariado executivo e a organização. Principais atividades e técnicas do secretariado. Processo de mudança versus necessidade de mercado. Introdução à gestão de negócios. Planejamento e organização de serviços.

308110 - Teoria Geral do Turismo I

CR: 04 CH: 60 PEL: 4.00.0 Pré-requisito: –

Ementa: Introdução ao estudo do turismo: origem e evolução. Conceituação e caracterização do turismo. A demanda turística: tipologia de viajantes e turistas, necessidades, motivações e comportamentos. Segmentação de turismo. O turismo e a interdisciplinaridade. Abordagem científica do turismo. A oferta turística. O destino turístico. Aspectos sócio-econômicos, culturais, ambientais e políticos do turismo.

309027 - Tópicos Especiais em Organização e Tratamento da Informação

CR: 04 CH: 60 PEL: 2.02.0 Pré-requisito: –

Ementa: A fixar.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CONSELHO DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

RESOLUÇÃO Nº 69/2012/CONEPE

ANEXO V

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE
GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – BACHARELADO

Art. 1º As atividades complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Parágrafo Único: As atividades complementares se constituem componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando e são integralizadas como créditos.

Art. 2º São consideradas atividades complementares:

- I. atividades de pesquisa extracurriculares orientadas por docente da UFS ou outras instituições de pesquisa ou IES (tais como PIBIC, PICVOL, PIBIT ou outras);
- II. programas oficiais de intercâmbio estudantil em outros países, cujas atividades sejam relacionadas às competências e habilidades;
- III. participação em congresso (local, nacional ou internacional) na área de Administração e correlatas (tais como Contabilidade, Economia, Engenharia de Produção, Turismo);
- IV. participação em mini-cursos cujos conteúdos sejam relacionados às competências e habilidades;
- V. atividades de extensão coordenadas por docente da UFS ou outras instituições ou IES (PIBIX ou outras);
- VI. estágio não-obrigatório;
- VII. participação como mesário (a) nas eleições coordenadas pelo Tribunal Regional Eleitoral, e,
- VIII. representação oficial de discentes em instâncias Colegiadas da UFS, bem como em entidades da categoria profissional.

Art. 3º Será atribuída carga horária correspondente após a devida comprovação pelo aluno e aprovação do Colegiado do Curso.

Art. 4º As atividades complementares devem ser desenvolvidas ao longo do curso.

Art. 5º As atividades complementares têm os seguintes limites de créditos:

ATIVIDADE COMPLEMENTAR	Máximo de créditos atribuídos	Documentos comprobatórios
1. Atividades de pesquisa extracurriculares	Até 04 (quatro) créditos	Relatório assinado pelo coordenador da pesquisa
2. Programas oficiais de intercâmbio estudantil	Até 04 (quatro) créditos	Certificado de participação
3. Participação em congressos	Até 02 (dois) créditos	Certificado de apresentação de trabalho
4. Participação em mini-cursos	Até 02 (dois) créditos	Certificado de participação
5. Atividades de extensão	Até 02 (dois) créditos	Relatório assinado pelo coordenador do projeto de extensão
6. Estágio não-obrigatório	Até 06 (seis) créditos	Relatório assinado pelo coordenador de estágio
7. Participação como mesário (a)	Até 01 (um) crédito	Certificado da Justiça Eleitoral
8. Representação oficial de discentes	Até 01 (um) crédito	Certificado do Colegiado Acadêmico

Art. 6º Serão integralizadas apenas as atividades complementares realizadas após a data de entrada do (a) aluno (a) no Curso de Administração.

Art. 7º Os casos omissos nesta resolução serão resolvidos pelo Colegiado do Curso.

Art. 8º Este regulamento entra em vigor no primeiro semestre de 2013, revogando as disposições em contrário.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CONSELHO DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

RESOLUÇÃO Nº 69/2012/CONEPE

ANEXO VI

NORMAS DO ESTÁGIO CURRICULAR NÃO-OBRIGATÓRIO DO CURSO DE
ADMINISTRAÇÃO BACHARELADO (CURSOS 310 E 311)

SEÇÃO I
DA DEFINIÇÃO E OBJETIVO DO ESTÁGIO CURRICULAR

Art. 1º No âmbito da Universidade Federal de Sergipe (UFS) entende-se o estágio como ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação dos educandos que estejam frequentando o ensino regular na UFS.

Parágrafo Único: O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Art. 2º O estágio curricular tem caráter eminentemente pedagógico e deve atender aos seguintes objetivos:

- I. oferecer ao aluno a oportunidade de desenvolver atividades típicas de sua futura profissão na realidade social do campo de trabalho;
- II. contribuir para a formação de uma consciência crítica no aluno em relação à sua aprendizagem nos aspectos profissional, social e cultural;
- III. representar a oportunidade de integração de conhecimentos, visando a aquisição de competência técnico-científica comprometida com a realidade social;
- IV. participar, quando possível ou pertinente, da execução de projetos, estudos ou pesquisas;
- V. permitir a adequação das disciplinas e dos cursos ensejando as mudanças que se fizerem necessárias na formação dos profissionais, em consonância com a realidade encontrada nos campos de estágio, e,
- VI. contribuir para o desenvolvimento da cidadania integrando a universidade com a comunidade.

SEÇÃO II
DISPOSIÇÕES SOBRE O ESTÁGIO

Art. 3º O estágio pode ser caracterizado como Estágio não-obrigatório – previsto pela Lei nº 11.788, realizado voluntariamente pelo estudante para enriquecer a sua formação acadêmica e profissional.

SEÇÃO III
DO CAMPO DE ESTÁGIO

Art. 4º Campo de estágio é definido como a unidade ou o contexto espacial dentro ou fora do país, que tenha condições de proporcionar experiências práticas na área de formação do estagiário.

§ 1º Constituem campos de estágio curricular:

- I. pessoas jurídicas de direito privado;
- II. órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e,
- III. escritório de profissionais liberais de nível superior específico de Administração.

Art. 5º Devem ser consideradas as seguintes condições para a definição dos campos de estágio curricular:

- I. a existência de demandas ou necessidades que possam ser atendidas, no todo ou em parte, pela aplicação de métodos e técnicas da área de Administração para a formação profissional do estágio;
- II. a existência de infraestrutura humana e material que possibilite a adequada realização do estágio;
- III. a possibilidade de supervisão e avaliação dos estágios pela UFS, e,
- IV. a observância dos preceitos desta resolução, bem como normas específicas definidas pela Comissão de Estágio do curso.

Art. 6º Para as atividades de estágio é obrigatória a celebração do Termo de Compromisso de Estágio que deve ser firmado entre a UFS, através da Central de Estágio, a unidade concedente do estágio e o aluno, no qual serão acordadas todas as condições para sua realização.

SEÇÃO IV DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 7º São considerados elementos fundamentais da dinâmica do estágio curricular:

- I. Colegiado do Curso;
- II. Comissão de Estágio;
- III. Estagiário(a);
- IV. Professor Orientador, e,
- V. Supervisor Técnico.

Art. 8º A Comissão de Estágio é responsável pela execução da política de estágio definida pelo Colegiado do Curso, através do desenvolvimento dos programas, dos projetos e acompanhamento dos planos de estágios, cabendo-lhe também a tarefa de propor mudanças em função dos resultados obtidos.

Art. 9º A Comissão de Estágio, designada pelo presidente do Colegiado do Curso é composta pelos seguintes membros:

- I. três professores orientadores eleitos pelo Colegiado do Curso;
- II. um representante discente, eleito pelo Centro Acadêmico.

§ 1º A Comissão de Estágio elegerá um coordenador entre seus membros

docentes.

§ 2º Será atribuído ao Coordenador da Comissão de Estágio e aos professores orientadores 4 (quatro) horas na carga horária semanal ofertada pelo Departamento de Administração.

§ 3º Os membros da Comissão de Estágio terão mandatos fixos de dois anos, podendo ser reconduzidos uma única vez consecutiva, no todo ou em parte.

Art. 10. Compete à Comissão de Estágio:

- I. zelar pelo cumprimento desta Resolução e das normas específicas de estágio do curso;
- II. divulgar a relação dos professores orientadores com as respectivas áreas de atuação e opções de campo de estágio, antes do período da matrícula;
- III. encaminhar à Central de Estágios o termo de compromisso de estágio curricular preenchido e assinado pela unidade concedente, pelo professor orientador e pelo estagiário;
- IV. encaminhar à Central de Estágios a demanda semestral de vagas de estágio e a disponibilidade de professores orientadores;
- V. informar à Central de Estágios a relação de professores orientadores e dos seus respectivos estagiários;
- VI. elaborar em conjunto com as unidades concedentes programas de atividades profissionais a serem desenvolvidas durante o estágio;
- VII. promover atividades de integração entre os segmentos envolvidos com os estágios;
- VIII. avaliar, com o Colegiado do Curso, os resultados dos programas de estágio curricular e propor alterações, quando for o caso;
- IX. realizar treinamento e/ou orientação dos estagiários para a sua inserção no campo de estágio;
- X. promover reuniões com os estagiários do curso, de modo a integrar as experiências vivenciadas nos campos de estágio;
- XI. promover a apresentação de relatórios finais relativos ao estágio;
- XII. promover com o Colegiado do Curso ações que visem a atualização dos currículos a partir das experiências nos campos de estágio;
- XIII. analisar os planos de estágio não-obrigatório, num prazo máximo de 08 (oito) dias úteis, a partir de seu recebimento encaminhando-os ao Colegiado do Curso e à Central de Estágios da UFS;
- XIV. proceder à captação de vagas em potenciais campos de estágio, podendo utilizar-se da intermediação de agentes de integração empresa-escola;
- XV. avaliar os relatórios de estágio não-obrigatório, apresentados pelo estagiário, e,
- XVI. encaminhar para a Central de Estágios lista com nomes, endereços e responsáveis de novas instituições visando ampliar campos de estágio.

SEÇÃO V DA SUPERVISÃO DO ESTÁGIO

Art. 11. A supervisão do estágio é definida como sendo o acompanhamento e a avaliação do estagiário e das atividades por ele desenvolvidas no campo do estágio.

§ 1º O professor vinculado à UFS e que supervisiona o estágio é denominado de professor orientador.

§ 2º O profissional vinculado ao campo de estágio e que supervisiona e orienta no local as atividades do estagiário é denominado de supervisor técnico.

Art. 12. São atribuições do professor orientador:

- I. orientar o estagiário em relação às atividades a serem desenvolvidas no campo de estágio;
- II. contribuir para o desenvolvimento do estagiário, de uma postura ética em relação a prática profissional;
- III. discutir as diretrizes do plano de estágio com o supervisor técnico;
- IV. aprovar o plano de estágio curricular obrigatório dos estagiários sob sua responsabilidade;
- V. acompanhar o cumprimento do plano de estágio;
- VI. acompanhar a frequência do estagiário através dos procedimentos definidos nestas normas;
- VII. manter contato regular com o campo de estágio;
- VIII. orientar o aluno na elaboração do relatório final de estágio;
- IX. responsabilizar-se pela avaliação final do estagiário, encaminhando os resultados ao Colegiado do Curso;
- X. encaminhar o relatório elaborado pelos estagiários para arquivamento pela Comissão de Estágio do curso, e,
- XI. verificar a existência de vagas, antes de encaminhar os acadêmicos para o estágio.

Art. 13. São atribuições do supervisor técnico:

- I. orientar, discutir, assistir e avaliar o estagiário em relação às atividades desenvolvidas, por meio de uma relação dialógica com o professor orientador;
- II. encaminhar mensalmente ao professor orientador a frequência do estagiário, e,
- III. encaminhar avaliação final, sob a forma de nota no intervalo de zero a dez pontos.

SEÇÃO VI DO ESTAGIÁRIO

Art. 14. Estagiário é o aluno frequentando estágio não-obrigatório.

Art. 15. Compete ao estagiário:

- I. assinar termo de compromisso com a UFS e com a unidade concedente;
- II. elaborar, sob o acompanhamento do professor orientador e ou do supervisor técnico, o plano de estágio;
- III. desenvolver as atividades previstas no plano de estágio;
- IV. cumprir as normas disciplinares no campo de estágio e manter sigilo com relação às informações às quais tiver acesso;
- V. apresentar relatório final do estágio;
- VI. submeter-se aos processos de avaliação;
- VII. apresentar conduta ética.

SEÇÃO VII

DA SISTEMÁTICA DE FUNCIONAMENTO DO ESTÁGIO NÃO-OBIGATORIO

Art. 16. O estágio não-obrigatório poderá ser realizado por alunos regularmente matriculados no curso, desde que não prejudique a integralização de seus currículos plenos dentro dos prazos legais.

Parágrafo Único: O estágio não-obrigatório será convertido em créditos de atividade complementar conforme Art. 5º Anexo V.

Art. 17. São condições para a realização do estágio não-obrigatório:

- I. entrega, pelo estagiário, à Central de Estágios, de um plano de estágio aprovado pela Comissão de Estágio, assim como pela unidade concedente;
- II. termo de compromisso, do qual devem constar as condições do estágio, assinado pelo aluno, pela unidade concedente e pela PROEX;
- III. garantia de seguro contra acidentes pessoais a favor do estagiário, pela unidade concedente;
- IV. orientação do estagiário por um supervisor técnico do campo de estágio, com anuência da Comissão de Estágio;
- V. professor orientador indicado pelo Colegiado do Curso;
- VI. entrega ao Colegiado de Curso e à Central de Estágios, pelo estagiário, de relatórios semestrais de atividades desenvolvidas no estágio, e,
- VII. o aluno que tiver seu estágio suspenso antes do prazo deverá apresentar relatório parcial das atividades.

SEÇÃO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. Os modelos de plano de estágio e relatório final de estágio serão elaborados pela Comissão de Estágio e aprovadas pelo Colegiado do Curso.

Art. 19. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso.

Art. 20. Este regulamento entrará em vigor no primeiro semestre de 2013, revogando as disposições em contrário.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CONSELHO DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

RESOLUÇÃO Nº 69/2012/CONEPE

ANEXO VII

NORMAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) DO CURSO DE
ADMINISTRAÇÃO – BACHARELADO

CAPÍTULO I
DO OBJETO

Art. 1º O Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) de Administração da Universidade Federal de Sergipe é uma atividade curricular de caráter obrigatório e individual.

§1º A norma do TCC tem por objetivo auxiliar os alunos no processo de desenvolvimento de seus Trabalhos de Conclusão de Curso.

§2º O TCC permite que o aluno pesquise sobre um assunto de seu interesse e apresente aquilo que aprendeu no decorrer do curso e produza um trabalho com base na articulação teórico-prática, em forma de monografia e fundamentado em pesquisas bibliográficas, documentais, entrevistas e estudo de caso.

§3º O trabalho será elaborado pelo aluno com base em literatura, em sua experiência pessoal e profissional e nas linhas de pesquisa dos professores orientadores.

Art. 2º O objetivo do TCC é proporcionar ao aluno a oportunidade de aplicação prática do instrumental técnico auferido nas diversas disciplinas que integram o currículo do curso, além de:

- I. proporcionar ao aluno a oportunidade de desenvolver suas habilidades, analisar situações e propor mudanças nos ambientes organizacional e societário;
- II. complementar o processo ensino-aprendizagem, através da conscientização das deficiências individuais e incentivar a busca do aprimoramento pessoal e profissional;
- III. atenuar o impacto da passagem de vida do estudante para a vida profissional, abrindo oportunidades de conhecimento da filosofia, diretrizes, organização e funcionamento das organizações e da comunidade;
- IV. facilitar o processo de atualização de conteúdo das disciplinas, permitindo adequar-se aquelas de caráter profissionalizante às constantes inovações tecnológicas, políticas, sociais e econômicas a que estão sujeitas;
- V. incentivar o desenvolvimento das potencialidades individuais, propiciando o surgimento de novas gerações de profissionais empreendedores, capazes de adotar modelos de gestão, métodos e processos inovadores, novas tecnologias e metodologias alternativas, e,
- VI. promover a integração escola-empresa-comunidade.

CAPÍTULO II

TIPOLOGIA DOS TRABALHOS

Art. 3º Para a consolidação desses objetivos, o TCC deverá ser desenvolvido através de uma das seguintes modalidades:

I. participação em projetos realizados dentro das empresas das quais o aluno deverá conhecer o seu funcionamento e apresentar propostas de melhoria.

II. criação e implantação de empreendimentos (projeto), abertos aos vários ramos da atividade econômica, de forma a abranger todas as suas fases:

- a) pesquisa de mercado;
- b) planejamento;
- c) organização;
- d) viabilidade administrativa e econômico-financeira;
- e) estratégia de implantação, dentre outras.

III. administração geral (projeto) que consiste no diagnóstico e na proposta de reorganização e/ou expansão da pequena e média empresa;

IV. projeto "Trainee", no qual o aluno desenvolve as atividades que lhe são designadas pela empresa, sendo provável a sua contratação ao término do projeto;

V. projeto de pesquisa de investigação, em que o aluno deverá desenvolver um tema de seu interesse dentro das áreas adiante estabelecidas.

Art. 4º Para o desenvolvimento de um projeto de pesquisa de investigação, o tema escolhido pelo aluno deverá estar inserido nas seguintes áreas de concentração:

I. Administração Geral (organização de micros e pequenas empresas, área ambiental);

II. Administração Mercadológica;

III. Administração da Produção;

IV. Administração de Recursos Humanos;

V. Administração Financeira e Orçamentária (inclusive economia de empresas);

VI. Administração de Recursos Materiais, Patrimoniais e Logística;

VII. Administração de Sistemas de Informação;

VIII. Organização, Sistemas e Métodos;

IX. Administração Pública;

X. Administração Rural;

XI. Comércio Exterior;

XII. Administração Hospitalar;

XIII. Administração de Turismo;

XIV. Administração Rural;

XV. Gestão para a Qualidade.

§ 1º Semestralmente a Coordenação divulgará a lista de professores orientadores de Trabalhos de Conclusão de Curso naquele semestre letivo.

§ 2º Outras áreas de concentração poderão ainda ser escolhidas desde que o coordenador de TCC se pronuncie favorável e exista professor orientador disponível.

CAPÍTULO III DA DISPOSIÇÃO DA MATÉRIA TCC

Art. 5º O curso distribui a matéria Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em duas disciplinas: Trabalho de Conclusão de Curso I, com 150 horas e 10 créditos e Trabalho de Conclusão de Curso II, com 150 horas e 10 créditos.

CAPÍTULO IV SISTEMÁTICA DE ORIENTAÇÃO

Art. 6º O TCC será elaborado individualmente em conformidade com as normas de elaboração de trabalhos acadêmicos da ABNT.

Art. 7º O desenvolvimento do TCC será orientado regularmente no decorrer do semestre letivo, em sala de aula, pelo coordenador de TCC.

Art. 8º Para a elaboração do TCC o aluno contará com acompanhamento acadêmico por meio de reuniões de periodicidade mensal, no mínimo, com o professor orientador.

§ 1º Cabe ao aluno convidar um professor orientador do Departamento de Administração.

§ 2º É atribuição do coordenador de TCC indicar outro professor da instituição, em caso de indisponibilidade de professor orientador no Departamento de Administração.

§ 3º O coordenador de TCC deve conduzir mudanças de vínculo entre alunos e professores orientadores.

§ 4º O coordenador de TCC deve designar um professor orientador para os alunos que não obtiverem sucesso no convite a um professor orientador.

§ 5º O coordenador de TCC deve zelar para que os trabalhos atendam as normas técnicas da ABNT.

CAPÍTULO V DA DISPOSIÇÃO DA DISCIPLINA TCC I

Art. 9º A disciplina TCC I, com carga horária de 150 h, correspondendo a 10 créditos, tem como finalidade conduzir os alunos à elaboração do plano de trabalho ou projeto de pesquisa a ser desenvolvida na disciplina TCC II.

Parágrafo Único: O acompanhamento a cargo do professor orientador deve focalizar, no mínimo, nos seguintes aspectos:

- I. definição e delimitação do tema/problema;
- II. orientação quanto a fontes bibliográficas;
- III. delineamento dos objetivos;
- IV. escolha de procedimentos metodológicos de pesquisa.

Art. 10. A carga horária da disciplina TCC I está distribuída na forma de elaboração do plano de trabalho ou projeto de pesquisa em encontro semanal em sala de aula, com acompanhamento do professor coordenador.

Art. 11. Para as reuniões de acompanhamento técnico, o professor orientador deverá estabelecer um calendário de atendimento ao aluno.

Art. 12. A avaliação da disciplina TCC I será feita pelo professor coordenador e pelo professor orientador, que atribuirão uma nota variando de 0 a 10 ao anteprojeto, relatórios parciais e relatório final.

§ 1º O aluno será aprovado se obtiver média mínima igual a 5,0 (cinco) cuja base de cálculo será a média ponderada das notas atribuídas pelo professor coordenador e pelo professor orientador face os relatórios apresentados.

§ 2º As etapas (relatórios) terão os seguintes pesos:

- I. Anteprojeto – peso 2;
- II. Relatório 1 – peso 2;
- III. Relatório 2 – peso 2, e,
- IV. Relatório Final – peso 4.

§ 3º O professor orientador deverá fornecer o resultado de sua avaliação ao professor coordenador, que terá a responsabilidade de calcular e atribuir a nota final.

§ 4º O aluno ficará obrigado, em data previamente estabelecida pelo professor coordenador, respeitado o calendário escolar, a entregar, tanto ao professor orientador como ao professor coordenador, uma cópia de seu trabalho de conclusão da disciplina, ou um plano de trabalho ou um projeto de pesquisa.

CAPÍTULO VI DA DISPOSIÇÃO DA DISCIPLINA TCC II

Art. 13. A disciplina TCC II, com carga horária de 150 h, deverá ser cursada, obrigatoriamente, no último período do curso e tem como pré-requisito a disciplina TCC I.

Art. 14. O TCC II consiste na realização do trabalho de campo e tem como produto final uma monografia, que será apresentada a uma banca examinadora.

Art. 15. Ficam assegurados ao aluno, para a execução de seu plano de trabalho ou projeto de pesquisa, o acompanhamento técnico a cargo do professor orientador e o apoio acadêmico do professor coordenador.

Parágrafo Único: O professor coordenador poderá promover palestras sobre temas atuais em Administração e, a seu critério, convidar pesquisadores, ou empresários, ou, ainda, executivos para proferi-las.

Art. 16. Para as reuniões de acompanhamento técnico, o professor orientador deverá estabelecer um calendário de atendimento ao aluno.

Art. 17. O aluno ficará obrigado a elaborar 3 (três) relatórios parciais durante o desenvolvimento de seu projeto que serão avaliados pelo professor coordenador e pelo professor orientador.

Parágrafo Único: Os relatórios parciais têm como objetivos acompanhar o andamento do projeto, identificar as dificuldades encontradas pelo aluno e colaborar com sugestões e recomendações que possam melhorar o seu desempenho.

CAPÍTULO VII DA BANCA EXAMINADORA

Art. 18. Como se trata de uma disciplina regular do currículo do Curso de Administração todos os alunos deverão apresentar à banca examinadora seus trabalhos conforme cronograma fixado pelo coordenador de TCC para o semestre letivo.

Art. 19. Semestralmente o Coordenador do TCC divulgará de acordo com as condições do calendário escolar as datas previstas para apresentação dos TCCs.

§ 1º A banca examinadora deverá ser composta por 3 (três) professores, assim definidos:

- I. um professor orientador do curso, e,
- II. dois professores do Departamento de Administração, designados pelo Coordenador.

§ 2º Para fazer parte da banca examinadora o Coordenador poderá convidar ou referendar a indicação de, um professor de outro Departamento da UFS, ou de outra instituição de ensino ou, ainda, um profissional liberal desde que sua área de atuação tenha afinidade com seu tema de trabalho.

§ 3º A comissão examinadora deverá ser presidida pelo professor orientador.

Art. 20. O aluno será obrigado a expor, em sessão pública e na forma de preleção, para a comissão examinadora, sob a presidência do professor orientador, o conteúdo de sua monografia.

§ 1º Fica estabelecido o tempo de 20 minutos para a exposição do aluno e o de 10 minutos para sua arguição.

§ 2º Os professores examinadores poderão arguir o aluno com questões exclusivamente relativas ao conteúdo de seu trabalho.

§ 3º O aluno deverá entregar em data previamente estabelecida pelo professor coordenador, um exemplar de sua monografia, a cada membro da comissão examinadora, respeitados o calendário escolar e o prazo mínimo de 07 (sete) dias antes da data de sua exposição.

Art. 21. A avaliação do Trabalho de Conclusão do Curso II deverá ser feita pela comissão examinadora, mediante a apresentação oral do conteúdo da monografia.

§ 1º Para avaliar o aluno, a comissão examinadora deverá orientar-se pela tabela de referência.

§ 2º O professor coordenador fornecerá à Comissão Examinadora, o formulário de avaliação.

§ 3º Cabe ao presidente da banca (professor orientador) entregar as notas registradas no formulário próprio ao coordenador de TCC, logo após a realização da banca, que terá a função de calcular a nota final e informar o Departamento de Administração Acadêmica (DAA) via folhas de graus e frequências.

§ 4º O aluno será aprovado se obtiver média mínima igual a 5,0 (cinco) cuja base de cálculo será a média aritmética ponderada, considerando-se os seguintes pesos:

- I. nota do professor orientador, peso igual a 6 (seis);
- II. nota dos professores examinadores, peso igual a 2 (dois), e,
- III. nota do professor coordenador, peso igual a 2 (dois) que consistirá da média aritmética simples das notas atribuídas aos relatórios parciais e frequência às reuniões.

Art. 22. Na impossibilidade da presença física do professor orientador a banca poderá ser conduzida pelo professor coordenador ou quem ele indicar, que a presidirá.

Art. 23. A nota do TCC II refere-se ao conteúdo textual apresentado pelo aluno e pela apresentação em banca do respectivo trabalho.

Art. 24. A banca será soberana para atribuição da nota final do TCC II, não cabendo recurso ao aluno eventualmente reprovado.

Art. 25. Uma vez aprovado pela banca o aluno deverá entregar, para arquivamento em seu prontuário, no prazo máximo de 10 dias uma cópia do trabalho, com as eventuais correções requeridas, devidamente encadernado em capa dura (duas cópias) juntamente com o trabalho em formato “doc” gravada em CD-Rom.

CAPÍTULO VIII DAS ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR DE TCC

Art. 26. Compete ao coordenador de TCC:

- I. estabelecer um calendário para entrega do plano de trabalho ou projeto de pesquisa, na disciplina TCC I e apresentação dos relatórios parciais e entrega do TCC II;
- II. definir e divulgar as datas programadas para as avaliações dos TCC;
- III. resolver eventuais problemas apresentados pelos professores orientadores;
- IV. propor ao Colegiado do Curso outras áreas de interesse do aluno, não previstas neste documento;
- V. informar ao Chefe do Departamento os professores que aceitaram o convite do aluno, para lhes prestar a orientação técnica;

- VI. solicitar ao Chefe do Departamento, a designação do professor orientador, se nenhum professor aceitar o convite do aluno;
- VII. controlar o desempenho do aluno em função do tempo planejado;
- VIII. controlar a frequência do aluno em sala de aula;
- IX. convidar palestrantes para propiciarem aos alunos o conhecimento de outras experiências;
- X. calcular e atribuir a nota final da disciplina TCC I;
- XI. calcular e atribuir, juntamente com os outros membros da banca examinadora, a nota final da disciplina TCC II;
- XII. fornecer à comissão examinadora o formulário de avaliação, e,
- XIII. avaliar e atribuir nota aos relatórios parciais.

CAPÍTULO IX DAS ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR ORIENTADOR

Art. 27. Compete aos professores orientadores de TCC:

- I. acompanhar o desenvolvimento do TCC (orientação individual), mantendo contato semanalmente com o aluno onde serão transmitidas as orientações individuais que serão registradas em ficha própria de controle do professor;
- II. estabelecer a programação para a elaboração do TCC e apresentá-la ao aluno no início do semestre letivo;
- III. estabelecer um calendário de atendimento ao aluno para as reuniões individuais;
- IV. manter contato com seus orientandos em periodicidade mínima mensal, registrando em ficha própria as orientações feitas aos mesmos;
- V. acompanhar o aluno no desenvolvimento de seu trabalho fornecendo-lhe a orientação técnica necessária indicando-lhe as fontes bibliográficas pertinentes ao tema em estudo;
- VI. recomendar aos alunos a consulta aos professores orientadores de área específica a partir do momento que tiverem seus temas definidos;
- VII. avaliar cada etapa do TCC e, atribuir as notas que determinarão ao final do semestre a aprovação ou não do aluno na disciplina;
- VIII. submeter à Coordenação do Curso eventuais desvios ou ajustes não previstos e necessários ao bom andamento da disciplina;
- IX. orientar o aluno no que tange à sua especialidade agregando valor ao trabalho do aluno;
- X. Preservar o cumprimento dos modelos de trabalhos pré-estabelecidos evitando a proliferação de modelos divergentes visando permitir uma razoável padronização normativa e uma melhor e justa avaliação dos alunos;
- XI. avaliar sua própria disponibilidade de tempo e domínio dos assuntos propostos para orientação dos alunos;
- XII. comparecer, obrigatoriamente, à seção de apresentação do trabalho do aluno (banca examinadora), e,
- XIII. cumprir e fazer cumprir estas normas.

CAPÍTULO X DAS ATRIBUIÇÕES DO ALUNO

Art. 28. Compete ao aluno matriculado na disciplina de TCC:

- I. comparecer, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das aulas

semanais de TCC;

II. apresentar proposta de TCC (Projeto de Pesquisa) até a quarta semana após o início das aulas no período letivo para obter a pré-qualificação para dar continuidade ao trabalho;

III. prestar informações ao professor orientador de TCC sobre o progresso do trabalho e realizar as correções requisitadas;

IV. entregar os relatórios constantes no artigo 12 atendendo ao cronograma estabelecido para avaliação, com implicação de nota zero para o caso de falha na entrega;

V. estabelecer oportunidades de orientação com o professor orientador de área específica de comum acordo entre ambos;

VI. acatar a orientação, tanto do professor coordenador como do professor orientador;

VII. cumprir os prazos e datas estabelecidos pelo professor coordenador e pelo orientador;

VIII. executar as tarefas previstas em seu plano de trabalho ou projeto de pesquisa;

IX. comparecer ao seminário de apresentação dos trabalhos (banca examinadora), e,

X. cumprir as exigências do TCC previstas neste documento.

CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 29. Estão sujeitos a essas normas todos os alunos e professores do Curso.

§ 1º Todos os trabalhos serão arquivados (1 volume) em prontuário dos respectivos alunos para documentação acadêmica.

§ 2º O aluno, uma vez tendo seu TCC aprovado, autoriza o Departamento a utilizar seu trabalho no todo ou em parte para fins de publicações e, para tanto fornece à instituição uma cópia em CD-Rom do respectivo arquivo.

Art. 30. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso.

Art. 31. Estas normas entrarão em vigor no primeiro semestre de 2013, revogando-se as disposições em contrário.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CONSELHO DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO**

RESOLUÇÃO Nº 69/2012/CONEPE

ANEXO VIII

TABELA DE EQUIVALÊNCIA DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO – 310

CURRÍCULO ATUAL				CURRÍCULO PROPOSTO			
Código	Disciplina	CR	CH	Código	Disciplina	CR	CH
301031	Administração da Produção I	04	60	301240	Administração da Produção e Operações I	04	60
301032	Administração da Produção II	04	60	301241	Administração da Produção e Operações II	04	60
301041	Administração de Recursos Humanos I	04	60	301222	Gestão de Pessoas I	04	60
301042	Administração de Recursos Humanos II	04	60	301223	Gestão de Pessoas II	04	60
301061	Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais	04	60	301242	Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais	04	60
301121	Aplicações Administrativas em Computadores	04	60	301230	Gestão da Tecnologia da Informação	04	60
301053	Elementos de Análise de Custos	04	60	301210	Gestão de Custos I	04	60
				301211	Gestão de Custos II	04	60
301101	Estágio em Administração I	10	150	301291	Trabalho de Conclusão de Curso I	10	150
301102	Estágio em Administração II	10	150	301292	Trabalho de Conclusão de Curso II	10	150
301111	Iniciação Empresarial	04	60	301283	Empreendedorismo e Gestão de Pequenos Negócios	04	60
301011	Introdução à Administração	04	60	301285	Introdução à Administração	04	60
301083	Organização, Método e Sistemas Administrativos	04	60	301231	Organização, Método e Sistemas Administrativos	04	60
301014	Pesquisa em Administração	04	60	301289	Pesquisa em Administração	04	60
301071	Sistemas de Informações Gerenciais	04	60	301232	Sistemas de Informações Gerenciais	04	60
301114	Sociologia das Organizações	04	60	301287	Sociologia das Organizações	04	60
				301220	Comportamento e Cultura Organizacional	04	60
301012	Teoria Geral da Administração	04	60	301288	Teoria Geral da Administração	04	60
301017	Ética nos Negócios	04	60	301286	Gestão Ambiental	04	60
301016	Tópicos Especiais em Administração	04	60	301290	Tópicos Especiais em Administração	04	60
301019	Direção Estratégica de Empresas	04	60	301282	Direção Estratégica de Empresas	04	60

301021	Administração de Marketing I	04	60	301250	Administração de Marketing I	04	60
301022	Administração de Marketing II	04	60	301251	Administração de Marketing II	04	60
301024	Tópicos Especiais em Administração Mercadológica	04	60	301245	Logística e Gestão da Cadeia de Suprimentos	04	60
301043	Tóp. Esp. em Administração de Recursos Humanos	04	60	301224	Tópicos Especiais em Gestão de Pessoas	04	60
301092	Administração Pública Brasileira	04	60	301261	Administração Pública Brasileira	04	60
301018	Administração de Empresas de Turismo	04	60	301253	Marketing de Serviços	04	60
301023	Pesquisa de Marketing	04	60	301256	Pesquisa de Marketing	04	60
301054	Mercado de Capitais	04	60	301212	Mercado Financeiro	04	60
301056	Tópicos Especiais em Administração Financeira e Orçamentária	04	60	301214	Tópicos Especiais em Administração Financeira e Orçamentária	04	60
301091	Administração Municipal	04	60	301260	Administração Municipal	04	60
301093	Planejamento Governamental	04	60	301263	Planejamento Governamental	04	60
301113	Administração Hospitalar	04	60	301243	Gestão de Operações em Serviços	04	60
301122	Tóp. Esp. de Informática Aplicada à Administração	04	60	301233	Tóp. Esp. em Gestão da Informação e do Conhecimento	04	60
301115	Administração de Empresa	04	60	301280	Administração de Empresa	04	60
103016	Introdução à Estatística Econômica	04	60	108011	Introdução à Estatística	04	60
303012	Introdução à Economia I	04	60	303011	Fundamentos de Economia	04	60
303013	Introdução à Economia II	04	60	108013	Inferência	04	60
406211	Psicologia Geral	04	60	406283	Psicologia Aplicada à Administração	04	60
407031	Introdução à Filosofia	04	60	301221	Ética e Responsabilidade Social	04	60

Sala das Sessões, 24 de setembro de 2012
